

Demonstrações contábeis e relatório dos auditores independentes Vibra Energia

Em 31 de dezembro de 2021



Conteúdo

Rela	tório da Administração	2
Bala	nços patrimoniais individuais e consolidados	25
Dem	onstrações do resultado individuais e consolidadas	26
Dem	onstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas	27
Dem	onstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas	28
Dem	onstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas	29
Dem	onstrações do valor adicionado individuais e consolidados	31
1	Considerações gerais	31
2	Base de preparação das demonstrações contábeis	32
3	Uso de estimativas e julgamentos	32
4	Principais políticas contábeis	33
5	Novos pronunciamentos contábeis	33
6	Caixa e equivalentes de caixa	35
7	Contas a receber, líquidas	36
8	Estoques	39
9	Títulos e valores mobiliários	39
10	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	40
11	Investimentos	41
12	Imobilizado	46
13	Intangível	49
14	Fornecedores	52
15	Empréstimos e Financiamentos	52
16	Arrendamentos	55
17	Tributos	58
18	Salário, férias, encargos, prêmios e participações	63
19	Benefícios concedidos a empregados	65
20	Patrimônio líquido	74
21	Receita de vendas	78
22	Custo e despesas por natureza	80
23	Resultado financeiro, líquido	83
24	Informações por segmento	84
25	Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências	87
26	Compromissos contratuais	97
27	Instrumentos financeiros	97
28	Gerenciamento de riscos	99
29	Partes relacionadas	108
30	Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa	113
31	Eventos subsequentes	113
Decl	aração sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores	115
Men	nbros do Conselho de Adminstração e Diretoria Executiva	116
Rela	tório dos auditores independentes	117
Rela	tório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário	123
Dara	cer do Conselho Fiscal	126



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Eficiência propulsora do futuro

O ano de 2021 é para ser comemorado. Foi o nosso primeiro ano completo, após a privatização, e o mais eficiente da companhia desde a sua criação, há 50 anos! Seguimos a nossa estratégia de crescimento, com redução de custos, e continuamos sendo a rede que mais cresce, fruto da qualidade do nosso combustível, competitividade, atendimento, entrega de valor e força de distribuição. A Vibra se tornou, em menos de três anos, a empresa mais eficiente do setor. Crescemos em *market-share* em todos os segmentos, alcançando a marca de 28,4% (+1,9 p.p. vs. 2020), ampliamos a nossa rede, com a chegada de mais 179 postos. Como consequência de todo esse esforço, o EBITDA aumentou 31%, em comparação a 2020, alcançando R\$ 4,983 bilhões.

Após ser alçada ao status de *True Corporation* no *follow-on* realizado em julho de 2021, no qual a Petrobras alienou o restante de sua participação, na maior transação realizada no mercado de capitais do Brasil, alcançando R\$ 23,6 bilhões de demanda com 160 Ordens no Livro, as ações da Companhia já se configuram entre as mais líquidas dentre aquelas transacionadas na B3. Atualmente, contamos com uma base de acionistas altamente qualificada, composta por relevantes fundos de investimentos nacionais (55,3% das ações) e estrangeiros (44,7% das ações), além de importantes fundos (93,26% das ações) e de um montante significativo de pessoas físicas (4,74% das ações). Todos engajados no propósito desta companhia: estar sempre a postos para mover o Brasil com sua melhor energia.

Em setembro de 2021, fizemos nosso primeiro *Investor Day*, quando foi possível mostrar ao mercado a nossa estratégia de crescimento pautada em atender as necessidades energéticas dos nossos clientes. O Brasil precisa de combustível para continuar crescendo, e é neste sentido que estamos avançando em diversas direções. Vamos continuar distribuindo e entregando o combustível e outros derivados de petróleo que os nossos clientes conhecem e confiam, e que consolidaram a companhia nesses 50 anos, trazendo melhorias permanentes à performance e à qualidade dos nossos produtos, com mais tecnologia e inovação.

Agora em fevereiro, por exemplo, lançamos a nova geração de gasolinas Petrobras Grid e Petrobras Podium, com uma nova tecnologia de aditivação, batizada de Tecno 3 e desenvolvida em parceria com a empresa BASF, que proporciona mais limpeza, proteção e economia, por contribuir para um menor gasto com a manutenção do motor. Testes demonstraram que a nova Grid forma 98% menos depósitos nas válvulas de admissão do que a gasolina comum e remove 82% de resíduos prévios.

Aliado a esse movimento, vamos também disponibilizar uma plataforma de soluções de energia para a transição energética, com a entrada de novas fontes limpas e renováveis, aproveitando a matriz energética que já temos no Brasil, para oferecer oportunidades que os nossos clientes irão desejar nos próximos 50 anos. Não vamos abrir mão de ser a maior distribuidora de combustíveis do Brasil, mas junto dela nasce uma das maiores empresas de energia do País, aliada ao compromisso mundial da COP26, pelo *NetZero*.

O Brasil já vem fazendo muito para contribuir com esse cenário de descarbonização. É exemplo para o mundo, com uma das matrizes elétricas mais limpas, composta por 84% de fontes renováveis, bem à frente da oferta global, que corresponde a cerca de 20%. Ainda vamos fazer mais, com a nossa capacidade de desenvolver e aperfeiçoar soluções em combustíveis sustentáveis, que terão espaço significativo na demanda de nossos clientes, no médio e longo prazos. A eletricidade deve conquistar maior participação no consumo total mundial, passando de 20% em 2019 para 26% em 2040, e os biocombustíveis de 28% para 39%, no mesmo período.

Neste sentido, em 2021, fizemos parcerias, *joint ventures* e aquisições, como a compra da Targus e de 50% da Comerc, para o fornecimento de energia elétrica renovável; a *Joint Venture* com a Copersucar, para disponibilizar uma plataforma aberta e aumentar a competitividade de etanol; as parcerias com a ZEG Biogás, para o biometano

com a BBF, para a construção da primeira biorrefinaria de diesel verde do país; mais recentemente, em janeiro deste ano, com a EZVolt, para o avanço do mercado de eletromobilidade.

Para avançar neste sentido, a companhia pretende investir entre R\$ 140-160 milhões em diferentes domínios de inovação nos próximos 5 anos. Para viabilizar a busca por projetos inovadores que potencializem nossos negócios, criamos um HUB de inovação, o Vibra co.lab, que permitirá a criação de um ecossistema de conexões com startups e scale-ups em temas como mobilidade, meios de pagamento, conveniência, novas fontes de energia e outras tecnologias emergentes, construindo alternativas para grandes desafios do mercado e que facilitem o dia a dia dos nossos negócios, a redução de custos e otimização de processos.

A Vibra já conta com um portfólio de mais de 18 mil grandes clientes corporativos, em segmentos como aviação, transporte, comércio, indústrias, produtos químicos, mineração e agronegócio, mais de 8,2 mil postos em todo o país, por onde passam mais de 30 milhões de consumidores por mês. Isso nos dá uma grande *expertise* em relacionamento, gerando uma importante vantagem competitiva, e oportunidades de negócios. Para se ter uma ideia, por exemplo, 60% dos grandes consumidores de energia do mercado livre são potenciais clientes da Vibra, o que coloca a empresa em uma posição privilegiada para crescimento em comercialização, também com outras soluções.

A Companhia adotou os mais rigorosos padrões de governança corporativa, alinhada às melhores práticas ambientais e sociais. Estamos preocupados em garantir a diversidade em nossa companhia, pois sabemos que somente assim conseguiremos os melhores resultados. Aumentamos o percentual de mulheres na companhia de 23,56%, em 2019, para 28,96%, em 2021, e o de pretos e pardos de 29,53% (2019) para 40,21% (2021). Temos um modelo de governança de excelência de processos decisórios, com uma Diretoria Executiva que segue as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, apoiados por outros dois órgãos colegiados, o Conselho Fiscal e os Comitês de Assessoramento, garantindo o cumprimento das metas e as decisões em torno dos valores e objetivos da Companhia.

A Vibra está listada entre os principais indicadores mundiais de ESG, é a única distribuidora de combustíveis a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, pelo 3º ano consecutivo. Além disso, foi incluída no ICO², pela primeira vez; no Sustainability Yearbook 2022, pelo 2º ano consecutivo, da S&P Global, avaliação que fundamenta a listagem no índice de sustentabilidade Dow Jones da Bolsa de Nova Iorque; avaliada com "A" pela MSCI ESG Research, uma das principais agências de rating ESG globais, que mede a exposição e capacidade de gerir riscos; recebeu a 'Medalha de Prata' na avaliação da EcoVadis, plataforma de avaliação ESG mais utilizada por nossos clientes B2B do setor. Também permanecemos listados no índice FTSE4Good, criado pela FTSE - Financial Times Stock Exchange Russell, uma divisão da bolsa de valores de Londres.

É com essa energia de realização que queremos agradecer a todos que fizeram e fazem parte desse percurso até aqui, aos nossos acionistas, conselho de administração, comitês e conselho fiscal, diretoria e gestores, todos os nossos colaboradores, parceiros, fornecedores e a sociedade em geral que vibra conosco. Acreditamos que todos são fundamentais para continuarmos liderando o setor, com destaque para nossa eficiência, capacidade logística, planejamento, preço e abastecimento, sendo um elo essencial para o desenvolvimento sustentável do país, e avançando na oferta de soluções de combustíveis e energias que os nossos clientes vão desejar encontrar.

Wilson Ferreira Jr, Presidente da Vibra



PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 1971 para assumir as atividades de distribuição e comércio de produtos de petróleo e derivados, então realizadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Em julho/19, através de uma operação de follow-on, a Petrobras realizou a venda de parte de sua participação, resultando em uma das maiores privatizações via mercado de capital no Brasil. Em julho de 2021 a Petrobras, concluiu seu processo de desinvestimento na então BR Distribuidora e a tornou uma "True Corporation" onde o maior acionista possui cerca de 9,79% das ações da Companhia (posição de 15 de março de 2022). Em agosto de 2021, a Companhia deu mais um passo em direção a sua transformação organizacional e cultural, lançando uma nova marca e identidade corporativa: VIBRA ENERGIA.

A VIBRA já nasceu grande, detentora da maior capilaridade do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Brasil, servindo 8.201 postos de serviço com bandeira "BR" e, aproximadamente, 7,1 mil clientes dos segmentos no B2B, produtos de aviação e outros, conforme definidos a seguir. Para atender aos milhares de postos de serviço e clientes consumidores, nos valemos da capilaridade de nossa infraestrutura logística, atuando em todas as unidades federativas do país, contando com 43 bases operadas pela Vibra, participações em 16 bases conjuntas (pool com sócios), 25 armazenagens conjuntas com outras distribuidoras e 8 operadores logísticos, totalizando 92 unidades operacionais. Possuímos ainda 12 depósitos de lubrificantes, 5 operadores logísticos de lubrificantes e atuamos em 88 aeroportos, todos estrategicamente distribuídos ao longo das cinco regiões brasileiras. Com essa plataforma, somos capazes de suprir eficientemente as demandas de todos os nossos clientes em qualquer município brasileiro.

Somos líderes no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no país em volume de vendas, uma das maiores empresas de energia do país, com desaque para excelência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos em todos os segmentos operacionais, quais sejam:

- Rede de Postos: comercialização de combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustível e produtos de conveniência da Companhia com a nossa revenda;
- B2B: comercialização de combustíveis líquidos, óleos lubrificantes, Arla 32 e prestação de serviços associados aos nossos clientes do mercado consumidor. No negócio de Produtos Químicos, atuamos no beneficiamento e na distribuição de produtos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas. Na comercialização de energia, distribuímos o coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional e desenvolvemos projetos para comercialização de energia elétrica, bem como projetos de distribuição de energia. Atuando no ambiente Livre de Comercialização (ACL), por meio da comercializadora Targus. E no segmento de geração distribuída e de soluções energéticas, atuamos com projetos de geração de energia no horário de ponta, eficiência energética e conservação de energia;
- Aviação: comercialização de produtos e serviços de aviação em aeroportos do país para as companhias aéreas nacionais e estrangeiras;

A Vibra Energia caminha para a transição energética, entrou em novos mercados e vem investindo na melhoria dos seus padrões de governança e nos temas ESG.



VIBR/ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ESTRATÉGIA ESG

A Vibra visa proporcionar a melhor alternativa energética e de mobilidade a seus clientes, alinhada às melhores práticas de *ESG* do setor. Atuando como uma *True Corporation*, nos reposicionamos como empresa de energia que irá privilegiar a transição rumo a fontes energéticas mais limpas e renováveis, em sintonia com as melhores práticas de respeito ao meio ambiente, à sociedade e de governança corporativa.

ESG é vital para a Vibra e está no centro de nossas prioridades. Temos convicção da importância da transição energética e da sustentabilidade, reafirmamos nosso compromisso com as comunidades do nosso entorno e com o desenvolvimento social do Brasil, além de reforçarmos nosso foco em diversidade e inclusão.

Identificando como vital a criação de uma agenda ESG, iniciou-se um processo de revisão estratégica para negócios mais promissores no ambiente de transição energética, direcionando a Companhia ao objetivo de sermos protagonistas dessa mudança, adaptando nossos negócios, processos e mentalidade aos novos desafios. Desse modo, foi criada a área de ESG totalmente dedicada a essa agenda voltada às melhores práticas ambientais, sociais e de governança. A área se dedicou à construção da Agenda ESG Estratégica da Vibra com a participação dos líderes e colaboradores chave da Companhia que conta com planos de ação e metas específicas para indicadores ambientais, sociais e de governança.

Reconhecimentos

Pelo terceiro ano consecutivo, a Vibra foi selecionada para participar do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) da B3. A Carteira 2022 do ISE B3 visa apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, com base nas melhores práticas ESG.

Pelo segundo ano consecutivo, a Vibra foi incluída no *Sustainability Yearbook* 2022 da S&P Global. A prestigiada publicação é elaborada anualmente pela S&P Global e se baseia no Corporate *Sustainability Assessment* (CSA) - a avaliação que fundamenta a elaboração do índice de sustentabilidade *Dow Jones* da Bolsa de Nova Iorque. A publicação é referência de integração da sustentabilidade à estratégia de negócios e um importante direcionador para investidores globais.

A Companhia também permaneceu listada no índice *FTSE4Good*, que avalia práticas ambientais, sociais e de governança corporativa. Este índice foi criado pela FTSE - *Financial Times Stock Exchange Russell*, uma divisão da bolsa de valores de Londres. E ainda, na mais recente avaliação da *MSCI ESG Research*, uma das principais agências de rating *ESG* globais, que avalia exposição aos riscos de *ESG* e como as empresas gerenciam esses riscos, a Vibra elevou sua pontuação de BBB para A, registrando avanços na avaliação em comparação com seus pares.

De acordo com a EcoVadis, plataforma de avaliação *ESG* mais utilizada por nossos clientes B2B, obtivemos avaliação de destaque no nosso setor com medalha de prata. Elevamos nossa pontuação de 62 para 66 e, com isso, alcançamos o percentil 92, ou seja, estamos entre as 8% empresas do setor mais bem avaliadas pela agência.

Mudança do Clima

Estabelecemos nossos compromissos para um futuro de baixo carbono. Nossa meta é ter emissão líquida zero de carbono para os escopos 1 e 2 até 2025. Temos também a ambiciosa meta de atingir emissão líquida zero de carbono para o escopo 3 em 2050.



Para atingir nossas metas direcionamos nossos esforços para o aumento do uso de energias renováveis e da eficiência operacional para promover ganhos de eficiência energética e atuamos também junto a nossa cadeia de valor.

Destacamos em 2021 a migração para o mercado livre de energia de sete unidades operacionais, que passaram a consumir eletricidade de fontes renováveis de energia. Para garantir a rastreabilidade dessa energia, adquirimos 11 mil I-REC (*International Renewable Energy Certificate*), o que equivale à 11 mil MWh de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis.

Seguimos empenhados em reduzir as emissões originadas do transporte de nossos produtos e para isso focamos nossa atuação em três grandes frentes: (i) a substituição do modal rodoviário por modais mais eficientes; (ii) a melhoria da eficiência logística do transporte; e (iii) o engajamento de nossos transportadores.

Nessa linha, em 2021 realizamos um diagnóstico de *ESG* de nossas transportadoras do modal rodoviário com o objetivo de identificar melhores práticas de mercado, oportunidades de melhoria e estabelecer plano de ação para redução do consumo de combustível e de emissões.

Demos transparência a nossa gestão de mudança do clima ao participar do Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, do qual recebemos o Selo Ouro por submeter nosso inventário a verificação de terceira parte. Destacamos também o avanço de nota no questionário de mudança do clima do *CDP* (*Carbon Disclosure Project*), onde evoluímos para a nota B em nosso primeiro ano de relato completo deste questionário.

Reforçando o compromisso da Vibra com a mudança do clima, nosso CEO assinou o Posicionamento Empresários pelo Clima do Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Social

No 2º ano de pandemia, continuamos com ações de combate à Covid-19. Empenhados a ajudar a sociedade a superar os impactos negativos, identificamos que um dos maiores gargalos do tratamento contra a Covid-19 foi a falta de insumos para intubar pacientes em estado grave. Neste contexto, em parceria com outras empresas que fazem parte do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), doamos recursos que foram entregues ao Ministério de Saúde para a compra de medicamentos que fazem parte do kit intubação, que foram distribuídos para os estados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e com apoio logístico da Vale.

Em parceria com o "Movimento Unidos pela Vacina", iniciativa da sociedade civil com o propósito de vacinar todos os brasileiros, doamos câmaras frias para 29 municípios no Nordeste do país, beneficiando cerca de 560 mil habitantes.

Em termos de investimentos sociais, renovamos nosso apoio ao projeto Circo Crescer e Viver, iniciativa que oferece atividades culturais para promover a cidadania e a inclusão social no entorno da Cidade Nova, bairro onde fica localizado o edifício Lubrax, sede da Vibra.

Além disso, apoiamos 2 outros projetos no entorno do nosso edifício sede Lubrax realizados pelo Instituto Meta Educação: "Mulheres Artesãs do Estácio" e "Reforço do Futuro". "Mulheres Artesãs do Estácio", patrocinado através da Lei de Incentivo à Cultura do Município do Rio de Janeiro, ofereceu capacitação para 40 mulheres em artesanato e cidadania. "Reforço do Futuro", patrocinado através da Lei Rouanet, proporciona reforço escolar para 120 crianças estudantes da rede pública no entorno de nossa sede.



Contribuímos também para o projeto Brasileiros pelo Brasil - parceria com Fundação Banco do Brasil, Petrobras e IBP. Com o aporte da Vibra ao projeto, conseguimos viabilizar a doação de 3.125 cestas básicas para comunidades vizinhas das nossas bases nos municípios: Duque de Caxias (RJ), Caracaraí (RR), Crato (CE), Cuiabá (MT), Cruzeiro do Sul (AC).

Além dos investimentos sociais, realizamos diversas ações de voluntariado. Foram realizadas mentorias virtuais pelos nossos voluntários junto aos estudantes da rede pública do estado do Rio de Janeiro, no programa Trilha Empreendedora, executado em parceria com o IBP e a Junior *Achievement*. A iniciativa ajuda a combater a evasão escolar em escolas da rede pública de ensino e permite que jovens do ensino médio tenham a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e competências por meio da metodologia "aprender fazendo".

A campanha Doe um Brinquedo aconteceu na Fábrica de Lubrificantes, em Duque de Caxias (RJ), com a equipe 'Sermente', grupo de colaboradoras engajadas em ações voluntárias. Realizamos na base de Cuiabá (MT) - o "Dia da Alegria", ação organizada pela Associação de Moradores do Tijucal, comunidade baixa renda da capital com distribuição de brinquedos, doces e realização de atividades recreativas.

Mobilizamos parceiros e voluntários na Campanha SOS Petrópolis, ação de solidariedade para arrecadar água, alimentos (em especial de consumo imediato), cobertores, itens de higiene pessoal e limpeza, roupas e EPIs. Atuando em sinergia com a Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE), da qual a nossa fábrica de lubrificantes faz parte, coletamos botas, luvas, capacetes, e demais aparelhos EPIs para o trabalho de 100 voluntários que prestam auxílio na região.

Também firmamos parceria com a Central Única das Favelas (CUFA), disponibilizando caminhões *truck* direcionados exclusivamente ao transporte das doações. Com o apoio logístico de nossa equipe do terminal de lubrificantes, foram enviadas 24 toneladas de alimentos e 100 kg de roupas da sede da CUFA para o Clube Petropolitano.

Divulgamos campanha nas redes sociais com foco no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas; realizamos também campanhas de doação para o Dia das Crianças nas comunidades no entorno de nossas operações e reativamos a rede de voluntariado para construção de futuras ações

A Vibra tem como prioridade o foco em diversidade e inclusão e seguindo com esse objetivo tivemos novamente um avanço valioso na Companhia entre 2020 e 2021.

SUSTENTABILIDADE

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

Em relação à Política de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, buscamos a sustentabilidade em nossas atividades e processos e nos comprometemos com as melhores práticas do mercado de distribuição, com melhoria contínua e minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios, alinhados ao nosso propósito e direcionadores estratégicos.

A Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) em 2021 foi de 0,54, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,73). Este resultado reflete a efetividade dos programas de prevenção de acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a saúde e segurança dos trabalhadores.

Dentre as ações de segurança realizadas em 2021, destacamos o Programa Parada de SSSMA, que tem por objetivo conscientizar os trabalhadores sobre diversos temas relacionados à prevenção de acidentes e cuidados com a sua segurança e saúde. Ao menos uma vez por mês, os colaboradores de todas as unidades operacionais param para



V// V/BR/ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

este momento de reflexão e conhecimento. Dentre os temas abordados nas Paradas realizadas em 2021, destacamse a disciplina operacional, segurança no trânsito, campanha de vacinação contra a Covid-19, cuidados nos serviços a quente, dentre outros. As ações são conduzidas pelas Lideranças das Unidades, visando demonstrar seu compromisso com a segurança e contribuindo para a melhoria contínua da gestão de SSSMA.

Aperfeiçoamos o Programa de Auditorias de SSSMA, meio pelo qual inspecionamos as unidades operacionais, avaliando seus aspectos em cinco dimensões: "Gestão de Integridade e Responsabilidade Social", "Segurança da Instalação", "Segurança no Transporte", "Meio Ambiente" e "Saúde". Além disto, coordenamos o Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte, com ênfase no monitoramento da frota a serviço da Vibra, e ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que reconhece e premia os motoristas pelo seu desempenho.

A taxa de frequência de acidentes de transporte calculada por milhão de quilômetros rodados (TFAT) em 2021 foi de 0,04, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,08). Este é o melhor resultado da série histórica refletindo a efetividade do nosso programa de Gerenciamento de Risco no Transporte.

Na gestão da segurança e contingência, atuamos na prevenção, redução da acidentalidade, realização de simulados e no controle dos riscos e prontidão para situações emergências. Encerramos o ano com o resultado de 0,20 m³ no indicador de vazamentos de produtos com impacto ambiental (VAZO), 98% abaixo do limite de alerta (14,0 m³), melhor resultado da nossa série histórica. Esse resultado reflete o aumento da segurança nas nossas operações, tanto nas instalações operacionais quanto no transporte de nossos produtos, bem como a melhoria nos planos de contingência em situações de potencial impacto ambiental.

Na área ambiental, buscamos melhorar continuamente o desempenho da gestão através de ações que promovam a atuação sustentável nas nossas atividades. Trabalhamos constantemente para atender a conformidade legal nas nossas operações, reduzir o uso dos recursos naturais e a geração de resíduos em nossos processos, minimizar as emissões atmosféricas, preservar a biodiversidade, prevenir e mitigar os passivos ambientais, desenvolver projetos que visam a eficiência energética e o fortalecimento da educação ambiental dentro da Companhia.

Em 2021 mantivemos a certificação SGI de 98 unidades operacionais e aperfeiçoamos o programa de auditoria interna de SSSMA, contribuindo para manter a conformidade e aprimorar as práticas de gestão da segurança, meio ambiente, saúde e responsabilidade social nas nossas atividades. Finalizamos o ano com 12 unidades auditadas.

Realizamos ciclos de treinamento para aumentar a conscientização e a prontidão das equipes operacionais em caso de possíveis vazamentos de produtos. Além disso, revisamos os estudos e análises de riscos de segurança, saúde e meio ambiente das nossas unidades, além de ajustar as estruturas de contingência aos novos cenários identificados, garantindo a maior proteção às pessoas e ao meio ambiente.

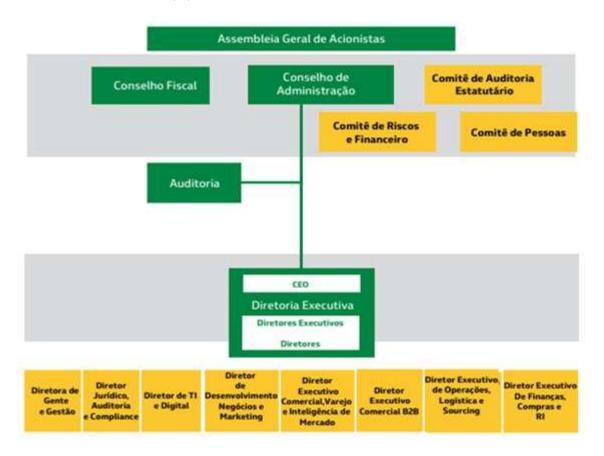
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Embora a governança corporativa da Vibra corresponda, a exemplo de outras organizações complexas e de grande porte, ao conjunto formado pela estrutura societária, pelos sistemas funcionais e pelas práticas de deliberação e comunicação, pelos quais a Companhia é "dirigida, monitorada e incentivada", vale destacar um de seus aspectos em especial: os órgãos de governança. A Vibra é formada por Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração e seus Comitês, e Diretoria Executiva. A Companhia dispõe ainda de uma Auditoria Interna e de uma área de Integridade, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.



VIBR/ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atualmente a Companhia conta com 3 (três) Comitês de assessoramento permanentes com atribuições especificas de análise, vinculados diretamente ao Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê de Riscos e Financeiro; e (iii) Comitê de Pessoas.



Com o *follow-on* ocorrido em julho 2021 a Companhia revisou alguns de seus instrumentos de governança, sempre observando as melhores práticas e objetivando aperfeiçoar seu modelo de governança corporativa.

Nesse sentido, podemos citar os ajustes e as revisões no Estatuto Social da Companhia, na Política de Alçadas (que dispõe sobre as alçadas de competência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva) e na Tabela de Limites de Competência (que dispõe sobre o desdobramento das alçadas de competência da Diretoria Executiva), onde foram compilados diversos pontos de melhorias, principalmente com o intuito de tornar as tomadas de decisões da Companhia cada vez mais céleres, deixando-a ainda mais ágil e competitiva, e acompanhando cada vez mais a dinâmica dos negócios e do mercado onde atua.

Promovemos também o aprimoramento da gestão das áreas que suportam a governança corporativa da Companhia. Com base no modelo de três linhas e tendo em vista a efetividade da prevenção, da detecção, da apuração e da correção desvios em geral, criou-se um Sistema de Gestão de Integridade que, sobremaneira, integra dados e ações das áreas de Ouvidoria, Controles Internos, Riscos e Conformidade e Ética. Esse Sistema de Gestão da Integridade tem representado uma evolução organizacional — que compreende um conjunto de arranjos institucionais, processos de trabalho, regulamentações, instrumentos de gerenciamento e controle — destinada a promover a integridade da corporação e de sua força de trabalho, sob a responsabilidade e a coordenação de uma área específica.



Nesse sentido, podemos citar também a revisão do Código de Conduta Ética da Companhia ocorrido em 2021. Empresas éticas, com boas práticas de governança geram valor aos investidores e à sociedade.

Como resultado, a Companhia vem obtendo ano após ano reconhecimentos expressivos junto a diferentes plataformas de avaliação de *ESG*; sobretudo, no quesito "Governança" obtendo pontuação de destaque no ISEB3 e pontuação máxima no *FTSE4Good Emerging Markets*. Destaca-se que a Companhia foi listada por 2 anos consecutivos em ambas as plataformas de *ESG*.

Convém destacar, ainda, que, em 2021, a Companhia ampliou seu portfólio de investimentos e participações para abranger novos negócios diretamente relacionados à transição energética, o que exigiu o desenvolvimento de um "modelo" para a governança "das" e "nas" empresas subsidiárias e coligadas de modo a alinhar interesses e promover convergências.

CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Desde a privatização da Companhia, a área de Integridade — que reúne as funções de Ouvidoria, de *Compliance*, de Privacidade de Dados Pessoais, de Governança, de Riscos e de Controles Internos — vem atuando para o aprimoramento de cada uma das três dimensões da governança corporativa: estrutura, sistemas e práticas. Entre outros exemplos, convém destacar a adequação e o desenvolvimento do Programa de Integridade da Vibra, que mais clara e diretamente articula todas as funções típicas mencionadas.

Nosso Programa, ancorado no novo Código de Conduta Ética, vem sendo constantemente aprimorado para que possa prestigiar, ao mesmo tempo, a prudência e a ousadia na tomada de riscos e decisões. Na prática, significa que a Vibra fortaleceu, em 2021, mecanismos automatizados de monitoramento de decisões, com base na avaliação de riscos. Trata-se de um "modelo responsivo" que pretende garantir a um só tempo agilidade e segurança nas deliberações e, por consequência, no alcance dos objetivos estratégicos.

Vale destacar que a Vibra implementou completamente, em 2021, seu Programa de Privacidade (ou de adequação à Lei 13.709/2018, LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O Programa consistiu no mapeamento do ciclo de tratamento de dados pessoais existentes nos processos e atividades da empresa. Esse mapeamento resultou na elaboração de um *Roadmap* de adequação, composto por 72 recomendações estruturantes, consideradas essenciais para a governança do Programa de Privacidade e 410 recomendações detalhadas distribuídas para todas as Áreas de Negócios da organização, perfazendo um total de 482 recomendações.

No fim do ano passado, a consultoria Deloitte avaliou a maturidade do nosso Programa de Privacidade e, segundo os parâmetros AICPA/CICA, reconheceu que a Vibra alcançou o nível "Definido" de maturidade; isto é, reconheceu que a Companhia está em *compliance* com a nova Lei.

Como consequência, a Vibra possui uma governança de tratamento de dados pessoais, na qual destacam-se:

- O canal de atendimento dos direitos dos titulares foi aprimorado, com a criação de um formulário específico que agiliza a nossa resposta para os solicitantes;
- A Diretriz Interna de tratamento de dados pessoais contempla todos os processos da empresa;
- Novos avisos de privacidade foram desenvolvidos para os diferentes públicos com os quais a Vibra se relaciona proporcionando mais transparência para o tratamento dos dados pessoais sob a nossa responsabilidade; e



 O curso de treinamento e capacitação sobre o tratamento de dados pessoais se tornou obrigatório para todos os colaboradores da empresa.

Em se tratando de riscos corporativos, a Matriz de Riscos Corporativa foi atualizada ao longo de 2021, resultando em mudança de severidade para determinados riscos com base na avaliação da efetividade de controles e análise de cenários do mercado. Cabe destacar que os efeitos da pandemia e tênue retomada do mercado foram considerados na avaliação e mapeamento de riscos.

Adicionalmente, a Política de Riscos Corporativos foi revisada e iniciou-se a implementação de nova metodologia de riscos com o objetivo de fortalecer a cultura de gestão de riscos na Vibra e aumentar a maturidade na identificação, mapeamento e avaliação dos riscos corporativos. Destaca-se também o acompanhamento de ações relacionadas aos Riscos de Negócio e dos Planos de Ação (controles e outras ações mitigatórias) para os Riscos de Processo junto às áreas gestoras.

Ademais, foram elaboradas análises de risco qualitativas e quantitativas, incluindo Projetos de M&A, negociações comerciais, ampliação de bases, cenários de Sourcing e trading, gestão das marcas, otimizações de compra de produtos e contratações, árvores de decisão para avaliação do risco jurídico e acordos trabalhistas.

Sobre as iniciativas em controles internos, acompanhando a dinâmica dos negócios da Vibra, novos processos foram incluídos no escopo e as melhores práticas foram aprimoradas, visando a mitigação de riscos e otimização de processos. A área de Controles Internos assessorou os gestores, identificando e avaliando mudanças e riscos que pudessem afetar o ambiente de controle da Companhia. Adicionalmente, seguimos com a automatização de controles, minimizando erros de execução e contribuindo para melhoria de eficácia e eficiência das operações da Companhia.

Cabe destacar que a área de Controles Internos contribui para a realização dos objetivos da Vibra promovendo confiabilidade dos relatórios financeiros, e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Por fim, cumpre registrar que disseminamos a cultura de gestão de riscos, conformidade e controles internos, por meio de ações de comunicação e realização de treinamentos dirigidos aos administradores e à força de trabalho da Companhia.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Guia de Conduta e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O Art. 23 XI. do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

Durante o ano de 2021, a KPMG Auditores Independentes foi a responsável pelos trabalhos de auditoria externa na Vibra Energia e não prestou qualquer serviço de consultoria neste período.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Gente e Gestão

O ano de 2021 foi marcado pela transformação da BR Distribuidora em Vibra Energia. Assim como o nome, a visão, o propósito e os princípios da empresa também foram renovados.

Com esse novo ciclo que se iniciou, a área de Gente e Gestão colocou em prática ações com objetivo de transformar a cultura da empresa, criando um ambiente onde haja enorme conexão entre objetivos pessoais e dos negócios, sustentado por meritocracia, alto desempenho, diálogo aberto e construção coletiva, de forma cada vez mais próxima e humana, valorizando o potencial e cuidando de cada colaborador, com confiança, coragem e felicidade.

Para 2022, nosso planejamento continuará focado no atingimento de metas, utilizando como base nossa cultura para criar maior conexão entre os objetivos das pessoas e da empresa, para que juntos possamos simplificar o dia a dia com ousadia para ir além, movidos pelo cliente e comprometidos com o futuro sustentável para vibrar juntos.

Gestão focada em resultados

A partir do desenho do modelo de metas no ano anterior, em 2021 foi possível promover um sistema de meritocracia, cujo reconhecimento ocorreu na forma de pagamento de variáveis, atrelado à superação de resultados, focado em áreas estratégicas da Companhia.

A rotina de controle de resultados aconteceu de forma sistemática em todos os níveis das diretorias da Companhia, com objetivo de identificar as forças e fraquezas da nossa equipe. Com base nesses resultados, buscamos sempre adotar as melhores práticas para fomentar a produtividade, eficiência e rentabilidade da empresa.

Em 2021, buscamos evoluir para uma comunicação organizacional clara e articulada, por meio de canais/soluções alinhados à cultura desejada e aos direcionadores estratégicos do negócio.

Atração, seleção e retenção

Em 2021, demos continuidade às práticas adotadas em 2020, ano de estruturação do processo de Atração no formato atual (sem a realização de processo seletivo público). Aprimoramos as práticas e processos que estavam em curso de forma a aperfeiçoar ainda mais nossas entregas às diversas áreas, em prol dos melhores resultados para a Companhia.

Foram revisitados todos os materiais internos e de comunicação, elaboramos novos modelos de parecer referentes às entrevistas, textos utilizados em nossos e-mails e cartas proposta. Dessa forma, conseguimos implementar um estilo de comunicação mais próximo e espontâneo, fazendo reverberar, também em nossas interações, o novo momento da empresa, que culminou com a mudança de marca, realizada em 2021. Ao mesmo tempo que contamos com o desafio de manter a marca de uma empresa com uma história de sucesso de tantos anos, buscamos adicionar o tom tão presente no nosso cotidiano, que aponta para a transformação e a inovação.

Nossos controles internos também foram aprimorados, a partir de uma revisão dos *SLAs* de atendimento e implementação de pesquisa de satisfação junto às áreas. E essas mudanças foram percebidas positivamente. Tivemos um nível de satisfação geral com o processo de 99% de favorabilidade.

E todas essas ações foram conduzidas em um ano de intensa atividade. Foram 383 admissões, dentre posições de gestão (nível tático e estratégico), além de vagas para todas as áreas da empresa, nos diversos locais do país.

Firmamos parceria com uma empresa especializada na atração de pessoas com deficiência. Indo assim ao encontro de um de nossos princípios, de comprometimento com o futuro sustentável, que envolve necessariamente a busca

pela diversidade e inclusão. Iniciamos os movimentos para atração dessas pessoas, o que pretendemos continuar e enfatizar nos próximos anos, considerando ainda as diversas dimensões da diversidade (raça, gênero, dentre outras).

Os programas de estágio e aprendiz ganharam também uma nova estrutura. Durante o ano, admitimos mais de 100 estagiários(as) e 34 aprendizes, de diversas áreas de conhecimento que foram direcionados para diferentes áreas de atuação na empresa.

O programa de estágio passou a contar com a parceria de uma consultoria especializada, otimizando o tempo dos procedimentos de contratação, além de oferecer uma experiência mais completa de desenvolvimento desse grupo. Foram realizadas ações de desenvolvimento, para além do dia a dia de aprendizado. Esse grupo pôde conhecer com mais profundidade temas como Gestão da Mudança e Diversidade, por exemplo, durante dois *workshops* realizados. Além disso, foram realizados encontros com monitores(as) de estágio, para troca de experiências entre áreas e para o próprio desenvolvimento dos monitores, como peças fundamentais de referência para os nossos estagiários(as) e reuniões de acompanhamento com o grupo de estagiários(as).

O nível de satisfação com o programa foi de 100%, o que também retratou o quanto atendemos às expectativas das equipes, proporcionando, ao mesmo tempo, uma oportunidade de aprendizado relevante para quem está no início da carreira.

No âmbito do Programa Aprendiz, otimizamos as parcerias com instituições que apoiam o processo de contratação de jovens e, assim, otimizamos bastante os trâmites internos. Dessa forma, foi possível aprimorar também o acompanhamento qualitativo da experiência desses(as) jovens, por meio da realização de encontros, com o próprio grupo e com profissionais da Vibra que atuam como ponto focal para essas pessoas. Ainda visando a melhoria qualitativa do programa, elaboramos um Manual de Orientações Gerais, contribuindo para a preparação dos(as) profissionais que assumem esse papel relevante de facilitação do processo de aprendizagem desses(as) estudantes.

Remuneração e Benefícios

Para fortalecer a atração, seleção e a retenção dos líderes e colaboradores, a área de Remuneração e Benefícios investiu em diversos programas e ações, dentre os quais destacamos:

1. Plano de saúde: Novo plano destinado aos líderes, colaboradores e ex-colaboradores da Vibra e seus respectivos dependentes, totalizando 20.303 beneficiários. O plano é oferecido por meio da operadora Bradesco Saúde, referência na América Latina, líder de mercado no Brasil por sua atenção aos beneficiários, ampla rede médica (31 mil referenciados) e dental (29 mil referenciados), garantia de assistência nos segmentos ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, cobertura de despesas para consultas, exames simples e especiais, terapias, tratamentos ambulatoriais e internações clínicas ou cirúrgicas, saúde digital e clube de vantagens.

Na gestão de saúde, foram realizadas ações de prevenção e promoção da qualidade de vida de seus colaboradores e dependentes como: Campanha de Vacinação Antigripal; Acompanhamento de crônicos; Ações de conscientização: Outubro Rosa, Novembro Azul, Saúde Mental, Alimentação Saudável, além de Orientações de Saúde através da intranet. No contexto da pandemia da COVID-19, foram mantidas as ações de conscientização e prevenção em todas as unidades Vibra, além da disponibilização de atendimento médico e apoio psicossocial online para toda força de trabalho.

2. Plano de previdência complementar para suplementação dos benefícios concedidos pelo INSS: em 2021, lançamos o nosso novo plano de previdência, o Flexprev, administrado pela Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social). Com objetivo de dar mais flexibilidade às escolhas dos nossos colaboradores, o Flexprev é um plano na modalidade de Contribuição Definida e oferece aos participantes uma série de vantagens, como suplementação por aposentadoria e de pensão por morte e percentuais de contribuição que vão de 1% a 11%, com paridade integral da empresa.



- 3. Seguro de Vida: Destinado a todos os colaboradores da empresa, passamos a oferecer aos nossos colaboradores seguro de vida com cobertura para morte, morte por acidente e invalidez por doença ou acidente, além de cobertura para COVID.
- 4. Gympass: Firmamos parceria com a *gympass* para oferecer aos nossos colaboradores maior qualidade de vida, por meio do acesso a milhares de academias espalhadas por todo o Brasil.

Lançamos ainda nosso programa de reconhecimento não monetário, o Reconhece+, fortalecendo nossa transformação cultural. No programa, os colaboradores são premiados com base na prática dos princípios da nossa empresa, fomentados pelo sentimento de pertencimento e com foco em 4 pilares: Agir (atitudes do dia a dia), Inovar (novas ideias geram valor), Prevenir (a sua segurança em primeiro lugar) e Transformar (melhoria nas suas atividades).

Criamos programas de incentivos de curto prazo específicos visando a superação de resultados em áreas estratégias da empresa, sempre alinhados às boas práticas de mercado, como é o caso da força de vendas.

Além disso, implantamos o processo de gestão de informações de forma mais automatizada, por meio do uso de ferramentas e painéis que facilitam a extração de informações relevantes e dão suporte à tomada de decisão.

Treinamento e Desenvolvimento

Ao longo de todo ano de 2021, em que a empresa manteve o formato de trabalho remoto, os treinamentos ocorreram predominantemente de forma *online*, com exceção de alguns normativos nas bases. Uma vez que a Vibra e os colaboradores já estavam mais adaptados a esta modalidade, foram realizados diversos treinamentos fortalecendo o modelo de aprendizagem corporativa com o propósito de oferecer soluções educacionais que impulsionem o protagonismo de carreira e o autodesenvolvimento.

Neste contexto investimos em diversos programas de capacitação e desenvolvimento, tanto para colaboradores, como para liderança, totalizando mais de 26 mil participações em treinamentos não obrigatórios e mais de 15 mil obrigatórios, com média de 27,4 horas de treinamento por colaborador, o que corresponde a 95% do efetivo e 98% dos líderes treinados.

A excelência na gestão requer líderes, nos vários níveis da organização, comprometidos com o resultado dos negócios e empenhados a imprimir força e movimento no exercício de suas atividades. Para tanto, é imprescindível saber liderar pessoas, engajá-las em uma causa que faça sentido para elas e sirva de rota para orientar ações em direção à estratégia da Empresa.

Em agosto de 2021, lançamos a Trilha de Desenvolvimento de Líderes, com a participação de 98% de Líderes treinados e o *E-book* da Liderança, que é uma fonte de informações úteis para que o gestor, possa exercer suas funções de liderança com agilidade e presteza. É também um mecanismo organizador que permitirá ver, de forma integrada, todas as políticas e processos de Gente e Gestão, adotados pela Vibra.

Dentre os programas de maior relevância, destacamos o lançamento da capacitação voltada para liderança em formato de Trilha de Aprendizagem, treinamentos de segurança (Emergências Ambientais, Combate a Incêndio), entre outros e programas específicos para as áreas (Metodologia *Lean* e Preço e *Compliance*). Demos continuidade ao Conexão (Programa de Ambientação aos novos colaboradores) e a realização dos treinamentos Normativos nas nossas unidades operacionais.

Também lançamos a Plataforma de Treinamento, uma nova ferramenta de fácil acesso, integrada com outros sistemas de gente e gestão, que possui versão *mobile*, além de ter uma visualização agradável para o colaborador.

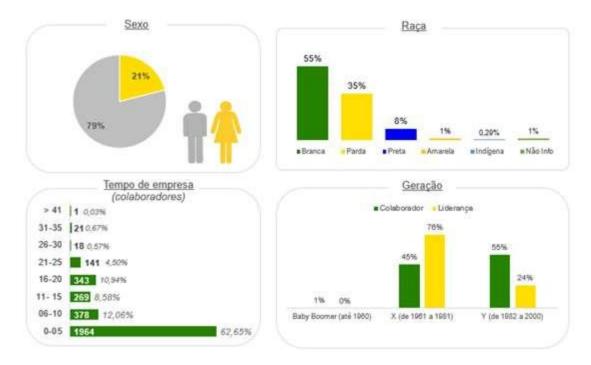


/ VIBR/ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perfil

Encerramos o ano de 2021 com 3.380 colaboradores, incluindo líderes, distribuídos por todo o Brasil. Nossa população está bem alocada entre operacional e administrativo, com mão de obra especializada e treinada em todas as áreas, contribuindo para execução dos processos de forma otimizada, sem perdas e custos adicionais.

São apresentados, a seguir, alguns gráficos do perfil dos nossos colaboradores:



DESEMPENHO CONSOLIDADO 2021

A receita líquida de vendas aumentou 59,7%, passando de R\$ 81,501 bilhões em 2020, para **R\$ 130,121 bilhões em 2021**. Este crescimento é explicado, principalmente, pelo aumento de 52,4% nos preços médios de comercialização, essencialmente devido aos aumentos nos preços dos produtos ao longo de 2021, além do aumento de 4,7% do volume vendido sendo este reflexo da retomada da economia a níveis próximos aos existentes antes da pandemia da COVID-19, além de maiores vendas de óleo combustível em razão de maior acionamento das termoelétricas ao longo de 2021. Ressalta-se que, apesar da recuperação em comparação com 2020, o segmento de Aviação continua sendo o mais afetado em razão da pandemia da COVID-19.

O lucro bruto aumentou 53,7%, passando de R\$ 4,457 bilhões em 2020, para R\$ 6,851 bilhões em 2021, principalmente em função da recuperação parcial do volume de vendas, com ganho de *market-share* em todos os segmentos, acompanhada de uma evolução positiva da margem média de comercialização, alavancada pelo maior fornecimento de óleo combustível para as térmicas emergenciais em razão da restrição hídrica em partes do território nacional. Destaca-se ainda a valorização dos estoques no decorrer de 2021 em razão dos reajustes de preços no período.

As despesas operacionais apresentaram uma variação negativa de R\$ 4,457 bilhões, passando de uma receita de R\$ 0,1 bilhão em 2020, para uma despesa de R\$ 4,357 bilhões em 2021, em razão, principalmente, de fatos isolados, cujas principais variações são apresentadas a seguir:



V// V/BR/RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Variação negativa de R\$ 1,6 bilhão nas provisões com Plano de Pensão e de Saúde dos inativos, principalmente em função da mudança, em 2020, do Plano de Saúde dos empregados e aposentados, que migrou de um plano de autogestão para um plano de mercado, associada aos ajustes no regulamento, nas formas de utilização, somadas às recentes mudanças no perfil e quantitativo dos empregados da Companhia, levou a uma significativa redução do passivo atuarial em 2020;
- Perdas e provisões com processos judiciais: variação negativa de R\$ 1,0 bilhão, passando de uma reversão de provisões de R\$ 49 milhões em 2020 para despesas líquidas que totalizaram R\$ 926 milhões em 2021, principalmente em razão do Acordo entre a Vibra, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e o Estado do Amapá, ocorrido em 2021 (R\$ 716 milhões);
- Hedge de commodities com variação negativa de R\$ 0,7 bilhão, de um ganho de R\$ 345 milhões em 2020 para uma perda de R\$ 374 milhões em 2021, relacionado essencialmente a contratos que obtiveram perda na proteção da variação no preço praticado pela Petrobras em comparação ao preço pago na importação de derivados (R\$ 0,7 bilhão);
- Recuperações tributárias cerca de R\$ 0,7 bilhão inferiores em 2021 se comparadas ao exercício anterior, principalmente devido ao ganho não recorrente, em 2020, no processo transitado em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para PIS/COFINS, além da restituição dos valores pagos a maior nos cinco anos que antecederam o ajuizamento da ação (R\$ 1.040 milhões), parcialmente compensado pelos ressarcimentos de ICMS referentes aos créditos originados do fim da definitividade da substituição tributária (R\$ 239 milhões) e pelos créditos relativos ao pagamento de PIS e COFINS sobre as vendas de etanol (R\$ 79 milhões), obtidos em 2021;
- Perdas de Créditos Esperadas (PCE) R\$ 234 milhões superiores, com despesas líquidas de R\$ 289 milhões em 2021 e de R\$ 55 milhões em 2020. A recuperação judicial da Samarco (R\$ 159 milhões) e o reconhecimento de perdas esperadas em recebíveis da Stratura Asfaltos (R\$ 106 milhões), foram determinantes para a maior PCE em 2021;
- Aumento de R\$ 198 milhões nas Despesas Tributárias, principalmente devido a pagamentos de anistias e multas, em 2021, ao Estado de Pernambuco pela adesão ao PERC-PE (R\$ 187 milhões), ao Estado do Rio de Janeiro em decorrência da adesão ao Programa de Liquidação de ICMS (R\$ 27 milhões), ao Estado de Santa Catarina pela adesão ao REFIS-SC (R\$ 15 milhões), ao Estado de Goiás que concedeu anistia sobre dívidas de ICMS decorrentes de operações de revenda de produtos de aviação (R\$ 14 milhões) e de anistia junto ao Estado do Amazonas para quitação de débitos tributários (R\$ 12 milhões), compensado parcialmente pelo pagamento realizado em 2020 referente à anistia junto ao Estado de Mato Grosso do Sul (R\$ 11 milhões).
- Despesas com Créditos de Descarbonização (CBIOs) R\$ 50 milhões superiores em 2021 devido ao maior número de CBIOs a serem adquiridos em 2021 (4,0 milhões de créditos adquiridos em 2020 para 6,6 milhões de créditos adquiridos em 2021), compensado parcialmente pela redução do preço médio pago em CBIOs no período (R\$ 47,60 em 2020 para R\$ 36,52 em 2021).

O resultado financeiro apresentou um aumento de R\$ 304 milhões, com uma receita líquida de R\$ 568 milhões em 2021, contra R\$ 264 milhões em 2020, principalmente em função do reconhecimento do valor justo da dívida judicializada negociada com a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) (R\$ 1,1 bilhão), em 2021, compensado parcialmente pelo aumento de R\$ 145 milhões das despesas financeiras, principalmente devido ao maior endividamento da Companhia e aumento da taxa SELIC ao longo de 2021, além de maiores despesas com juros em razão de adesões a programas de anistias em diferentes Estados, como Pernambuco, Goiás e Santa Catarina. Destaca-se que a menor valorização da taxa de câmbio acumulada no período de 2021 em comparação ao ano anterior (de R\$ 0,9272 em 2020 para R\$ 0,1046 em 2021), resulta na variação negativa de R\$ 442 milhões nos resultados de operações de SWAP relacionados a empréstimos no exterior, reduzindo o ganho nos contratos de SWAP de R\$ 488 milhões em 2020 para R\$ 46 milhões em 2021. Em contrapartida, essa menor valorização cambial ocasiona a variação positiva de R\$ 162 milhões associada às parcelas dos juros dos empréstimos CITIBANK, JP MORGAN,



SCOTIABANK, MUFG (dólar), BNP - PARIBAS e BANK of AMERICA, e da quitação, em 2021, do empréstimo com o MUFG (em iene). Destaca-se ainda a menor atualização monetária relacionada a impostos a recuperar (R\$ 375 milhões), em razão, principalmente, da atualização monetária de R\$ 386 milhões da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, ocorrida em 2020 e referente ao período de 2012 a 2020 e sem correspondência em 2021.

O lucro líquido do exercício recuou 36,1%, passando de R\$ 3,905 bilhões em 2020 para R\$ 2,497 bilhões em 2021 em função dos pontos citados anteriormente, mas, principalmente. Ressalta-se que o relevante resultado de 2021 reforça a trajetória de resultados positivos e de rentabilidade que marcam a história de sucesso da Companhia.

O EBITDA ajustado cresceu cerca de 31%, passando a R\$ 4,983 bilhões em 2021, de R\$ 3,811 bilhões em 2020, representando uma margem EBITDA ajustada de R\$ 129/m³ em 2021, aumento de 25% em relação a 2020, quando este indicador apresentou resultado de R\$ 104/m³. Destacam-se a recuperação nas vendas e ganho de *market-share* em todos os segmentos, sem deterioração das margens de comercialização, acompanhada da gestão eficiente dos custos e novas parcerias comerciais, com foco na transição energética e sempre em conformidade com a agenda *ESG* da Companhia.

DESEMPENHO DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIOS 2021

Rede de postos

Em 2021 aumentamos nossa rede de postos em 179 estações, intensificando nossa estratégia de expansão com rentabilidade e qualidade, aproveitando as oportunidades de embandeiramento de postos bandeira-branca e de implantação de novos negócios.

Dentro do segmento de Rede de Postos destacamos:

Lojas de Conveniência BR Mania

O ano de 2021 mostrou-se sendo ainda desafiador para o varejo em geral, principalmente em termos de tráfego. Segundo a Nielsen, o canal conveniência perdeu 4,6% em volume e BR Mania menos que 1%. Assim, ganhamos "share volume" e "share valor" este ano. Acreditamos que o lançamento do novo formato de lojas, que apresentou resultado de 20% de crescimento de vendas após a reforma, a chegada do novo time de executivos de franquia prestando consultoria aos franqueados aliado a um poderoso calendário de marketing fez toda a diferença. Além disso, reativamos e inauguramos 104 lojas, fechando o ano com 1.184 lojas ativas.

Superamos o faturamento total de 2020 em 12% e o faturamento médio por loja em 2021 foi de 90 mil reais, o que supera o número de 2020 também em 12%. A aposta no *delivery* resultou em um crescimento exponencial de 155%, desse tipo de venda, em relação ao ano anterior.

Controlamos as despesas e nos tornamos mais eficientes, o que resultou em um EBITDA 134% maior.

Diferente de 2020, em 2021 não houve isenção com relação aos *royalties* de clientes e com isto, a arrecadação foi 23% superior a 2020 (ano da pandemia) e apenas 2% inferior a 2019 (pré-pandemia).

A BR Mania mudou, acompanhou as inovações do mercado e se reinventou trazendo mais valor para seus franqueados e consumidores. Tivemos diversos lançamentos no *Food Service* e como reflexo um crescimento de 11,2% na categoria. Destaque também para a categoria de bebidas não-alcoólicas que apresentou 5,8% de crescimento em relação a 2020. Bomboniere também não ficou atrás, apresentando 15% de aumento na venda média por loja, com destaque para chocolates.



Foram lançados também dois novos programas que ajudam o franqueado a vender mais: Programa Cliente Oculto e o Royalty Premiado 2.0. E novos modelos de loja com operação mais simples e mais rentável.

Para coroar o fechamento do ano, o CADE aprovou a formação da *joint venture* entre Americanas e Vibra formando a VEM Conveniência S.A., empresa que chega com o propósito de criar o mundo conveniente: simples, prático, próximo e que devolva o tempo a todas as pessoas. Com essa aliança e as alavancas mapeadas (*Supply chain*, operação própria e digital), temos um plano de expansão agressivo pela frente para extrair o potencial existente no mercado de conveniência de posto e proximidade.

Centros de lubrificação Lubrax+

Apesar dos grandes desafios do ano de 2021, ampliamos nossa rede de franquias Lubrax+ para 1.711 unidades. No ano de 2021 começamos a recuperar o impacto sofrido no início da pandemia, porém um pouco abaixo das expectativas de projeções de faturamento para o ano. Mesmo com todos os desafios de um cenário ainda pandêmico, mais uma vez o destaque do ano foi a capacidade de expansão da rede, que encerrou 2021 com um saldo positivo de 46 novas unidades franqueadas em comparação com 2020.

Em 2021, sempre na busca da confiança dos nossos consumidores e na praticidade na operação dos nossos franqueados, lançamos um novo sistema da franquia mais moderno e intuitivo. Trouxemos novos parceiros comerciais, aprimoramos nosso suporte de campo aos franqueados e intensificamos as ações promocionais e de incentivo às vendas.

A grande novidade do ano foi o Doutor Lubrax+, uma plataforma de relacionamento dedicada ao lubrificador, que tem como objetivos engajar, capacitar e principalmente reconhecer esse profissional, que é o principal fator de sucesso de um serviço de troca de óleo.

Rede de excelência Siga Bem

A Rede Siga Bem é a rede de excelência de postos Petrobras rodoviários, localizada nas principais rodovias brasileiras, que oferece estrutura completa de atendimento e serviços dedicados aos caminhoneiros.

No ano de 2021, a Rede Siga Bem cresceu mais de 20%, chegando a 135 postos em dezembro, atendendo mais de 70 mil caminhoneiros por mês e representando mais de 35% do volume total de diesel rodoviário comercializado pela Vibra. Realizamos durante todo o ano diversas ações promocionais e de apoio dedicadas aos caminhoneiros e a Gincana do Caminhoneiro, maior ação de marketing das estradas brasileiras, em parceria com a Iveco.

Adicionalmente, assinamos parceria com a empresa HDT Digital, para oferecer aos revendedores Siga Bem serviços exclusivos de caixa e cofre eletrônico em um único equipamento, levando mais conveniência para os caminhoneiros e, ao mesmo tempo, mais segurança e redução de custos nas operações de numerários para o revendedor.

Desempenho da Rede de Postos

A receita líquida ajustada da Rede de Postos aumentou 55,6%, passando a R\$ 79,070 bilhões em 2021, de R\$ 50,813 bilhões em 2020. Este aumento é explicado principalmente em função dos maiores preços médios de realização (+ 45,3%) e do maior volume vendido (+7,1%) em 2021.

O lucro bruto ajustado aumentou em 53,9%, passando a R\$ 3,889 bilhões em 2021, de R\$ 2,527 bilhões em 2020. Este crescimento é explicado, principalmente, pela recuperação de boa parte do volume que foi afetado em razão da pandemia da COVID-19 - aumento de 7,1% no volume vendido em 2021 - com ganho de *market-share* e resiliência



V// V/BR/ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

nas margens de comercialização. Além disso, os reajustes de preços que ocorreram ao longo do ano, de modo geral, foram favoráveis aos resultados do segmento em razão da valorização de produtos em estoque.

As despesas operacionais totais ajustadas aumentaram 59,4%, passando a R\$ 1.304 milhões em 2021, de R\$ 818 milhões em 2020, principalmente em razão da variação negativa de R\$ 534 milhões oriunda de operações de hedge de commodities, passando de uma receita de R\$ 253 milhões em 2020 para uma despesa de R\$ 281 milhões em 2021.

O EBITDA ajustado apresentou crescimento de 51,3%, passando a R\$ 2,585 bilhões em 2021, de R\$ 1,709 bilhões em 2020, em decorrência, principalmente, do aumento de 53,9% do lucro bruto, parcialmente compensado pela variação negativa do hedge de commodities. A margem EBITDA ajustada apresentou aumento de 41%, passando a R\$ 115/m³ em 2021, de R\$ 81/m³ em 2020.

A Rede de Postos representa aproximadamente 60% das Receitas Liquidas Ajustadas e 52% do EBITDA ajustado total da Companhia.

B₂B

Somos líderes no segmento B2B com 37,5% de market-share. Temos um portfólio amplo de combustíveis claros, óleo combustível, coque, energia, produtos químicos e lubrificantes.

Em 2021, atendemos cerca de 7,1 mil clientes (em 2019 ainda contávamos com a operação do gás do Estado do Espírito Santo na nossa base de clientes), resultando em 12,9 milhões de m³ de produtos vendidos, o que representa uma redução de 5,2% no volume comercializado no segmento em 2021 em relação ao exercício anterior, principalmente em razão da expressiva redução no volume de coque (-68%), pelo fim do contrato com a Petrobras, e a saída das vendas da Stratura e ES Gás do volume total comercializado no segmento no decorrer de 2020. Este efeito foi parcialmente compensado pelos aumentos de 12% nas vendas de diesel e de 83% no óleo combustível, este último em razão das maiores vendas para termoelétricas.

Apesar do menor volume vendido, a realização de melhores margens médias de comercialização e os ganhos obtidos em razão dos reajustes de preços que ocorreram ao longo de 2021 resultaram em um Lucro Bruto ajustado 38,6% superior, passando a R\$ 2,903 bilhões em 2021, de R\$ 2,094 bilhões em 2020.

As despesas operacionais ajustadas aumentaram 65,6%, passando de R\$ 723 milhões em 2020 para R\$ 1.197 milhões em 2021, principalmente em razão da variação negativa de R\$ 291 milhões advinda de operações de hedge de commodities, passando de uma receita de R\$ 142 milhões em 2020 para uma despesa de R\$ 149 milhões em 2021. Além disso, as Perdas com Créditos Esperadas foram R\$ 206 milhões superiores em 2021, principalmente devido à recuperação judicial da Samarco (R\$ 159 milhões) e ao reconhecimento de perdas esperadas de R\$ 27 milhões de uma grande transportadora, devido ao aumento do risco de não cumprimento do acordo existente com a Vibra.

O EBITDA Ajustado B2B em 2021, aumentou 24,4% em relação a 2020, passando a R\$ 1,706 bilhão em 2021, de R\$ 1,371 bilhão em 2020, reflexo, principalmente do maior Lucro Bruto no período.

Mercado de Aviação

Somos líderes no segmento de aviação com 67,8% de market-share. Estamos presentes em 88 unidades distribuídas por todas as regiões do país e possuímos uma carteira de mais de 2.200 clientes ativos.

Em 2021, realizamos, aproximadamente, 52,4 mil operações de abastecimento de aeronaves por mês, em atendimento aos nossos clientes em todo o território nacional.

O segmento de Aviação foi, dentre os mercados em que a Companhia atua, o mais afetado pela pandemia da COVID-19. Relevantes sinais de recuperação foram observados ao longo de 2021, principalmente nos voos nacionais, o que

V// V/BR/RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

pôde ser observado no aumento de 23,6% do mercado na comparação com 2020. No entanto, estimativas do segmento indica que serão necessários alguns anos para que o mercado retorne aos níveis de atividade prépandemia.

Conhecedora da nova realidade do mercado de aviação, a Companhia se readequou, conquistou novos clientes, revisitou contratos existentes e aumentou seu volume de vendas em aproximadamente 46%, alavancando sua participação no mercado e se consolidado ainda mais como líder no setor, sem depreciar as margens de comercialização e sendo beneficiada por ganhos orgânicos em razão dos reajustes de preços dos derivados que ocorreram ao longo de 2021. Como consequência, aumento do Lucro Bruto ajustado em 84,2%, passando a R\$ 873 milhões em 2021, de R\$ 474 milhões em 2020.

Despesas operacionais ajustadas de R\$ 349 milhões em 2021, montante 4,1% inferior às despesas operacionais de 2020 (R\$ 364 milhões).

EBITDA Ajustado da Aviação aumentou 376% em 2021, passando a R\$ 524 milhões neste ano, de R\$ 110 milhões realizados em 2020, enquanto a margem EBITDA ajustada alcançou R\$ 172/m³, 227% superior ao resultado de 2020 (R\$ 52/m³).

NOVOS LIMITES DE ALAVANCAGEM

Ao longo de 2021 a Vibra captou um montante total de R\$ 6,8 bilhões em um mix de instrumentos bilaterais com diferentes instituições e mercado de capitais através de CRA e Debêntures Institucionais. Apesar do ambiente de bastante incerteza no mercado junto a retomada da atividade econômica, a Companhia conseguiu obter condições de financiamento atrativas, com prazos médios de 3 anos e custos competitivos (CDI +1,56% a.a). Além de financiar o capital de giro da Companhia, parte desses recursos foram e serão utilizados para financiar as iniciativas estratégicas da Vibra a exemplo da aquisição de participação na Comerc (R\$ 3,25 bilhões) e JV com a Copersucar (R\$ 220 milhões).

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Ajustada da Companhia, após Instrumento Derivativo (swap), alcancou no período findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 13,736 bilhões, 70,6% acima da posição em 31 de dezembro de 2020. Este aumento está alinhado aos movimentos estratégicos da companhia como: (i) Aquisição das debêntures emitidas pela Comerc, subscritas pela Companhia em novas ações ordinárias da própria Comerc (equivalente a R\$ 2 bilhões); (ii) na entrega de maior retorno aos acionistas via antecipação de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 532 milhões; e (iii) recompra de ações de R\$ 916 milhões. Este incremento da dívida veio acompanhado de mudanças estruturais e positivas no perfil de endividamento da Companhia por meio da estratégia de liability management.

A Vibra vem trabalhando de forma consistente para o alongamento das dívidas assim como do reperfilamento do cronograma de amortizações visando a desconcentração de vencimentos. Como resultado desse trabalho, em 12 meses a Companhia quase dobrou o prazo médio da dívida saindo de 2,3 anos no 4T20 para 4,4 anos no 4T21.

O foco no liability management permitiu também a Vibra reduzir em 2021 o custo médio da dívida de CDI + 2,66% a.a. no 4T20 para CDI + 1,69% a.a. no 4T21, esse resultado foi possível através de uma estratégia pautada na diversificação de instrumentos entre bilaterais e mercado de capitais aproveitando as janelas de oportunidade de cada produto.

Em fevereiro de 2022 concluímos também captações de R\$ 1,12 bilhão por meio de operações de 4131/NCE com prazo de 5 anos, amortização bullet e custo médio de CDI + 1,59% a.a. Além das captações, a Companhia contratou 4 operações de SWAP de IPCA para CDI das dívidas do estoque. O efeito combinado das duas iniciativas resultou em uma significativa redução de 0,52% a.a no custo da dívida, saindo de CDI + 1,69% a.a. no 4T21 para CDI + 1,18% a.a. no final de fevereiro de 2022.

CAPEX E EMBANDEIRAMENTOS

Realizamos, juntamente com nossas controladas, R\$ 649 milhões em Capex, concentrados na manutenção das infraestruturas operacional e varejista de distribuição de derivados de petróleo. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos em 2021.

Investimentos em CAPEX (R\$ mil hões)	2021	%
Ampliação e Melhoria de Terminais, Bases e demais Instalações Operacionais	188	29%
Manutenção e Ampliação da Rede de Postos	35	5%
Ampliação da Fábrica de Lubrificantes	101	16%
Obras e Instalações em Clientes Consumidores	44	7%
Segurança, Meio Ambiente e Saúde	33	5%
Tenologia da Informação	168	26%
Outros Investimentos	79	12%
Total	649	100%

Para a expansão da rede de postos de serviços em 179 novas estações e renovações contratuais, a Companhia investiu R\$ 985 milhões em 2021, sendo R\$ 545 milhões em bonificações antecipadas, R\$ 432 milhões em bonificações por performance e R\$ 8 milhões em financiamentos ressarcível.

RENOVABIO

A partir de 2020, foi efetivamente implementada a Política Nacional dos Biocombustíveis (Renovabio), instituída pela Lei no. 13.576/2017, que para incentivar a produção de biocombustíveis e reduzir a emissão de gases de efeito estufa, apresenta como principal instrumento a criação de um mercado de crédito de carbono e metas definidas para sua execução, tendo em vista o volume comercializado de combustíveis fósseis por cada distribuidora de combustíveis, que é a única parte obrigada a compensar as emissões destes combustíveis, por meio de aquisição de CBIOs (Certificados de Descarbonização) neste novo mercado, cuja negociação ocorre no âmbito da B3.

Os CBIOs são emitidos por produtores e importadores de biocombustíveis devidamente certificados de acordo com a eficiência para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil.

Assim, cumprindo integralmente sua obrigação legal de aquisição de CBIOs para o ano de 2021, a Companhia adquiriu estes Certificados na forma e no prazo previstos nas normas, no total de 6.550.462 (seis milhões, quinhentos e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e dois) CBIOs, correspondente ao montante de R\$ 239.202.637 (duzentos e trinta e nove milhões, duzentos e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais).

Em 22/12/2021, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgou a meta preliminar da Vibra para 2022, na quantidade de 9.738.380 (nove milhões, setecentos e trinta e oito mil, trezentos e oitenta) CBIOs, que representa 27,07% da meta total do Brasil. A meta definitiva para o ano de 2022 será disponibilizada por esta agência até 31/03/2022.

INVESTIDAS

Nesse início de transformação, demos também os primeiros e importantes passos em nossa gestão de portfólio, com o desinvestimento do negócio de coque verde (Brasil Carbonos) e de térmicas (Muricy e Pecém).



V// V/BR/RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao mesmo tempo, avançamos em novas avenidas de crescimento. Com incremento da nossa presença na comercialização de energia, a Vibra tornou-se sócia majoritária Grupo Targus (atual Vibra Comercializadora de Energia S.A.). Como resultado da aquisição, a Companhia passou a atuar na comercialização de energia elétrica, complementando seu portfólio de produtos, ampliando a oferta de valor para seus clientes e oferecendo além do novo produto, serviços de gestão no mercado livre e produtos de geração distribuída.

Prospectando fortalecer a sua presença no mercado energético, realizamos um novo deal por meio do qual a Vibra adquiriu 50% de participação acionária na COMERC Participações S.A. O negócio representa mais um passo no reposicionamento da Vibra para se tornar uma empresa de energia, privilegiando a transição energética e rumo a uma economia de baixo carbono. A associação entre a Vibra e a COMERC está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia pois permite agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia, preparada para fornecer soluções para clientes finais com potencial e capacidade financeira para ser uma das mais relevantes empresas de energia do Brasil.

Em nossa estratégia de diversificação da comercialização de matrizes energéticas, firmamos acordo de cooperação com a startup ZEG Biogás e Energia S.A., para o desenvolvimento em conjunto do mercado de biometano, e acordo de cooperação com startup Ezvolt que poderá levar ao desenvolvimento em conjunto de atividades relacionadas a eletro-mobilidade para clientes B2C e B2B, deixando cada vez mais clara a nossa vocação para ser a maior empresa distribuidora de energia - qualquer que seja o tipo de energia demandada pela nossa base de clientes.

Celebramos ainda, com Copersucar S.A., documentos vinculantes com o objetivo de criar uma joint venture que atuará como Empresa Comercializadora de Etanol. A formação da nova comercializadora de etanol deverá gerar ganhos de escala que viabilizarão maior competitividade e diversos tipos de sinergias nas operações, através de melhores controles operacionais, maior capacidade de carregos de estoque, monitoramento constante e visão ampla de todos os processos da cadeia em tempo real, entre outros. Esta iniciativa está alinhada à pauta ESG da Vibra, uma vez que essa comercializadora de etanol tem a ambição de desempenhar papel relevante no apoio à transição energética e à descarbonização da frota nacional de veículos leves. A formalização da parceria e o fechamento da operação dependem do cumprimento de condições usuais para transações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização do CADE e credenciamento da Empresa Comercializadora de Etanol perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis - ANP.

Também celebramos a parceria com a Lojas Americanas para o negócio de conveniência, consumada através da constituição da Vem Conveniência S.A., que prevê a integração das 1.255 lojas das marcas BR Mania e Local em uma nova sociedade, cujo capital será dividido em partes iguais entre as duas empresas, e contará com estrutura profissional e de governança próprias. A marca da BR Mania será mantida nas lojas dos postos de combustíveis, enquanto as lojas fora dos postos de combustíveis utilizarão a marca Local. O formato da Parceria prevê tanto lojas franqueadas como a operação própria de lojas de pequeno varejo.

MERCADO DE CAPITAIS

A Vibra é uma sociedade anônima de capital aberto, com suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 2017, com o código VBBR3, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, mais alto nível de governança corporativa.

Seu capital social é representado por 1.165.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 39.109.000 ações (3,36%) pertencentes ao programa de recompra, anunciado pela Companhia em 29 de julho de 2021, com prazo de até 18 meses, e, dentro desse período, o máximo de ações que podem ser recompradas é de 10% do total das ações ordinárias da Companhia em circulação. As ações adquiridas com base no Programa de Recompra permanecerão em tesouraria para manutenção, alienação ou cancelamento.



/ VIBR/ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As ações da Companhia encerraram o pregão de **30 de dezembro de 2021** cotadas a **R\$ 21,40** apresentando uma valorização de 5,56% ao longo do ano com volume financeiro médio negociado na B3 - Brasil, Bolsa & Balcão de 1° **de janeiro** à **31 de dezembro** de **R\$ 263,7** milhões/dia, confirmando a boa liquidez do papel.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

No ano de 2021, foram distribuídos R\$ 2,859 bilhões de Dividendos e juros sobre o capital próprio. Referente ao exercício de 2020, o montante total distribuído foi de R\$ 2,3 bilhões, equivalente a \cong 2,00 por ação ordinária. Já em relação ao exercício de 2021, o montante total distribuído foi de **R\$ 532** milhões, equivalente a \cong 0,46 por ação ordinária.

Os valores consideram o dividendo mínimo obrigatório, em ambos os exercícios, em relação a juros sobre capital próprio e dividendos declarados em Assembleia Geral Ordinária ("AGO").

Os eventos seguem resumidos na tabela abaixo:

Status	Exercício	Descrição	Data da Pagamento	Valor Bruto/ ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)
~	2020	Juros sobre capital próprio (JCP).	12/01/2021	0,427800440	498.387.512,18
~	2020	Dividendos complementares ao mínimo obrigatório e parte dos dividendos adicionais aprovados na AGO.	30/04/2021	0,950370415	1.107.181.533,88
~	2020	2ª parcela referente à remuneração aos acionistas sob forma de dividendos, aprovados na AGO.	31/08/2021	0,619515762	721.735.862,91
~	2021	Antecipação de uma parte do Juros sobre capital próprio (JCP).	29/09/2021	0,333672094	383.277.611,00
~	2021	Antecipação da 2ª parcela do Juros sobre capital próprio (JCP).	23/12/2021	0,131482454	148.547.535,44
×	2021	Dividendos complementares ao mínimo obrigatório.	Até maio/22	0,117107099	131.849.828,95
Total				2,579948264	2.990.979.884,36

Os montantes equivalentes a dividendos e juros sobre o capital próprio ocorridos no 4T21 foram declarados tendo como base as posições acionárias verificadas respectivamente em 14 de dezembro de 2021 (inclusive).

Vale ressaltar que os valores totais brutos indicados na tabela acima foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/76. O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio ainda serão deduzidos do valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), na forma da legislação em vigor, com exceção dos acionistas comprovadamente imunes e/ou isentos.



O início do conflito entre Rússia e Ucrânia, com suas consequências geo-políticas culminando em preços de combustíveis em níveis historicamente altos, tem possíveis repercussões primárias e secundárias na atividade econômica no Brasil. O reflexo mais direto em nosso negócio é que as elevações de preços de commodities pressionam a necessidade de capital de giro, tanto pelo aumento de custo dos estoques de produtos quanto pelo maior montante alocado à carteira de crédito concedido a clientes. Temos observado essas implicações ao longo do primeiro trimestre e, portanto, tomado medidas necessárias no sentido de reforçar as condições de liquidez de curto prazo da Companhia.

Dessa forma, e com o objetivo de, preventivamente, suavizar a pressão sobre o caixa da Companhia nesse período, a administração propõe à AGO de 2022, de maneira a também preservar os níveis de endividamento e alavancagem, a distribuição de 25% do lucro líquido do período após as destinações obrigatórias.

Assim, a Administração encaminhará à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 2022, proposta de complemento dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de aproximadamente R\$132 milhões, para pagamento até maio de 2022.

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de reais)

		Consoli	dado	Control	adora			Consoli	dado	Controla	dora
Ativo	Nota	2021	2020	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.625	3.358	3.553	3.196	Fornecedores	14	3.310	2.196	3.337	2.226
Contas a receber, líquidas	7	5.587	3.997	5.984	4.336	Empréstimos e financiamentos	15	1.339	2.082	1.183	1.980
Estoques	8	5.674	3.545	5.675	3.545	Financiamento de fornecimento de produtos	13	529	2.002	529	1.500
Adiantamentos a fornecedores	•	47	55	42	54	Arrendamentos	16	118	115	250	232
Imposto de renda e contribuição social		143	126	143	126	Adiantamentos de clientes	10	613	666	613	666
Impostos e contribuições a recuperar	17.1	1.701	1.417	1.700	1.417	Imposto de renda e contribuição social		391	-	391	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	541	592	541	592	Impostos e contribuições a recolher	17	230	355	230	354
Despesas antecipadas	10	131	60	131	60	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	20.4.1	132	942	132	942
Instrumentos financeiros derivativos	27	97	19	97	19	Salários, férias, encargos, prêmios e participações		222	233	222	232
Ativos mantidos para venda		11	11	11	11	Programas de desligamento e reestruturação		-	1	-	1
Outros ativos circulantes		203	171	210	177	Planos de pensão e saúde	19	108	102	108	102
	-	17.760	13.351	18.087	13.533	Instrumentos financeiros derivativos	27	31	81	31	81
	-		101001	101001		Outras contas e despesas a pagar		316	169	284	151
						canac comac caceptonic a page.	_	7.339	6.942	7.310	6.967
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	15	11.670	5.675	11.116	5.007
Títulos e valores mobiliários	9	2.018	3	2.018	3	Arrendamentos	16	706	681	1.123	1.106
Contas a receber, líquidas	7	526	752	526	752	Planos de pensão e saúde	19	751	1.768	751	1.768
Depósitos judiciais	25.2	1.124	1.164	1.123	1.163	Instrumentos financeiros derivativos	27	41	1.700	41	1.700
Impostos e contribuições a recuperar	17.1	773	1.422	773	1.422	Provisão para processos judiciais e administrativos		988	899	988	899
Impostos e contribuições a recuperar Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.3	1.596	1.705	1.596	1.705	Outras contas e despesas a pagar	5 23	81	155	81	155
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	1.573	1.753	1.573	1.753	Outras contas e despesas a pagar	-	14.237	9.178	14.100	8.935
Despesas antecipadas	10	104	139	104	139		-	21.576	16.120	21.410	15.902
Instrumentos financeiros derivativos	27	579	498	579	498		-	21.570	10.120	21.410	13.302
Outros ativos realizáveis a longo prazo		7	11	7	6	Patrimônio líquido	20				
outros atrios rounzarolo a longo prazo	-	8.300	7.447	8.299	7.441	Capital social realizado		6.353	6.353	6.353	6.353
		0.000		0.200		Ações em tesouraria		(918)	-	(918)	-
						Reserva de capital		17	4	17	4
Investimentos	11	609	448	671	565	Reservas de lucros		7.580	7.055	7.580	7.055
Imobilizado	12	6.762	6.723	6.208	6.212	Ajuste de avaliação patrimonial		(724)	(1.205)	(724)	(1.205)
Intangível	13	453	358	453	358		-	12.308	12.207	12.308	12.207
·	-	16.124	14.976	15.631	14.576		-		·	-	
		33.884	28.327	33.718	28.109			33.884	28.327	33.718	28.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de reais, exceto pelo resultado por ação)

		Consolid	ado	Controlad	lora
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	21	130.121	81.501	130.115	80.931
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22.1	(123.270)	(77.044)	(123.265)	(76.547)
Lucro bruto		6.851	4.457	6.850	4.384
Despesas operacionais					
Vendas	22.2	(2.374)	(2.237)	(2.384)	(2.224)
Perdas de crédito esperadas	22.2	(289)	(55)	(289)	(43)
Gerais e administrativas	22.3	(634)	(457)	(628)	(442)
Tributárias		(345)	(147)	(345)	(146)
Outras receitas (despesas), líquidas	22.4	(715)	2.996	(718)	3.001
	_	(4.357)	100	(4.364)	146
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	_	2.494	4.557	2.486	4.530
Financeiras	23				
Despesas		(530)	(385)	(567)	(436)
Receitas		1.643	450	1.640	442
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(545)	199	(530)	224
•	_	568	264	543	230
Resultado de participações em investimentos	11	112	9	144	66
Lucro antes dos impostos		3.174	4.830	3.173	4.826
Imposto de renda e contribuição social	17.3.3				
Corrente		(867)	(931)	(866)	(925)
Diferido		190	6	190	4
	_	(677)	(925)	(676)	(921)
Lucro líquido do exercício		2.497	3.905	2.497	3.905
Resultado por ação básico - R\$	20.6	2,1625	3,3519	2,1625	3,3519
Resultado por ação diluído - R\$	20.6	2,1611	3,3517	2,1611	3,3517

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de reais)

	Consolid	ado	Controladora		
_	2021	2020	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	2.497	3.905	2.497	3.905	
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Planos de pensão					
Ganhos atuariais	881	557	881	557	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(299)	(189)	(299)	(189)	
-	582	368	582	368	
Plano de saúde					
Ganhos (Perdas) atuariais	(101)	695	(101)	695	
-	(101)	695	(101)	695	
	481	1.063	481	1.063	
Resultado abrangente do exercício	2.978	4.968	2.978	4.968	

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de reais)

						Consc	lidado					Controladora
										Outros		
										resultados		
		Reservas de				R	eservas de lu	icros		abrangentes		
	Capital social	Capital /						Dividendos adicionais		Ajuste de	Total do	Total do
	subscrito e	Opções	Ações em	Incentivos			Retenção	propostos / Juros sobre	Lucros	avaliação	patrimônio	patrimônio
	integralizado	outorgadas	tesouraria	fiscais	Legal	Estatutária	de lucros	capital próprio	acumulados	patrimonial	líquido	líquido
Em 31 de dezembro de 2019	6.353	-	-	-	1.136	270	2.741	534	-	(2.268)	8.766	8.766
Opções outorgadas	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063	1.063	1.063
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.905	-	3.905	3.905
Destinações:												
Apropriação em reservas	-	-	-	-	136	-	1.464	-	(1.600)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos / Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	774	(1.807)	-	(1.033)	(1.033)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(498)	-	(498)	(498)
Em 31 de dezembro de 2020	6.353	4	-	-	1.272	270	4.205	1.308	-	(1.205)	12.207	12.207
Opções outorgadas	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13	13
Ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	481	481	481
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.497	-	2.497	2.497
Recompra de ações	-	-	(918)	-	-	-	-	-	-	-	(918)	(918)
Destinações:												
Apropriação em reservas	-	-	-	1	-	-	1.832	-	(1.833)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(532)	-	(532)	(532)
Dividendos adicionais propostos / Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.308)	(132)	-	(1.440)	(1.440)
Em 31 de dezembro de 2021	6.353	17	(918)	1	1.272	270	6.037	-	-	(724)	12.308	12.308

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de reais)

		Consolida	ıdo	Controlad	lora
	Nota	2021	2020	2021	2020
Atividade operacional					
Lucro líquido do exercício		2.497	3.905	2.497	3.905
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social		677	925	676	921
Depreciação e amortização	22	559	537	567	541
Resultado com alienação / baixas de ativos	7	(98)	147 79	(98)	147
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão Resultado de participações em investimentos relevantes	7	312 (112)	(9)	312 (144)	67 (66)
Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	815	652	815	652
Apropriação de seguros, aluguéis e outros	10	111	57	111	55
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		(385)	393	(367)	428
Ganho valor justo instrumentos financeiros, líquido		270	(909)	270	(909)
Despesa com planos de pensão e saúde	19	(22)	(1.711)	(22)	(1.711)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	25.1	926	(49)	926	(52)
Provisão abono por repactuação salarial		(8)	63	(8)	63
Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)		240	190	240	190
Recuperação de PIS e COFINS - exclusão de ICMS da base de cálculo		-	(1.040)	-	(1.040)
Créditos de ICMS - Fim da definitividade - Substituição Tributária		(291)	(52)	(291)	(52)
Ganho com indenização contrato de concessão		-	(117)	-	(117)
Provisão de prêmios e incentivos de curto prazo		85	-	85	-
Outros ajustes		64	14	64	16
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos					
Contas a receber		(988)	633	(1.045)	620
Estoques		(2.117)	(163)	(2.118)	(155)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	(584)	(467)	(584)	(467)
Despesas antecipadas		(148)	(47)	(148)	(44)
Depósitos Judiciais		(14)	(21)	(14)	(21)
Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)	13	(240)	(190)	(240)	(190)
Fornecedores		1.446	(345)	1.444	(378)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	(987)	-	(986)
Impostos, taxas e contribuições		22	118	26	163
Planos de pensão e de saúde		(209)	(371)	(209)	(371)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		- (4)	(2)	- (4)	(2)
Programas de desligamento e reestruturação Pagamento de prêmios e incentivos de curto prazo		(1) (53)	(114)	(1) (53)	(114)
Pagamentos de precissos judiciais e administrativos		(105)	(51)	(105)	(51)
Adiantamentos de clientes		(53)	388	(53)	387
Outros ativos e passivos, líquidos		(319)	362	(330)	330
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.276	1.818	2.203	1.759
Atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizados e intangíveis		(584)	(606)	(479)	(541)
Investimentos em participações societárias		(52)	(13)	(52)	(13)
Recebimentos pela venda de ativos		185	31	185	35
Investimentos em TVM		(1.998)	-	(1.998)	-
Dividendos recebidos		15	1	23	24
Recebimentos de empréstimos concedidos		29	17	29	17
Efeito caixa decorrente da perda de controle de participação		(10)	(11)	-	
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de investimentos		(2.415)	(581)	(2.292)	(478)
Atividades de financiamentos					
Financiamentos					
Captações	15.1	6.761	4.713	6.761	4.713
Amortizações de principal	15.1	(2.036)	(3.396)	(1.905)	(3.278)
Amortizações de juros	15.1	(277)	(297)	(237)	(251)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	20.4.1	(2.761)	(1.080)	(2.761)	(1.080)
Arrendamentos	40.5				
Pagamentos de principal	16.2	(218)	(95)	(340)	(209)
Pagamentos de juros	16.2	(74)	(70)	(83)	(78)
Recompra de ações		(916)	(46)	(916)	(46)
Outros Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		(73) 406	(16)	(73) 446	(16)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		267	(241) 996	357	(199) 1.082
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.358	2.362	3.196	2.114
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.625	3.358	3.553	3.196
		OIOZU	01000	01000	0.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora			
	2021	2020	2021	2020		
Receitas						
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	163.089	103.473	163.083	102.737		
Perdas de crédito esperadas	(312)	(79)	(312)	(67)		
Receitas relativas à construção de ativos para uso	486	457	364	380		
In the second se	163.263	103.851	163.135	103.050		
Insumos adquiridos de terceiros	405.404	70.070	405.404	70.500		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	125.164	76.979	125.164	76.503		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.694	1.753	1.587	1.649		
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	6.088	3.430	6.088	3.265		
	132.946	82.162	132.839	81.417		
Valor adicionado bruto	30.317	21.689	30.296	21.633		
Retenções						
Depreciação e amortização	559	537	567	541		
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	29.758	21.152	29.729	21.092		
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de participações em investimentos	112	9	144	66		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais	1.860	1.176	1.856	1.168		
Aluguéis e royalties	382	235	382	235		
	2.354	1.420	2.382	1.469		
Valor adicionado a distribuir	32.112	22.572	32.111	22.561		
Pessoal e administradores Remuneração direta Salários	475	424	472	414		
Prêmios por desempenho e outros incentivos	100	30	100	30		
Abono por repactuação salarial	(8)	63	(8)	63		
- Toolio poi repactadado Salahai	567	517	564	507		
Beneficios						
Vantagens	87	68	87	66		
Plano de aposentadoria e pensão	169	201	169	201		
Programas de desligamento e reestruturação	-	(2)	-	(2)		
Plano de saúde	(126)	(1.862)	(126)	(1.863)		
_	130	(1.595)	130	(1.598)		
FGT\$	53	52	52	51		
	750	(1.026)	746	(1.040)		
Tributos		((,		
Federais	1.151	2.171	1.149	2.162		
Estaduais	26.207	16.443	26.207	16.443		
Municipais	35	27	35	27		
	27.393	18.641	27.391	18.632		
Instituições financeiras e fornecedores						
Juros, variações cambiais e monetárias	1.308	926	1.313	938		
Aluguéis / arrendamentos	164	126	164	126		
	1.472	1.052	1.477	1.064		
Acionistas						
Juros sobre capital próprio	532	498	532	498		
Dividendos	132	499	132	499		
Lucros retidos	1.833	2.908	1.833	2.908		
	2.497	3.905	2.497	3.905		
Valor adicionado distribuído	32.112	22.572	32.111	22.561		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1. Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil e constituída em 12 de novembro de 1971.

Em 1º de julho de 2021, foi registrada na CVM a oferta pública secundária de ações da Petrobras Distribuidora S.A., por meio da qual a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) alienou a totalidade de sua participação na Companhia. A oferta foi concluída em 5 de julho de 2021, momento a partir do qual encerraram-se os vínculos societários entre as empresas.

Em 19 de agosto de 2021, a Petrobras Distribuidora S.A., fez o lançamento de sua nova marca passando a adotar a identidade corporativa de Vibra Energia.

Em 13 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a alteração da razão social da Petrobras Distribuidora S. A. para Vibra Energia S.A..

A Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) é apresentada nessas demonstrações contábeis como "Companhia" ou "Vibra", tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

1.2 Impactos causados pela COVID-19 nas demonstrações financeiras

Considerando o contexto da pandemia referente ao COVID-19, a Companhia manteve as práticas adotadas no ano anterior e divulgadas na nota 1.3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, mantendo no regime de home office, os trabalhadores cujas atividades podem ser desempenhadas remotamente e, para os demais, cujas atividades precisam ser realizadas presencialmente, houve redução do efetivo para minimizar a circulação de pessoas nas unidades operacionais. Todos os protocolos de segurança amplamente divulgados estão sendo seguidos.

Efeito nas demonstrações financeiras

Apesar da pandemia e da permanência de algumas restrições a viagens e circulação de pessoas, em 31 de dezembro de 2021, a receita de vendas da Companhia de diesel, gasolina e etanol, principais produtos para a mobilidade urbana, foi superior em R\$47.730 em relação ao mesmo período de 2020. As vendas de querosene de aviação também aumentaram de R\$5.305 em 2020 para R\$10.650 em 2021.

Em que pese o crescimento nas vendas da Companhia, o segmento de aviação continua pressionado e o risco de crédito segue monitorado conforme nota 28.3. Destaca-se que o saldo das perdas de crédito esperadas para este segmento em 31 de dezembro de 2021 é R\$145 contra R\$ 137 em 31 de dezembro de 2020.

A Administração entende que os ativos fiscais diferidos e os ativos de longo prazo são recuperáveis economicamente e, portanto, não há necessidade de reconhecer provisões adicionais para perdas de ativos não financeiros. Também não há efeitos materiais adversos nas operações da Companhia que ponham em dúvida o pressuposto de sua continuidade operacional.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de março de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado — DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração que, portanto, é divulgada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas controladas no Brasil, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

As controladas com moeda funcional diferente do Real possuem seus montantes de receitas e despesas convertidos pela taxa de câmbio média mensal e os saldos de ativos e passivos convertidos pela taxa final.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas de crédito esperadas nota 7
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível nota 12 e 13
- Impairment de ativo imobilizado e intangível nota 12 e 13
- Imposto de renda e contribuição social diferidos nota 17
- Benefícios concedidos a empregados (planos de pensão e saúde) nota 19
- Processos judiciais, administrativos e contingências nota 25

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As políticas contábeis significativas estão descritas nas respectivas notas explicativas.

5 Novos pronunciamentos contábeis

A seguir são apresentadas as principais alterações e novas normas que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021.

Data de vigência	Novas normas ou alterações	 Descrição
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)	Esclarece que os custos diretos de cumprimento de um contrato incluem os custos incrementais e outros custos diretamente relacionados com o cumprimento dos contratos. Antes de reconhecer uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável ocorrida nos ativos usados para o cumprimento do contrato.
		•

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Data de vigência	Novas normas ou alterações	Descrição
1º de janeiro de 2022 (aplicação retrospectiva)	Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)	Proíbe uma entidade de deduzir do custo de um item do imobilizado quaisquer receitas recebidas pelas vendas de itens produzidos enquanto a entidade está preparando o ativo para o uso pretendido.
1º de janeiro de 2022 (aplicação prospectiva)	Melhorias anuais para normas IFRS – 2018- 2020	Refere-se às seguintes atualizações: IFRS 9 - taxas a serem consideradas no teste para desreconhecimento de passivos financeiros; IFRS 16 - alteração do exemplo ilustrativo 13; IFRS 1 – simplificação da aplicação da norma por uma subsidiária que se torne adotante de IFRS pela primeira vez após a sua controladora; e IAS 41 - fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo.
1º de janeiro de 2022 (aplicação prospectiva)	Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)	Atualiza a referência à Estrutura Conceitual e adiciona exceção para o reconhecimento de obrigações no âmbito do IAS 37 e IFRIC 21. As alterações também confirmam que os ativos contingentes não devem ser reconhecidos em uma combinação de negócios.
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)	Esclarece que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existam na data do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos que ocorram após a data de relatório.
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro).	Emitido como substituto do IFRS 4 Seguros (CPC 11 - Contratos de Seguro). Estabelece requisitos de reconhecimento e divulgação que permita a avaliação dos efeitos que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.
1º de janeiro de 2023	Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração prática 2)	Requer que as empresas divulguem as políticas contábeis materiais ao invés das políticas contábeis significativas e esclarece o que são informações materiais de políticas contábeis.
1º de janeiro de 2023	Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23/IAS 8)	Esclarece como distinguir mudanças de políticas contábeis e mudanças de estimativas contábeis.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Data de vigência	Novas normas ou alterações	Descrição
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)	Requer que as empresas registrem impostos diferidos no momento do reconhecimento inicial de transações que gerem montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis.
		Estabelece, ainda, que as empresas devem reconhecer ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos no início do período comparativo mais antigo para todas as diferenças temporárias associadas à:
		 Direito de uso e passivo de arrendamento; e
		 Descomissionamento, restauração e passivos semelhantes e os montante correspondentes, reconhecidos com parte do custo do ativo relacionado

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção destas normas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

_	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	41	50	41	50
Aplicações financeiras				
No pais	3.470	3.283	3.398	3.121
No exterior	114	25	114	25
Total	3.625	3.358	3.553	3.196

As aplicações financeiras correspondem a (i) fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros, e (ii) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Operações Compromissadas de bancos de primeira linha. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior referem-se a aplicações de recursos no *Overnight*.

⇒ Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7 Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controla	ontroladora	
	2021	2020	2021	2020	
Partes relacionadas (*) (nota 29)	28	596	424	935	
Terceiros	8.522	7.421	8.523	7.421	
Total das contas a receber (nota 7.1)	8.550	8.017	8.947	8.356	
Parallinia da contrata a constitución					
Recebíveis de contratos com clientes	7.307	6.511	7.308	6.511	
Outras contas a receber	1.243	1.506	1.639	1.845	
Financiamentos a receber	1.125	1.398	1.125	1.398	
Adiantamentos	-	-	396	339	
Recebíveis por desinvestimentos	81	69	81	69	
Outros	37	39	37	39	
Perdas de crédito esperadas					
Terceiros	(2.437)	(3.241)	(2.437)	(3.241)	
Partes relacionadas (*)	-	(27)	-	(27)	
Total das perdas de crédito esperadas	(2.437)	(3.268)	(2.437)	(3.268)	
Contas a receber - líquidas	6.113	4.749	6.510	5.088	
-					
Contas a receber (circulante), líquidas	5.587	3.997	5.984	4.336	
Contas a receber (não circulante), líquidas	526	752	526	752	

^(*) Em 5 de julho de 2021, com a conclusão da venda pela Petrobras da totalidade das ações que detinha da Companhia, os relacionamentos da Companhia com a Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras deixaram de atender aos critérios de transações com partes relacionadas.

	Consolid	dora		
Mutação das perdas de crédito esperadas	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(3.268)	(3.284)	(3.268)	(3.225)
(Adições)/Reversões, líquidas	(312)	(79)	(312)	(67)
Baixas	23	24	23	24
Desreconhecimento de recebíveis (*)	1.120	-	1.120	-
Baixa pela venda da Stratura	-	71	-	-
Saldo final	(2.437)	(3.268)	(2.437)	(3.268)
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.382)	(2.284)	(2.382)	(2.284)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(55)	(984)	(55)	(984)

^(*) Em 2021, houve o desreconhecimento do contas a receber da Samarco (R\$159), Enguia Gen CE Ltda (R\$21), Enguia Gen PI Ltda (R\$11), Rio Amazonas Energia (R\$103) e Cia. de Eletricidade do Amapá (R\$826).

A Companhia apresenta R\$ 2.191 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R\$ 3.141 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2020). A Companhia reduz a zero a expectativa de recuperação da totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Principais movimentações das perdas de crédito esperadas

As principais adições líquidas referem-se ao pedido de recuperação judicial da Samarco (R\$159) e à expectativa de perda da totalidade do mútuo a receber concedido à Stratura em 2018, atualmente controlada pela Bitumina (R\$106).

A Companhia, em função da cessão dos recebíveis ao Bank of America, efetuou o desreconhecimento dos créditos da Samarco, no valor de R\$159 e, em decorrência de acordo celebrado com o Estado do Amapá e a CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá), desreconheceu créditos da CEA de R\$826, que estavam em cobrança judicial. Esses movimentos de desreconhecimentos de recebíveis não impactam o resultado.

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

			Conso	lidado		
		2021			2020	
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	130	(42)	88	61	(17)	44
De 3 a 6 meses	43	(31)	12	76	(71)	5
De 6 a 12 meses	58	(18)	40	82	(25)	57
Acima de 12 meses	2.307	(2.187)	120	3.263	(3.129)	134
Total	2.538	(2.278)	260	3.482	(3.242)	240
A vencer	6.012	(159)	5.853	4.535	(26)	4.509
Total	8.550	(2.437)	6.113	8.017	(3.268)	4.749

			Contro	ladora		
		2021			2020	
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	130	(42)	88	61	(17)	44
De 3 a 6 meses	43	(31)	12	76	(71)	5
De 6 a 12 meses	58	(18)	40	82	(25)	57
Acima de 12 meses	2.307	(2.187)	120	3.263	(3.129)	134
Total	2.538	(2.278)	260	3.482	(3.242)	240
A vencer	6.409	(159)	6.250	4.874	(26)	4.848
Total	8.947	(2.437)	6.510	8.356	(3.268)	5.088

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.2 Composição - Setor elétrico (Sistema isolado)

_	A vencer	Vencido	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Sistema Eletrobras					
Eletrobras	54	-	54	-	54
Centrais Elétricas do Norte do Brasil	_	1	1	(1)	
-	54	1	55	(1)	54
Demais empresas do sistema isolado					
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	371	-	371	-	371
Rio Amazonas Energia S/A	32	-	32	-	32
Cia Energética de Roraima	-	47	47	(47)	-
Outros	14	7	21	(7)	14
-	417	54	471	(54)	417
Saldo em 31 de dezembro de 2021	471	55	526	(55)	471
Saldo em 31 de dezembro de 2020	230	984	1.214	(984)	230

⇒ Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado.

As contas a receber, que não atendem ao critério de recebimento de principal e juros, são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, destacando-se as vendas com prazo de recebimento de 180 a 360 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita (nota 21). Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desreconhecidos do contas a receber da Companhia.

Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

⇒ Estimativas e julgamentos

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes. Na avaliação do aumento do risco de crédito, a Companhia considera as informações sobre atrasos nos pagamentos e indicadores de classificação de crédito externo (nota 28.3.1).

As contas a receber com garantias não integram a matriz de provisões para cálculo das perdas de crédito esperadas.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

8 Estoques

	Consolid	lado	Controladora		
-	2021	2020	2021	2020	
Produtos para venda					
Derivados de petróleo					
Gasolina	840	461	840	461	
Óleo diesel	1.749	1.165	1.750	1.165	
Óleo combustível	384	179	384	179	
Querosene de Aviação	328	166	328	166	
Lubrificantes	234	165	234	165	
Outros	159	106	159	106	
Biocombustíveis (*)	1.305	924	1.305	924	
	4.999	3.166	5.000	3.166	
Outros produtos	675	379	675	379	
Total	5.674	3.545	5.675	3.545	

^(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Garantias

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R\$ 188 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 204 em 31 de dezembro de 2020.

⇒ Política contábil

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

9 Títulos e valores mobiliários

_	Consoli	dado	Controla	idora
	2021	2020	2021	2020
Custo amortizado	-	3	-	3
Valor justo por meio de resultado	2.018	-	2.018	-
Total	2.018	3	2.018	3

O montante de R\$2.018 de títulos e valores mobiliários referem-se às debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de 30% do seu capital social.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia, em 08 de outubro de 2021, celebrou contratos que lhe possibilitam adquirir até 50% do capital social da Comerc Participações S.A.. A operação se dará por meio de um aporte primário e uma aquisição secundária. Além da subscrição das debêntures representativas de 30% do capital social, a Companhia assegurou a opção para adquirir (parcela secundária), de sócios da Comerc, até 20% de ações ordinárias por um preço de R\$1,25 bilhão (nota 31).

⇒ Política contábil

Os títulos e valores mobiliários são inicialmente mensurados a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- custo amortizado em função de serem mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e por seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- valor justo por meio de resultado os demais títulos e valores mobiliários.

10 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

		Baixa /			Baixa /	
2019	Adições	apropriação	2020	Adições	apropriação	2021
2.530	467	(652)	2.345	584	(815)	2.114
Circulante			592			541
Não circulante			1.753			1.573

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 21).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11 Investimentos

11.1 Informações contábeis resumidas

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controla	das	Empreendimentos controlados em conjunto				njunto	
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Vibra Trading BV	Vibra Comercializadora de Energia (a)	ES Gas	Nordeste I (a)	Nordeste II (a)	Nordeste III (a)	Navegantes (a)
Ativo								
Ativo circulante	203	155	827	350	54	38	22	6
Ativo Não Circulante	997	-	3.341	619	18	17	49	167
Total do Ativo	1.200	155	4.168	969	72	55	71	173
Passivo								
Passivo circulante	592	155	801	252	49	2	18	-
Passivo não circulante	554	-	3.210	9	16	13	21	105
Patrimônio Líquido	54	-	157	708	7	40	32	68
Total do Passivo	1.200	155	4.168	969	72	55	71	173
Resultados								
Receita operacional líquida	16	157	771	1.447	10	2	7	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	33	1	122	71	4	(3)	1	(8)
Participação no capital total- %	99,01%	100%	70,00%	60,02%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
Participação no capital votante- %	99,01%	100%	70,00%	49,00%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%

(a) Posição: 30.11.2021(b) Posição: 31.10.2021

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11.2 Descrição das atividades das controladas

Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM - Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Vibra Trading Importação e Exportação Ltda. – Constituída em 25 de outubro de 2021 e com sede no Rio de Janeiro tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, insumos da indústria do petróleo, de combustíveis de outras fontes e produtos químicos, bem como a prestação de serviços correlacionados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Trading BV – Constituída em 25 de novembro de 2021 e com sede em Amsterdam tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, sendo 100% controlada da Companhia.

11.3 Descrição das atividades das participações societárias não consolidadas

BRF Biorefino de Lubrificantes S.A. - Tinha por objetivo a construção e operação de planta de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) no Estado do Rio de Janeiro, operação e comercialização de coleta de OLUC para suprimento da planta de rerrefino, aquisição de OLUC e demais insumos necessários à operação da planta de rerrefino e compra e venda de óleo básico rerrefinado (OBR). Atualmente a empresa se encontra com as atividades encerradas, tendo sido iniciado em 20 de outubro de 2021 o processo de encerramento por liquidação voluntária. A companhia detém 49% das ações da BRF.

Companhia de Gás do Espírito Santo - Sociedade de economia mista, tendo como sócios a Vibra e o Estado do Espírito Santo, com sede na cidade de Vitória, destinada à exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, de interesse público, em todo território do Estado do Espírito Santo..

Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba.

Vibra Comercializadora de Energia S.A. (anteriormente denominada Targus Comercializadora de Energia S.A.) - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objeto social a compra, venda, importação e exportação de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de engenharia, assessoria, consultoria e outros ligados aos processos de energia.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11.4 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

			(Controladora				
	2020	Aquisição	Resultado de participações em	Disidendes	Amortização mais valia de	Baixa por	2024	Participação no capital
Controladas	2020	e Aportes	investimentos	Dividendos	ativos	alienação	2021	total - % (*)
FII	41	_	35	(14)	_	_	62	99.01%
111	41		35	(14)			62	33,0170
Operação em conjunto	41		33	(14)			02	
Brasil Carbonos (a)	76	-	(2)	-	(1)	(73)	-	49,00%
Empreendimentos controlados em conjunto								
Camaçari Muricy II	2	-	-	-	-	(2)	-	50,00%
Pecém Energia	2	-	-	-	-	(2)	-	45,00%
ES GÁS(b)	393	-	43	(30)	-	-	406	60,02%
Navegantes	21	4	(2)	-	-	-	23	33,33%
Nordeste I	1	-	2	-	-	-	3	33,33%
Nordeste II	8	6	(1)	-	-	-	13	33,33%
Nordeste III	10	-	(3)	-	-	-	7	33,33%
Vibra Comercializadora de Energia		73	84	_			157	70,00%
	437	83	123	(30)	-	(4)	609	
Coligada								
BRF Biorefinos	11	-	(11)	-	-	-	-	49,00%
Total	565	83	145	(44)	(1)	(77)	671	

				Control	adora				
				Resultado de					
			Redução	participações		Amortização			Participação
			de capital	em		mais valia de	Baixa por		no capital
	2019	Aportes	social (c)	investimentos	Dividendos	ativos	alienação	2020	total - % (*)
Controladas									
Stratura	222	-	(7)	3	(1)	_	(217)	_	
FII	9	-	-	41	(9)	_		41	99,01%
	231	-	(7)	44	(10)		(217)	41	
Operação em conjunto									
Brasil Carbonos (a)	78	-	-	13	(14)	(1)	-	76	49,00%
Empreendimentos controlados em conjunto									
Camaçari Muricy II	1	2	-	(1)	-	-	-	2	50,00%
Pecém Energia	1	2	-	(1)	-	-	-	2	45,00%
ES GÁS(b)	2	379	-	12	-	-	-	393	60,02%
Navegantes	22	-	-	(1)	-	-	-	21	33,33%
Nordeste I	1	-	_	-	-	-	-	1	33,33%
Nordeste II	4	4	-	-	_	-	_	8	33,33%
Nordeste III	5	5	-	-	-	-	-	10	33,33%
	36	392		9			_	437	
Coligada									
BRF Biorefinos	11	-	-	-	-	-	-	11	49,00%
Total	356	392	(7)	66	(24)	(1)	(217)	565	

^(*) As participações no capital total são as mesmas do capital votante exceto pela ES GÁS cuja participação no capital votante é 49%.

Venda de participação acionária na empresa Brasil Carbonos

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia realizou a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Participação Societária regulando a venda da totalidade de sua participação acionária na empresa Brasil Carbonos S.A. para a Unimetal Indústria, Comércio e Empreendimentos.

⁽a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R\$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. No 3º trimestre de 2021, a Companhia vendeu a sua participação na Brasil Carbonos, conforme nota a seguir. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$19 de mais valia de ativos está classificado no imobilizado, no Consolidado.

⁽b) Aporte por meio da indenização pelos ativos reversíveis.

⁽c) Redução de capital da Stratura tendo como contrapartida o recebimento de bens pela Companhia.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O valor total da venda, já considerando o caixa da Brasil Carbonos, foi de R\$ 19, a ser executado em 30 parcelas iguais, mensais e consecutivas, corrigidas pelo CDI + 2% ao ano. Em garantia ao pagamento do preço da Transação, foi ofertada uma fiança bancária (ou seguro garantia) incondicional emitida por instituição financeira de primeira linha com validade até a data de vencimento da última parcela devida do valor total da venda (ou com validade não inferior a 12 (doze) meses com renovação periódica até a realização integral de todas as parcelas do valor total da venda).

Com o fechamento da operação, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Companhia reconheceu nas demonstrações de 31 de dezembro de 2021 a baixa do investimento de R\$73 e uma receita de alienação de R\$19, registrados em Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

Os ativos e passivos da Brasil Carbonos desreconhecidos no Consolidado da Companhia estão apresentados a seguir:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalente	10	Dividendos	3
Adiantamentos a fornecedores	5		
Não circulante			
Imobilizado	43	Patrimônio Líquido	55
	58		58

Aquisição da Vibra Comercializadora de Energia S.A. (anteriormente denominada Targus Comercializadora de Energia S.A.)

Em 01 de fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu 48,82883% das ações ordinárias da Targus Energia S.A., e na mesma data subscreveu novas ações ordinárias, totalizando 53,9% do capital social. Após a conclusão de todos os aportes previstos, sendo o último ocorrido em maio com subscrição de novas ações, a Companhia passou a ser detentora de 70% do capital social da Targus. Considerando o modelo de gestão da empresa , estabelecido em acordo de acionistas, a participação da Vibra na Targus é classificada como controle em conjunto.

A Vibra Comercializadora de Energia é uma sociedade anônima que tem como objeto social a compra, venda, importação e exportação de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de engenharia, assessoria, consultoria e outros ligados aos processos de energia.

A operação de aquisição dos 70% da Vibra Comercializadora totalizou R\$73, gerando um ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) de R\$47.

A participação societária da Companhia na Vibra Comercializadora de Energia está fazendo parte da negociação da aquisição das ações da Comerc, de forma que a Vibra Comercializadora passará a ser uma subsidiária integral da Comerc (nota 31).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ Política contábil

Base de consolidação e investimentos societários

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados nas demonstrações consolidadas.

Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12 Imobilizado

			Consolid	ado		
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	380	3.843	5.411	953	897	11.484
Adições	-	2	157	300	116	575
Baixas	(2)	_	(96)	(1)	(48)	(147)
Transferências (b)	1	83	134	(207)	-	11
Juros capitalizados	_	_	_	14	-	14
Encerramento contrato Gás ES	_	(1)	(4)	_	(1)	(6)
Baixa pela venda da Stratura	-	(22)	(41)	(1)	-	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	379	3.905	5.561	1.058	964	11.867
Adições	10	1	103	356	308	778
Baixas	(20)	(109)	(179)	(1)	(88)	(397)
Transferências (b)	1	79	332	(427)	_	(15)
Juros capitalizados	-	-	_	16	-	16
Baixa pela venda da Brasil Carbonos	-	(28)	(31)	-	-	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	370	3.848	5.786	1.002	1.184	12.190
Depreciação acumulada		/4 2021	(2.207)		(422)	(4.704)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.362)	(3.297)	-	(122)	(4.781)
Depreciação	-	(134)	(252)	-	(111)	(497)
Baixas Transferências (b)	-	(4)	87	-	15	102
Encerramento contrato Gás ES	-	(1)	(7)	-	-	(8)
Baixa pela venda da Stratura	-	8	4 28	-		4 36
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.489)	(3.437)	-	(218)	(5.144)
						(5.144)
Depreciação Baixas	-	(136) 37	(258) 146	-	(120) 31	(514)
Transferências (b)	-	31	(2)	-	2	214
Baixa pela venda da Brasil Carbonos	-	4	12	-	2	16
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(1.584)	(3.539)	-	(305)	(5.428)
Saldo elli 51 de dezellibio de 2021		(1.504)	(3.333)		(303)	(3.420)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2020	379	2.416	2.124	1.058	746	6.723
Em 31 de dezembro de 2021	370	2.264	2.247	1.002	879	6.762
Tempo de vida útil estimada	Indeterminado	01 a 60 anos	02 a 31 anos	n/a	01 a 24 anos	

⁽a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 16.

⁽b) Referem-se, basicamente, a transferências entre outros grupos como por exemplo, intangível, mantidos para venda, entre outros.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

			Controlado	ora		
Custo do imobilizado Saldo em 31 de dezembro de 2019	Terrenos 373	Edificações e Benfeitorias 3.462	Equipamentos e Outros Bens 5.324	Ativos em Construção 510	Direitos de uso (a) 1.299	Total 10.968
	313	J.40Z				
Adições	- (2)	1	156	237	123	517
Baixas Transferâncias (h)	(2) 1	90	(95) 132	(2) (206)	(49)	(148) 17
Transferências (b) Encerramento contrato Gás ES	ı			(200)	(4)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	372	(1) 3,552	(4) 5.513	539	(1) 1,372	(6) 11.348
Adições	10	1	103	251	332	697
Baixas	(16)	(101)	(163)	(2)	(87)	(369)
Transferências (b)	1	78	332	(427)		(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	367	3.530	5.785	361	1.617	11.660
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.306)	(3.258)	-	(171)	(4.735)
Depreciação	-	(127)	(248)	-	(126)	(501)
Baixas	-	-	86	-	15	101
Transferências (b)	-	(2)	(3)	-	-	(5)
Encerramento contrato Gás ES	-	-	4	-	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.435)	(3.419)	-	(282)	(5.136)
Depreciação	-	(130)	(257)	-	(135)	(522)
Baixas	-	36	138	-	32	206
Transferências (b)	-	-	(2)	-	2	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.529)	(3.540)	-	(383)	(5.452)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2020	372	2.117	2.094	539	1.090	6.212
Em 31 de dezembro de 2021	367	2.001	2.245	361	1.234	6.208
Tempo de vida útil estimada	Indeterminado	01 a 60 anos	02 a 31 anos	n/a	01 a 60 anos	

⁽a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 16.

⁽b) Referem-se, basicamente, a transferências entre outros grupos como por exemplo, intangível, mantidos para venda, entre outros.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

Os ativos de direito de uso incluem, principalmente, terrenos utilizados como postos de combustíveis, unidades administrativas e edificações (nota 16).

Garantias

Parte do imobilizado da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré, sendo R\$ 13 em 31 de dezembro de 2021 e R\$13 em 31 de dezembro de 2020.

Impairment

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos.

⇒ Política contábil

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mensurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes.

A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ Estimativas e julgamentos

Vida útil

A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Considerando que as características dos ativos da Companhia não mudaram de um exercício para o outro, a Companhia optou por manter em 2021 as mesmas vidas úteis praticadas em 2020.

Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

13 Intangível

		Co	nsolidado		
•	Direitos e	Créditos de			
Custo do intangível	Concessões	Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	388	-	555	29	972
Adições (c)	6	190	141	-	337
Aposentadoria CBIOS	-	(190)	-	-	(190)
Transferências	(1)	-	(1)	-	(2)
Baixas	(7)	-	-	-	(7)
Encerramento contrato Gás ES	(376)	-	-	-	(376)
Baixa pela venda da Stratura	(4)	-	-	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6	-	695	29	730
Adições (c)	-	240	114	-	354
Transferências	11	-	15	-	26
Aposentadoria CBIOS	-	(240)	-	-	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17	-	824	29	870
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(116)	-	(336)	-	(452)
Amortização	(7)	-	(33)	-	(40)
Transferências	2	-	-	-	2
Baixas	1	-	-	-	1
Encerramento contrato Gás ES	116	-	-	-	116
Baixa pela venda da Stratura	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3)	-	(369)	-	(372)
Amortização	(1)	-	(44)	-	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4)	-	(413)	-	(417)
Saldo do intangível					
Em 31 de dezembro de 2020	3	-	326	29	358
Em 31 de dezembro de 2021	13	-	411	29	453
Tempo de vida útil estimada	10 a 20 anos	Indeterminado	9 anos	Indeterminado	

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		Co	ntroladora		
	Direitos e	Créditos de			
Custo do intangível	Concessões	Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	383	-	554	29	966
Adições (c)	6	190	141	-	337
Aposentadoria CBIOS	-	(190)	-	-	(190)
Baixas	(7)	-	-	-	(7)
Encerramento contrato Gás ES	(376)	-	-	-	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6	-	695	29	730
Adições (c)	-	240	114	-	354
Transferências	11	-	15	-	26
Aposentadoria CBIOS	-	(240)	-	-	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17	-	824	29	870
_					
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(113)	-	(336)	-	(449)
Amortização	(7)	-	(33)	-	(40)
Encerramento contrato Gás ES	116	-	-	-	116
Baixas	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3)	-	(369)	-	(372)

_									
	м	•	~	\sim	int	91	20	íve	ı
30	w	u	u	u		ш	IU	IVE	ı

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Amortização

Em 31 de dezembro de 2020	3	-	326	29	358
Em 31 de dezembro de 2021	13	-	411	29	453
Tempo de vida útil estimada	10 a 20 anos	Indeterminado	9 anos	Indeterminado	

(44)

(413)

(45)

(417)

(1)

(4)

- (a) A Companhia apresenta saldo de R\$ 187 de software em desenvolvimento (R\$ 179 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Goodwill de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012, entretanto a operação relacionada a este ágio permaneceu na Companhia.
- (c) Do total de R\$ 114 de adições de *softwares* (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2020), R\$ 62 correspondem a desenvolvimento interno (R\$ 65 em 31 de dezembro de 2020).

Os ativos intangíveis são representados pelos gastos com direitos e concessões, goodwill, softwares e créditos de descarbonização.

Impairment

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos intangíveis.

⇒ Política contábil

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos softwares são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

a Companhia.

O goodwill, resultante da aquisição de controladas da área de distribuição de combustíveis, é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os Créditos de Descarbonização (CBIOS) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOS constituída.

⇒ Estimativas e julgamentos

Vida útil

A vida útil é revista anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Em 2021, a Companhia manteve as vidas úteis praticadas em 2020.

Impairment

A Companhia avalia os ativos com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

O goodwill tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. Neste caso, a Companhia é considerada como unidade geradora de caixa de acordo com a avaliação da Administração, com base em seu modelo de negócio.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendêlo; e (b) o seu valor em uso. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, projetados para os anos de 2022 a 2031, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 5,78% (5,5% em 2020). A taxa nominal de 2021 e 2020 foi de 10,39% e 9,3%, respectivamente.

As principais premissas são:

- Preço: curva de preço derivada do Business Plan da Companhia, considerando transações entre partes independentes;
- Volume: curvas de demanda de derivados do Business Plan da Companhia; e
- Custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.

Os fluxos de caixa foram ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14 Fornecedores

	Consoli	dado	Controladora			
	2021	2020	2021	2020		
Fornecedores						
No país	1.583	1.784	1.610	1.814		
No exterior	1.727	412	1.727	412		
Total	3.310	2.196	3.337	2.226		

O saldo de fornecedores no país é composto, principalmente, (i) de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e (ii) contratação de serviços (inclusive fretes). O saldo de fornecedores no exterior representa, principalmente, as obrigações relacionadas à importação de óleo diesel e de gasolina.

⇒ Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

15 Empréstimos e Financiamentos

			_	Consoli	dado	Control	adora
	Moeda	Indexadores e taxas de					
	contratual	juros contratuais	Vencimento	2021	2020	2021	2020
NCE Santander (a)	R\$	CDI + 4,50% a.a.	mar-21	-	211	-	211
NCE Santander (a)	R\$	CDI + 4,65% a.a.	mar-21	-	85	-	85
NCE Itaú (a)	R\$	CDI + 4,05% a.a.	mar-21	-	203	-	203
CCB Itaú (a)	R\$	CDI + 4,00% a.a.	abr-21	-	1.013	-	1.013
NCE Santander (a)	R\$	CDI + 3,85% a.a.	abr-21	-	314	-	314
Bank of China	R\$	CDI + 2,50% a.a.	abr-22	87	86	87	86
CRA - 9ª Série (*)	R\$	98% do CDI a.a.	jul-22	493	481	493	481
CRI 73 (**)	R\$	IPCA + 6,84% a.a.	fev-23	191	250	-	-
CRA - 10 ^a série (*)	R\$	100% do CDI a.a.	jul-24	208	204	208	204
CRI 99 (**)	R\$	IPCA + 4,09% a.a.	fev-25	167	181	-	-
1º emissão de debêntures - Série única	R\$	CDI + 0,89% a.a.	abr-25	763	753	763	753
CRA - 11 ^a série (*)	R\$	IPCA + 5,59% a.a.	jul-25	342	309	342	309
Loan 4131 Santander (b)	R\$	CDI + 1,67% a.a.	mar-26	1.094	-	1.094	-
4ª Emissão de Debêntures - 1ª Série (i)	R\$	CDI + 1,45% a.a.	nov-28	713	-	713	-
CDCA (***) (f)	R\$	CDI + 1,55% a.a.	ago-29	1.232	-	1.232	-
CRA 43 (g)	R\$	IPCA + 5,3995% a.a.	set-31	814	-	814	-
4ª Emissão de Debêntures - 2ª Série (i)	R\$	CDI + 1,75% a.a.	nov-31	795	-	795	-
CRI 100 (**)	R\$	IPCA + 4,98% a.a.	fev-32	352	339	-	-
Total no país				7.251	4.429	6.541	3.659
NCE MUFG (a)	lenes	2,08% a.a.	abr-21	-	125	-	125
Loan 4131 JP Morgan	US\$	0,91% a.a.	mar-22	349	325	349	325
Loan 4131 JP Morgan	US\$	0,92% a.a.	mar-23	349	325	349	325
NCE Citibank	US\$	1,22% a.a	fev-25	1.117	1.040	1.117	1.040
NCE MUFG	US\$	2,18% a.a	mar-25	377	350	377	350
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2,19% a.a.	mar-25	1.249	1.163	1.249	1.163
Loan 4131 Scotiabank (c)	US\$	1,5258% a.a.	fev-26	561	-	561	-
Loan 4131 BNP (d)	US\$	2,023% a.a.	fev-26	844	-	844	-
Loan 4131 BOFA (e)	US\$	2,27% a.a.	mar-26	410	-	410	-
Loan 4131 Scotiabank (h)	US\$	2,3864% a.a.	out-27	502	-	502	-
Total no exterior				5.758	3.328	5.758	3.328
Total de financiamentos				13.009	7.757	12.299	6.987
Circulante				1.339	2.082	1.183	1.980
Não circulante				11.670	5.675	11.116	5.007

^(*) Debêntures – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

^(**) Certificados de Recebíveis Imobiliários

^(***) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Principais movimentações ocorridas no exercício

- (a) Quitação das captações realizadas durante a pandemia de COVID-19:

 Em março de 2021, a Companhia quitou R\$ 1.780 de um total de R\$ 1.980 das NCEs Notas de crédito à exportação e CCB Cédulas de Crédito Bancário contratadas no mês de abril de 2020 no início da pandemia.
 - Em abril de 2021, a Companhia quitou R\$ 128, sendo R\$ 125 de amortização e R\$ 3 de juros, da NCE Notas de crédito à exportação contratada no mês de abril de 2020 com o banco MUFG em moeda estrangeira (JPY), sendo esta a quitação da última captação realizada durante a pandemia de COVID-19.
- (b) Em 12 de fevereiro de 2021, empréstimo realizado com o Banco Santander via Resolução 4131 no valor de R\$1.060, com taxa CDI + 1,67% a.a., juros semestrais e amortização no vencimento em fevereiro de 2026. Nesta ocasião houve negociação para o pré-pagamento, em fevereiro de 2021, das 3 NCEs com vencimento em março e abril de 2021, totalizando um *liability management* de R\$ 580 através da substituição das NCEs com custo médio de CDI + 4,19% pelo empréstimo supramencionado.
- (c) Em 26 de fevereiro de 2021, empréstimo realizado com o Scotiabank via Loan 4131 de US\$100 milhões equivalentes a R\$537, com taxa de USD + 1,53% a.a. e amortização no vencimento, em fevereiro de 2026, além do contrato de swap celebrado com a mesma instituição para hedge integral da dívida em dólar, ao custo de CDI + 1,55% a.a.
- (d) Em 12 de fevereiro de 2021, empréstimo realizado com o BNP Paribas via Loan 4131 de US\$150 milhões equivalentes a R\$803, com taxa de USD + 2,02% a.a. e amortização no vencimento, em fevereiro de 2026, além do contrato de swap celebrado com a mesma instituição para hedge integral da dívida em dólar, ao custo de CDI + 1,69% a.a.
- (e) Em 12 de março de 2021 empréstimo realizado com o Bank of America via Loan 4131 de US\$73 milhões equivalentes a R\$ 400, com taxa USD + 2,27 % a.a. e amortização no vencimento, em março de 2026, além do contrato de swap celebrado com a mesma instituição para hedge integral da dívida em dólar, ao custo de CDI + 1,67 % a.a..
- (f) Em 10 de agosto de 2021, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio, junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 1.200, com taxa de CDI + 1,55% a.a., prazo de 8 anos, juros semestrais e amortização do principal nos 7º e 8º anos.
- (g) Em 01 de outubro de 2021, a Companhia emitiu Certificados de Recebíveis do Agronegócio CRA, no valor de R\$ 800, com taxa de IPCA + 5,3995% a.a., prazo de 10 anos, juros anuais e amortização do principal nos 8º, 9º e 10º anos.
- (h) Em 29 de outubro de 2021, a Companhia efetuou captação via Loan 4131 com o Scotia Bank, no valor de USD 89 milhões, com taxa pré-fixada em 2,3864 % a.a., prazo de 6 anos, juros semestrais e amortização do principal nos 6º ano. A dívida encontra-se integralmente protegida por um SWAP com nocional de R\$ 500 com taxa de CDI + 1,52% a.a.
- (i) Em 02 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis em ações distribuídas em duas sérias. A primeira série no valor de R\$ 709,5 milhões, com taxa de CDI + 1,45 % a.a., prazo de 7 anos, juros anuais e amortização do principal nos 7º e 8º anos. A segunda série no valor de R\$ 791, com taxa de CDI + 1,75 % a.a., prazo de 10 anos, juros anuais e amortização do principal nos 8º, 9º e 10º anos.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15.1 Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamentos

Captações 1.865 - 1.865 1.865 Amortização de principal (510) (2.886) (3.396) (3.278) Amortização de juros (69) (190) (259) (213) Baixa venda Stratura (30) - (30) - Alterações não caixa Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1,911) (1,780) Amortização de juros (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior				Consolidado	Controladora
No país Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 551 5.406 5.957 5.066 Captações 1.865 - 1.865 1.865 Amortização de principal (510) (2.886) (3.396) (3.278) Amortização de juros (69) (190) (259) (213) Baixa venda Stratura (30) - (30) - Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no pais em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Alterações não caixa - 172 172 61 Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no pais em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838					
No país Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 551 5.406 5.957 5.066 Captações 1.865 - 1.865 1.865 Amortização de principal (510) (2.886) (3.396) (3.278) Amortização de juros (69) (190) (259) (213) Baixa venda Stratura (30) - (30) - (30) - (30) Alterações não caixa Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior					
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2020 551 5.406 5.957 5.066 Captações 1.865 - 1.865 1.865 Amortização de principal (510) (2.886) (3.396) (3.278) Amortização de juros (69) (190) (259) (213) Baixa venda Stratura (30) - (30) - Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial		Bancário	e Debêntures)	Total	Total
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2020 551 5.406 5.957 5.066 Captações 1.865 - 1.865 1.865 Amortização de principal (510) (2.886) (3.396) (3.278) Amortização de juros (69) (190) (259) (213) Baixa venda Stratura (30) - (30) - Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial	No país				
Captações 1.865 - 1.865 1.865 Amortização de principal (510) (2.886) (3.396) (3.278) Amortização de juros (69) (190) (259) (213) Baixa venda Stratura (30) - (30) - Alterações não caixa Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no pais em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Alterações não caixa (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - - </td <td>-</td> <td>551</td> <td>5.406</td> <td>5.957</td> <td>5.066</td>	-	551	5.406	5.957	5.066
Amortização de principal (510) (2.886) (3.396) (3.278) Amortização de juros (69) (190) (259) (213) Baixa venda Stratura (30) - (30) - Alterações não caixa Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de juros (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - Captações 2.848 - 2.848 2.848 2	-	1.865	_	1.865	1.865
Amortização de juros (69) (190) (259) (213) Baixa venda Stratura (30) - (30) - Alterações não caixa Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Amortização de principal (1.780) (104) (201) (161) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - Captações 2.848 - 2.848 2.848		(510)	(2.886)	(3.396)	(3.278)
Baixa venda Stratura (30) - (30) - Alterações não caixa Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no pais em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Amortização de juros (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no pais em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - - Captações 2.848 - 2.848<					
Provisionamento de juros 104 101 205 205 205 207 2			` -		
Provisionamento de juros 104 101 205 205 Variações monetárias - 87 87 14 Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Amortização de juros (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa - </td <td>Alterações não caixa</td> <td>. ,</td> <td></td> <td>. ,</td> <td></td>	Alterações não caixa	. ,		. ,	
Variações monetárias - 87 87 14 Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de pirncipal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Amortização de juros (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - - Captações 2.848 - 2.848 2.848 Amortização de juros 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 467 467	•	104	101	205	205
Total no país em 31 de dezembro de 2020 1.911 2.518 4.429 3.659 Captações 2.253 2.268 4.521 4.521 Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Amortização de juros (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - Captações 2.848 - 2.848 2.848 Amortização de juros (38) - (38) (38) Alterações não caixa - 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 467 467 467 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.32		_	87	87	14
Amortização de principal (1.780) (131) (1.911) (1.780) Amortização de juros (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - Captações 2.848 - 2.848 2.848 Amortização de juros 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 51 51 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Amortização de juros (76) - (76) (76)		1.911	2.518	4.429	3.659
Amortização de juros (97) (104) (201) (161) Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - Captações 2.848 - 2.848 2.848 Amortização de juros (38) - (38) (38) Alterações não caixa Provisionamento de juros 51 - 51 51 Variações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 <td< td=""><td>Captações</td><td>2.253</td><td>2.268</td><td>4.521</td><td>4.521</td></td<>	Captações	2.253	2.268	4.521	4.521
Alterações não caixa Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 174 175 61 175	Amortização de principal	(1.780)	(131)	(1.911)	(1.780)
Provisionamento de juros 126 115 241 241 Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - - - - - - Captações 2.848 - 2.848 2.848 Amortização de juros (38) - (38) (38) Alterações não caixa Provisionamento de juros 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 467 467 467 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (76) (76) Alterações não caixa Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variações cambial 305 -<	Amortização de juros	(97)	(104)	(201)	(161)
Variações monetárias - 172 172 61 Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 - <td>Alterações não caixa</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>	Alterações não caixa				
Total no país em 31 de dezembro de 2021 2.413 4.838 7.251 6.541 No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 -		126	115	241	241
No exterior Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 -		-	172	172	61
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020 -	Total no país em 31 de dezembro de 2021	2.413	4.838	7.251	6.541
Captações 2.848 - 2.848 2.848 Amortização de juros (38) - (38) (38) Alterações não caixa Provisionamento de juros 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 467 467 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	No exterior				
Amortização de juros (38) - (38) (38) Alterações não caixa Provisionamento de juros 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 467 467 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	-	-	-	-
Alterações não caixa Provisionamento de juros 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 467 467 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	Captações	2.848	-	2.848	2.848
Provisionamento de juros 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 467 467 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa - 86 86 Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	Amortização de juros	(38)	-	(38)	(38)
Provisionamento de juros 51 - 51 51 Variação cambial 467 - 467 467 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa - 86 86 Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	Alterações não caixa				
Variação cambial 467 - 467 467 Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa - 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758		51	-	51	51
Total no exterior em 31 de dezembro de 2020 3.328 - 3.328 3.328 Captações 2.240 - 2.240		467	_	467	467
Captações 2.240 - 2.240 2.240 Amortização de principal (125) - (125) (125) Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	Total no exterior em 31 de dezembro de 2020	3.328	-	3.328	3.328
Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758			-	2.240	2.240
Amortização de juros (76) - (76) (76) Alterações não caixa Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	Amortização de principal	(125)	_	(125)	(125)
Alterações não caixa Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758			_	(76)	(76)
Provisionamento de juros 86 - 86 86 Variação cambial 305 - 305 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	•	. ,		. ,	
Variação cambial 305 - 305 Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758	•	86	_	86	86
Total no exterior em 31 de dezembro de 2021 5.758 - 5.758 5.758	-	305	_	305	305
			-		5.758
Sullo miluto in or de decembro de Ever offi 1000 10000 121200	Saldo final em 31 de dezembro de 2021	8.171	4.838	13.009	12.299

15.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

							Col	nsolidado	Controladora
_							2027 em		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	diante	Total	Total
Financiamentos País:	-	860	465	572	556	1.090	3.708	7.251	6.541
Indexados a taxas flutuantes	-	860	465	572	556	1.090	3.708	7.251	6.541
Financiamentos Exterior:	-	479	902	553	1.518	1.805	501	5.758	5.758
Indexados a taxas flutuantes	-	363	816	467	475	1.805	501	4.427	4.426
Indexados a taxas fixas	-	116	86	86	1.043	-	-	1.331	1.332
Total em 31 de dezembro de 2021	-	1.339	1.367	1.125	2.074	2.895	4.209	13.009	12.299
Total em 31 de dezembro de 2020	2.082	1.095	1.255	1.138	1.920	58	209	7.757	6.987

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O valor justo dos financiamentos país em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.129 (R\$ 7.281 na Controladora) e dos financiamentos exterior é de R\$ 5.660 (Consolidado e Controladora).

Os valores justos dos financiamentos país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas dos indexadores (ou proxies) dos respectivos financiamentos e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Os financiamentos feitos em moeda estrangeira são calculados utilizando uma projeção do câmbio para cada vencimento e os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas do indexador DI e pelo risco de crédito da Companhia (Nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.1.2.1.

15.3 Custos de transação

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. O valor apropriado em 2021 e os saldos a apropriar nos próximos exercícios estão apresentados a seguir:

		Custos						2025 em	
	31.12.2020	incorridos	Amortizações	31.12.2021	2022	2023	2024	diante	Total
Debêntures	(1)	(5)	-	(6)	1	1	1	3	6
CRA (*)	(9)	(27)	5	(31)	5	4	3	19	31
CDCA (**)	-	(7)	-	(7)	1	1	1	4	7
CRI (***)	(54)	-	40	(14)	3	2	2	7	14
	(64)	(39)	45	(58)	10	8	7	33	58

^(*) Debêntures - Certificado de Recebíveis do Agronegócio

⇒ Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

16 Arrendamentos

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, com naturezas distintas, cujas principais operações dizem respeito a arrendamentos de terrenos para uso em postos de combustíveis, bases de distribuição de combustíveis,

^(**) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

^(***) Certificados de Recebíveis Imobiliários

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

unidades administrativas e edificações. Parte desses arrendamentos são celebrados com a controlada FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.

A Companhia reconhece o ativo do direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data de início do contrato.

16.1 Ativos de direito de uso – Movimentação por tipo de ativo

	Consolidad	lo				Controla	dora	
		Edificações e				Edificações e		
	Terrenos	benfeitorias	Equipamentos	Total	Terrenos	benfeitorias	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	338	426	11	775	413	702	13	1.128
Adições	103	12	1	116	109	13	1	123
Baixas	(28)	(5)	-	(33)	(28)	(6)	-	(34)
Depreciação	(67)	(41)	(3)	(111)	(75)	(48)	(3)	(126)
Encerramento contrato Gás ES	(1)	-	-	(1)	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	345	392	9	746	418	661	11	1.090
Adições	251	57	-	308	275	57	-	332
Baixas	(56)	(1)	-	(57)	(56)	-	1	(55)
Depreciação	(76)	(41)	(3)	(120)	(88)	(44)	(3)	(135)
Transferências	-	2	-	2	-	2	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2021	464	409	6	879	549	676	9	1.234
Prazo contratual	01 a 20 anns	01 a 24 anns	01 a 05 anos		01 a 20 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anns	

16.2 Passivo de Arrendamento – Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo início do exercício	796	818	1.338	1.386
Pagamento de principal	(218)	(95)	(340)	(209)
Pagamento de juros	(74)	(70)	(83)	(78)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	308	116	332	123
Provisionamento de juros	73	70	109	125
Variações monetárias	2	-	80	34
Baixas	(63)	(43)	(63)	(43)
Saldo final do exercício	824	796	1.373	1.338

16.3 Fluxos de pagamentos

		Consolidado		Controladora
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente
2022	176	(58)	118	250
2023	152	(63)	89	135
2024	128	(56)	72	122
2025	114	(48)	66	119
2026	95	(42)	53	89
2027 em diante	574	(148)	426	658
Em 31 de dezembro de 2021	1.239	(415)	824	1.373
Circulante			118	250
Não circulante			706	1.123
Em 31 de dezembro de 2021			824	1.373
Circulante			115	232
Não circulante			681	1.106
Em 31 de dezembro de 2020			796	1.338

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R\$ 126 e R\$ 38, respectivamente (Consolidado e Controladora).

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

	Consolidado						
				2027 em			
2022	2023	2024	2025	2026	diante	Total	
222	176	160	136	106	870	1.670	

16.4 Taxas nominais médias de desconto

Prazos contratuais	Até 5	De 5 a	De 10 a	De 15 a	De 20 a
	anos	10 anos	15 anos	20 anos	25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	7,59%	9,57%	9,79%	10,02%	8,29%

16.5 Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/n°2/2019

16.5.1 Apresentação dos arrendamentos e direito de uso

O Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº2/2019 determina a apresentação dos saldos de passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e depreciação com base no fluxo de caixa descontado, incluindo a projeção de inflação futura, diferentemente do que preconiza o CPC 06 (R2), cujo cálculo é feito considerando fluxo de caixa não inflacionado. Assim sendo, segue quadro comparativo com ambas as mensurações para atendimento ao Ofício CVM, que busca resguardar a fidedignidade destes valores aos investidores.

Consolidado						
Passivo de			Despesa			
	Arrendamento (*)	Direito de uso	Financeira	Depreciação		
CPC 06 (R2)	810	879	17	28		
Ofício CVM	988	818	23	32		

^(*) Referem-se aos contratos impactados pela revisão do IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

16.5.2 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Os pagamentos das contraprestações dos arrendamentos podem gerar direito ao creditamento do PIS e COFINS, desde que atendam as condições previstas na legislação tributária. O quadro a seguir apresenta o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, embutido nas contraprestações, considerando os fluxos de pagamentos nominais e os fluxos descontados a valor presente.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Consolidado						
	Contraprestação	PIS/COFINS				
Fluxo de caixa nominal	793	73				
Fluxo de caixa a valor presente	352	36				

⇒ Política contábil

Os passivos de arrendamento são mensurados inicialmente ao valor presente dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos, sem a projeção de inflação futura, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

São remensurados quando há uma alteração nos pagamentos futuros, resultante de mudanças em índices ou taxas ou se a Companhia alterar a avaliação se exercerá uma opção de compra ou ainda em caso de mudanças nos prazos, decorrentes de prorrogações ou rescisões.

Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e o preço de exercício da opção de compra, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção.

Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo não estão inseridos nos passivos de arrendamentos, sendo reconhecidos no resultado.

17 Tributos

17.1 Impostos e contribuições

			С	onsolidado)		
		Ativo)			Passivo	
		2021			202	1	
		Não					
	Circulante	Circulante	Total	2020	Circulante	Total	2020
ICMS	1.232	601	1.833	1.469	199	199	187
PIS / COFINS (*)	426	-	426	1.318	2	2	-
IR a recuperar (**)	-	126	126	-	-	-	-
CSLL a recuperar (**)	-	46	46	-	-	-	-
IPI	6	-	6	4	-	-	-
Outros	37	-	37	48	29	29	168
Total	1.701	773	2.474	2.839	230	230	355

^(*) Inclui os créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (nota 16.1 de dezembro de 2020).

A Companhia tem expectativa de recebimento e/ou compensação dos valores apresentados.

Não incidência de IRPJ/CSLL sobre atualizações monetárias efetuadas com base na Taxa SELIC

Em 24 de setembro de 2021, o STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria – ainda não transitada em julgado – no sentido de que fica afastada a incidência do IRPJ e a CSLL sobre a SELIC (outra forma de atualização monetária

^(**) Não incidência de IRPJ/CSLL sobre atualizações monetárias efetuadas com base na Taxa SELIC.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

e de juros de mora) na repetição de indébito (RE 1.063.187/SC, com repercussão geral reconhecida - tema 962). Esta sinalização de decisão pró contribuintes abre assim a oportunidade de recuperação de 34% (tributação combinada de IRPJ/CSLL) correspondentes à aplicação da Taxa SELIC utilizada para as atualizações dos indébitos recebidos desde 2016, bem como não tributar os valores que venham a ser recebidos a título de correção.

A Companhia impetrou mandado de segurança sobre o tema em referência, em 03 de agosto de2021, e tem uma Sentença desfavorável em 1º instância, já desafiada por embargos de declaração ainda pendentes de apreciação. No entanto, cumpre informar que esta sentença foi proferida antes de o STF firmar a tese pró-contribuinte (tese 962 está por ora fixada gramaticalmente do seguinte modo: "É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário").

Diante do exposto e considerando o fato de a maioria pró-contribuintes ter se formado no STF em 24 de setembro de 2021, foi reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia um crédito fiscal. Em 31 de dezembro de 2021, o crédito fiscal reconhecido é de R\$ 172, sendo R\$ 126 de IR a recuperar e R\$46 de CSLL a recuperar. Do total reconhecido, o montante de R\$148 refere-se ao processo de recuperação de ICMS sobre base de cálculo do PIS e COFINS.

17.2 Programas de Anistias

Fetaduaie

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia liquidou débitos tributários por meio de programas de anistia:

Estaduais					
				2021	
			Débitos	Beneficio	Valor a ser pago
Estado	Lei Estadual / Decreto	Beneficios auferidos	Existentes	de Redução	após beneficio
	Lai Carrela receter 100 da				
	Lei Complementar 189, de 29/12/2020	Redução de 90% (noventa por cento) dos valores das			
RJ	Decreto 47.488, de 12/02/2021	penalidades legais e acréscimos moratórios.	118	89	29
KJ	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	penalidades legais e acrescimos moratorios.	110	69	
	DOE- de 21.12.2020 Lei 5.320	- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
	de 23/11/2020 e Decreto nº	Redução de 95% (noventa e cinco por cento) dos juros e			
AM	43.130/2020	das multas moratórias e punitivas.	39	25	14
	DOE-GO 20.1.2021 da IN	Desconto de 90% (noventa por cento) s/ multa punitiva,			
GO	1489/2021	moratórias e s/ juros de mora	173	107	66
	DOE 26.06.2021 - Decreto				
	50901/2021	Desconto de 90% s/ multa punitiva, moratórias e s/ juros			
PE (*)	Lei Complementar 453	de mora	628	393	235
	Lei 23801 de 21.05.2021				
	DOE-MG 26.05.2021	Redução de 90% sobre valores de penalidades e			
MG	Decreto 48262 de 23.08.2021	acrescimos legais	12	7	5
	DOE -SC 20/07/2021				
SC	Lei 18165 de 19/07/2021	Redução de 90 % de multas e juros	51	31	20
		•			
то	Lei 11.331/2021 de 14/07/2021	Redução de 95% sobre valor total de multa e juros	5	3	2
		Redução de 100% (cem por cento) da multa e dos juros,			
		se o valor da obrigação tributária principal for pago à			
CE	Lei 17.771 de 23/11/2021	vista	2	1	1
Outros			2	2	-
			1.030	658	372
Municipais	S				
Prefeitura					
de Belo	DOM -Belo Horizonte 24/09/2021	Remissão de 100% da atualização monetária , dos			
Horizonte	Lei 11311 de 23/09/2021	juros de mora incidentes sobre o valor	8	5	3
Total			1.038	663	375
iviai			1.038	003	3/3

^(*) R\$155 desembolso e R\$80 pela compensação de saldo de ressarcimento de ICMS ST.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

				2020	
Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	Débitos Existentes	Beneficio de Redução	Valor a ser pago após beneficio
	Lei 5.457 de	Redução de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o total das multas punitivas ou moratórias, e de 80% (oitenta por cento)			
MS	18/12/2019	dos juros de mora correspondentes	55	38	17
	Decreto nº 71.800	Redução de 95% sobre o valor total das multas punitivas e do			
AL	de 23/10/2020	valor dos juros de mora e demais acréscimos legais.	4	3	1
		De forma à vista, em parcela única, redução de até 95%			
	Decreto nº	(noventa e cinco por cento) sobre o valor total das multas e dos			
	41.463, de	juros, ou de forma parcelada com redução de até 60%			
DF	13/11/2020	(sessenta por cento) sobre o valor total das multas e dos juros.	29	20	9
		De forma à vista, em parcela única, redução de até 75% sobre			
	Decreto MT n°	o valor total das multas e dos juros, desde que o pagamento			
MT	578/2020	seja realizado até 30/12/2020.	2	1	1
		De forma à vista, em parcela única, redução de até 95%			
	Lei nº 10.874/20 e	(noventa e cinco por cento) sobre o valor total das multas e dos			
	Decreto nº	juros, ou de forma parcelada com redução de até 60%			
RN	30.084/20	(sessenta por cento) sobre o valor total das multas e dos juros	1	1	-
		De forma à vista, em parcela única, redução de até 95%			
	Lei Estadual nº	(noventa e cinco por cento) sobre o valor total das multas e dos			
	7404, de	juros, ou de forma parcelada com redução de até 60%			
PI	09/11/2020	(sessenta por cento) sobre o valor total das multas e dos juros.	1	1	_
	Lei nº 8.763/202 e	De forma à vista, em parcela única, redução de até 95%			
	Decreto nº	(noventa e cinco por cento) sobre o valor total das multas e dos			
SE	40.691/2020	juros, desde que o pagamento seja realizado até 30/11/2020.	22	17	5
Total		<u> </u>	114	81	33

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

17.3.1 Movimentação

				Consolidad	do				Controladora
		Reconhe	ecido no			Reconhe	ecido no		
			Patrimônio	Baixa pela venda			Patrimônio		
Origem do registro dos impostos diferidos	2019	Resultado	Líquido	da Stratura	2020	Resultado	Líquido	2021	2021
Contas a receber	38	27	-	(17)	48	37	-	85	85
Bonificações antecipadas	825	102	-	-	927	74	-	1.001	1.001
Imobilizado	(79)	(28)	-	3	(104)	(25)	-	(129)	(129)
Arrendamentos	(73)	12	-	-	(61)	(32)	-	(93)	(93)
PIDV (*)	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Processos judiciais	353	(48)	-	-	305	30	-	335	336
Benefício Pós Emprego	878	(36)	(189)	(2)	651	14	(299)	366	366
Depósitos judiciais	(136)	(11)	-	-	(147)	13	-	(134)	(134)
Instrumentos financeiros derivativos	39	(33)	-	-	6	62	-	68	68
Outros	59	22	-	(1)	80	17	-	97	96
Total	1.905	6	(189)	(17)	1.705	190	(299)	1.596	1.596
Imposto de renda diferido	1.401				1.253			1.174	1.174
Contribuição social diferida	504				452			422	422
	1.905				1.705			1.596	1.596
				=			=		
Impostos diferidos ativos	2.357				2.167			2.134	2.134
Impostos diferidos passivos	(452)				(462)			(538)	(538)
	1.905				1.705			1.596	1.596

^(*) Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.3.2 Estimativa de realização

	Imposto de renda e CSLL			
Período	Consolidado	Controladora		
2022	847	847		
2023 a 2025	421	421		
2026 a 2031	328	328		
31 de dezembro de 2021	1.596	1.596		
31 de dezembro de 2020	1.705	1.705		

17.3.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controla	dora
_	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido antes dos impostos	3.174	4.830	3.173	4.826
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(1.079)	(1.642)	(1.079)	(1.641)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
 (Adições)/exclusões permanentes, líquidas 	(17)	(107)	(5)	(92)
Juros sobre o capital próprio	181	169	181	169
Posição fiscal incerta (*)	162	-	162	-
Incentivos fiscais	18	11	18	11
 Despesas com benefício pós emprego de saúde 	55	641	55	641
Outros itens	3	3	(8)	(9)
Imposto de renda e contribuição social	(677)	(925)	(676)	(921)
IR e CSLL correntes	(867)	(931)	(866)	(925)
IR e CSLL diferidos	190	6	190	4
	(677)	(925)	(676)	(921)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	21,3%	19,2%	21,3%	19,1%

^(*) Não incidência de IRPJ/CSLL sobre atualizações monetárias efetuadas com base na Taxa SELIC.

⇒ Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

⇒ Estimativas e julgamentos

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

18 Salário, férias, encargos, prêmios e participações

Os saldos relativos aos principais benefícios de curto prazo, concedidos aos empregados estão apresentados a seguir:

	Consoli	dado	Controla	idora
_	2021	2020	2021	2020
Provisão de férias	64	64	64	64
Salários, encargos e outras provisões	71	46	71	45
Abono por repactuação salarial (nota 18.1)	-	68	-	68
Prêmio por desempenho/Incentivo de Curto Prazo (nota 18.2)	87	55	87	55
Total	222	233	222	232

18.1 Abono por repactuação salarial

Trata-se de abono em função de renegociação contratual com redução salarial, realizada por meio de negociação individual, conforme previsto no artigo 444 da CLT e em acordo firmado com o Tribunal Superior do Trabalho.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou o valor de R\$ 68 de abono. No exercício de 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 60 e reverteu R\$ 8 não restando saldo a pagar.

18.2 Prêmios e incentivos de curto prazo

18.2.1 Pagamento de prêmios e incentivos de curto prazo a empregados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou o montante de R\$ 45 para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados referente ao exercício de 2020, tendo sido pagos em 2021 R\$ 43 e revertidos R\$ 2, não restando saldo a pagar.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2021, foi provisionado o montante de R\$ 69 para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados referente ao exercício de 2021.

18.2.2 Pagamento de incentivos de curto prazo aos membros da Diretoria Executiva

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou o montante de R\$ 10 para o programa de Incentivos de Curto Prazo, tendo sido integralmente pagos em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, foi provisionado o montante de R\$ 18 para pagamento de incentivos de curto prazo referente ao exercício de 2021.

18.3 Planos de pagamentos baseados em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020 foram aprovados o Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações e o Plano de Ações Restritas – Programa de Matching Shares, sendo este último aplicável somente aos Dirigentes Estatutários.

Esses planos têm, dentre seus objetivos: (i) alinhar interesses entre acionistas e executivos; (ii) reconhecer o sucesso na execução do Business Plan; (iii) reforçar a visão a longo prazo nas decisões da Companhia; e (iv) reter talentos e compartilhar o sucesso da organização.

No Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações o executivo recebe opções da Companhia que poderão ser convertidas em ações por um período de três anos (período do exercício) após um prazo determinado de três anos (vesting) a partir de sua outorga. Já no Plano de Ações Restritas (Programa de Matching Shares), o executivo recebe ações como contrapartida ao investimento feito na compra de ações de emissão da Companhia no mercado, usando parte de seu incentivo de curto prazo, também após um prazo determinado de carência de três anos a partir do seu investimento.

Adicionalmente, foi implantado no primeiro trimestre de 2021, o plano de Phantom Shares, como estratégia de atração e retenção executiva. O programa estabelece a outorga de uma quantidade específica de ações, com o respectivo recebimento, em dinheiro, após o cumprimento do prazo de vesting de 2 (dois) anos.

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido o montante de R\$ 21 como despesa de pessoal, incluindo encargos sociais, referentes aos programas de pagamentos baseados em ações (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2020).

Seguem informações dos programas:

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas no período	Ativos em aberto liberados para exercício / resgate	Ativos em carência em 31.12.2021	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo na outorga	Valor Justo atualizado
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	3.417.133	885.304	4.560	2.527.269	R\$ 21,81	R\$ 18,99	R\$ 7,36	-
Phanton Shares 2021	16/03/2021	16/03/2023	16/03/2023	228.311	-	-	228.311	-	-	R\$ 21,90	R\$ 21,99
Matching 2020	14/04/2021	14/04/2024	14/04/2024	35.769	-	-	35.769	-	-	R\$ 22,98	-
Stock Options 2021	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	3.409.339	113.508	-	3.295.831	R\$ 21,73	R\$ 19,84	R\$ 6,39	-
Stock Options 2021 CA	15/04/2021	15/04/2023	15/04/2026	1.277.779	-	-	1.277.779	R\$ 21,73	R\$ 19,84	R\$ 6,48	-

Stock Options 2020: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 4,25% a.a.; *Dividend Yield* de 1,90% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade da ação de 2 anos, sendo essa de 34,03%, além dos prazos de *vesting* e exercício.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Stock Options 2021 / Stock Options 2021 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 2% a.a.; *Dividend Yield* de 9,01% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade (março/2019 a mar/2021), sendo essa de 48,64%, além dos prazos de *vesting* (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Matching Shares 2020: o valor justo (fair value) das ações é equivalente à cotação de fechamento na data da outorga.

Phantom Shares 2021: O valor justo (fair value) é calculado com base na média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores ao último dia do mês de dezembro.

⇒ Política contábil

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios com a contrapartida registrada no patrimônio líquido. O valor justo do montante a pagar aos empregados, dos programas que são liquidados em caixa, é atualizado a cada data de reporte e reconhecido como despesa com um correspondente aumento do passivo.

19 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consoli	dado	Controladora		
_	2021	2020	2021	2020	
Obrigações atuariais					
Plano de pensão Petros Repactuado	592	1.194	592	1.194	
Plano de pensão Petros Não Repactuado	256	446	256	446	
Plano de pensão Petros II	-	47	-	47	
Plano de saúde	11	183	11	183	
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	859	1.870	859	1.870	
Circulante	108	102	108	102	
Não circulante	751	1.768	751	1.768	

Planos de Pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros Repactuados e Não repactuados

Os Planos Petros Repactuados e Não Repactuados (anteriormente Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP) são planos de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que asseguram aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e são direcionados atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A avaliação do plano de custeio da Fundação Petros é procedida em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Em 05 de maio de 2020 foi publicado no DOU a aprovação pela PREVIC do Novo Plano de Equacionamento de Déficit (Novo PED), cujo objetivo foi buscar uma alternativa de reequilíbrio dos planos Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R) e Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR), incluindo o déficit de 2015 e o de 2018, além de reduzir o impacto financeiro das contribuições extraordinárias mensais sobre os participantes.

A solução inclui alteração de alguns direitos e mudanças no regulamento dos dois planos, destinados aos participantes ativos e assistidos não pertencentes ao Grupo Pré-70, especialmente no cálculo do Pecúlio por Morte e a 13ª Suplementação, e, ainda, no cálculo da concessão de benefício para os futuros aposentados não elegíveis, conforme critério regulamentar para a definição do direito assegurado. Dentre os aspectos contemplados na proposta de alteração estão a adoção da média dos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício de suplementação de aposentadoria; desvinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos do reajuste concedido pelo patrocinador aos seus empregados, com a consequente vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano – IPCA, aplicável ao PPSP-NR; e desvinculação dos valores de suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo INSS, com a consequente vinculação dos valores de suplementações de aposentadorias a valor de INSS hipotético (Unidade de Referência – UR), dentre outros. A proposta do Novo PED foi aprovada em instância final pela PREVIC no mês de maio/20 e sua implementação ocorreu no mês de junho/20.

Dentre as obrigações contidas no Novo PED, restou estabelecida a obrigatoriedade de aportes extraordinários das patrocinadoras em contrapartida à redução do benefício de Pecúlio por Morte aplicada aos participantes e assistidos. A obrigação total da Companhia foi firmada em instrumento de parcelamento de dívida no total de R\$150 com prazo de 15 anos, carência até 31/12/2020 e pagamentos semestrais de principal e juros, a partir de janeiro de 2021, corrigidos pela meta atuarial, calculada anualmente de acordo com as premissas dos planos, além de opção de pré-pagamento.

No dia 18/12/2020, a Companhia exerceu sua opção de pré-pagamento, conforme prevista em contrato, e realizou a liquidação total da dívida, pelo valor de R\$ 162 (atualizado).

Em relação as contribuições dos planos PPSP-R, o valor acumulado até dezembro de 2021, referente às contribuições normais foi de R\$ 25 (R\$ 24 até dezembro de 2020). Em relação ao mesmo plano, o total até dezembro de 2021 referente às contribuições extraordinárias (referente ao plano de equacionamento de déficit – PED em vigor) foi de R\$ 44 (R\$ 43 até dezembro de 2020).

Em relação as contribuições dos planos PPSP-NR, o valor acumulado até dezembro de 2021, referente às contribuições normais foi de R\$ 10 (R\$ 10 até dezembro de 2020). Em relação ao mesmo plano, o total até dezembro de 2021 referente às contribuições extraordinárias (referente ao plano de equacionamento de déficit — PED em vigor) foi de R\$ 18 (R\$ 19 até dezembro de 2020).

As contribuições esperadas (parte patronal) do PPSP-R e PPSP-NR, para 2022, somam R\$ 75 e R\$ 30, respectivamente.

A duração média do passivo atuarial dos planos (PPSP-R e PPSP-NR), em 31 de dezembro de 2021, é de 9,93 anos e 9,24 anos, respectivamente (12,08 anos e 11,00 anos em 31 de dezembro de 2020).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A redução apresentada no saldo dos Planos Petros Repactuados e Não Repactuados decorre, principalmente, da alteração da taxa de desconto atuarial, que aumentou cerca de 2,46 p.p. e 2,6 p.p., respectivamente em 2021.

b) Plano Petros 2

O Plano Petros-2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável. A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de crédito unitário projetado. A parcela do plano com característica de contribuição definida destinase à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2021, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 28 (R\$ 27 em 2020).

As contribuições esperadas da patrocinadora, para 2022, são R\$28, referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2021 é de 12,12 anos (16,52 anos em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo dos ativos garantidores é superior ao valor presente das obrigações, gerando um superávit irrecuperável de R\$ 16, assim sendo, o passivo apresenta saldo zero. Não há constituição de ativo, uma vez que o mesmo não atende aos critérios de reconhecimento, não gerando ganho econômico.

c) FLEXPREV

O Flexprev é o novo plano de previdência da Vibra Energia, criado na modalidade Contribuição Definida puro. Este plano está disponível para novas adesões desde dezembro de 2021, e a previsão de abertura do período de opção de migração aos participantes oriundos dos PPSPs e PP-2 é ainda no primeiro semestre de 2022, a depender da aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar- PREVIC, órgão regulador do setor.

19.1 Ativos dos planos de pensão

A Fundação Petros elabora anualmente Políticas de Investimentos (PI) específicas para cada plano que têm a função de definir a condução da gestão de seus ativos para um período de cinco anos. O modelo de obtenção da melhor carteira para os planos segue duas metodologias: (i) para os planos Benefícios Definidos a busca pelo menor descasamento de fluxo de caixa líquido, condicionado ao atingimento da meta atuarial; e (ii) para o plano Contribuição Variável o atingimento da meta atuarial com o menor risco de mercado (VaR) possível.

O aperfeiçoamento contínuo da PI, principalmente nos últimos anos, onde novos conceitos como uma abordagem de Carteira Total para a Gestão de Riscos Financeiros e um foco na evolução do passivo, trouxeram um ganho para a gestão dos ativos dos planos, incluindo, mas não se limitando, a melhorias na governança, transparência no objetivo da gestão e maior robustez metodológica. O objetivo foi seguir buscando formas de construção das carteiras de investimentos que combinem risco e retorno esperados, com maior diversificação do portfólio de produtos, alinhando os objetivos de gestão aos modelos de otimização de cada plano de benefícios. Uma das novidades das Políticas de Investimentos de 2021 foi o aumento do limite máximo de alocação no segmento de investimentos no exterior, que passaram de 5% para 10% em conjunto com a redução do limite máximo da exposição à renda variável, de 45% para 40%. A Petros ainda não possuía investimentos no exterior até o encerramento de 2020. O processo due diligence dos gestores para investimentos no exterior estava na fase final e as alocações foram iniciadas de forma gradual, por meio de um projeto-piloto, considerando sempre as condições macroeconômicas e de mercado.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

	Consolidado									
		2020								
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%				
Renda fixa	1.415	1.144	2.559	65%	2.739	63%				
Títulos públicos	1.395	301	1.696		1.852					
Outros investimentos	20	843	863		887					
Renda variável	680	95	775	20%	953	22%				
Ações à vista	680	-	680		902					
Outros investimentos	-	95	95		51					
Investimentos estruturados	3	61	64	2%	47	1%				
Investimentos no exterior	9	10	19	0%	-	0%				
Imóveis	-	193	193	5%	212	5%				
Outros ativos	-	206	206	5%	260	6%				
	2.107	1.709	3.816	98%	4.211	97%				
Empréstimos a participantes	-	93	93	2%	112	3%				
	2.107	1.802	3.909	100%	4.323	100%				

Plano de saúde

Até o 3º trimestre de 2020, a Companhia mantinha o plano Assistência Médica Supletiva (AMS), que oferecia cobertura a todos os colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes. O plano de saúde era administrado pela própria Companhia e sua gestão era baseada em princípios de autossutentabilidade do benefício.

No 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou um plano de mercado administrado pela Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a Vibra ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela Companhia e a respectiva coparticipação.

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano "AMS", a Vibra decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Para aqueles com menos de dois anos de Companhia, o direito ao plano Bradesco foi dado pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da RN 279 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (RN 279: legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os aposentados com menos de dez anos de Companhia, tiveram direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 279 foi mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido), contudo a partir de 2022 será observada redução gradativa do subsídio patronal ao longo de 7 anos, atingindo em 2028 o equilíbrio do custeio.

Os riscos atuariais envolvidos são:

- (I) benefício saúde no pós-emprego,
- (II) sobrevida superior que a estabelecida nas tábuas de mortalidade,
- (III) rotatividade inferior a prevista e
- (IV) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores e adota a partir de 2022 a redução gradativa do subsídio patronal, eliminando o fator gerador do passivo e segue buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2021 é de 6,70 anos (18,40 anos em 31 de dezembro de 2020).

19.2 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19.2.1 Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado										
			2021			2020					
	PI	anos de Pensão				Planos de Pensão					
	Petros Repactuado	Petros Não Repactuado	Petros 2	Plano de saúde	Total	Petros Repactuado	Petros Não Repactuado	Outros	Petros 2	Plano de saúde	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	керасшацо	Repactuado	Pellos Z	Sauue	Total	керасциио	керасциио	Outros	Pellos Z	Sauue	Total
Obrigação atuarial no início do exercício	4.246	1.362	402	183	6.193	4.643	1.468	1	251	2.850	9.213
Custo dos juros	328	104	32	15	479	281	89	1	14	229	614
Custo do serviço corrente	5	2	3	3	13	201	-	1	4	18	23
Custo do serviço passado	-	-		(180)	(180)	(92)	(36)	- 1		(2.132)	(2.260)
Contribuições de participantes	5	1	_	(100)	(100)	4	(50)	_	_	(2.132)	(2.200)
Benefícios pagos	(259)	(95)	(23)	(111)	(488)	(326)	(123)		(18)	(87)	(554)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência (b)	(140)	50	10	93	13	(387)	(100)		183	(519)	(823)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiencia (b)	(882)	(297)	(116)	8	(1.287)	122	52		(27)	(176)	(29)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses infanceiras	(002)	(231)	3	-	(1.207)	1	12		(1)	(170)	12
Baixa pela venda da Stratura			-	_	-		12	(3)	(4)	_	(7)
Obrigação atuarial no fim do exercício	3.303	1.127	311	11	4.752	4.246	1.362	(3)	402	183	6.193
Movimentação do valor justo dos ativos do plano											
Ativos do plano no início do exercício	3.052	916	355	_	4.323	2.879	892	_	231	_	4.002
Receitas de juros	236	70	28	_	334	182	54	_	14	_	250
Contribuições pagas pela empresa	70	28	20		98	94	28	_			122
Contribuições de participantes	5	1			6	4	20				4
Beneficios pagos	(259)	(95)	(23)		(377)	(326)	(123)		(18)		(467)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(393)	(49)	(33)	_	(475)	219	65	_	128	_	412
Ativos do plano no fim do exercício	2.711	871	327	-	3.909	3.052	916	-	355	-	4.323
Valores reconhecidos no balanço patrimonial											
Valor presente das obrigações	3.303	1.127	311	11	4.752	4.246	1.362	_	402	183	6.193
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.711)	(871)	(327)	- 11	(3.909)	(3.052)	(916)	_	(355)	103	(4.323)
Superávit Irrecuperável no final do exercício	(2.711)	(071)	16		(3.909)	(3.032)	(910)	_	(333)		(4.323)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	592	256	-	11	859	1.194	446	-	47	183	1.870
Movimentação do passivo atuarial líquido											
Saldo no início do exercício	1.194	446	47	183	1.870	1.764	576	1	20	2.850	5.211
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(629)	(198)	(54)	101	(780)	(483)	(101)	- 1	27	(695)	(1.252)
(+) Custos incorridos no período	(023)	(130)	3	3	13	(403)	(101)	1	4	18	23
(-) Custo de serviço passado	-	-	-	(180)	(180)	(92)	(36)			(2.132)	(2.260)
(-) Pagamento de contribuições	(70)	(28)		(111)	(209)	(94)	(28)			(87)	(209)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	92	34	4	15	145	99	35	1		229	364
(-) Baixa pela venda da Stratura	-	34	-	15	145	-	-	(3)	(4)	-	(7)
Saldo Passivo Atuarial no final do exercício	592	256	-	11	859	1.194	446	(3)	47	183	1.870
Instrumento de dívida (Novo PED):									•		
Aporte contributivo	_	_	_	_	_	111	42	_	_	_	153
Custo dos juros	_	_	_	_	_	6	3	_	_	_	9
Pagamento da dívida	_	_	_	_	_	(117)	(45)	_	_	_	(162)
Saldo Instrumento de Dívida em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	- (111)	()	_	-	-	- (102)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	592	256	-	11	859	1.194	446	-	47	183	1.870
					400						
Circulante	75 517	30	-	3	108	72	30	-	-	400	102
Não circulante	517 592	226 256	-	8 11	751 859	1.122 1.194	416 446	-	47 47	183 183	1.768 1.870
	392	∠30	-	17	039	1.194	440	-	41	183	1.0/0

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19.2.2 Componentes do benefício definido

_						
		Controladora				
-	Pla	ano de Pensão				
-	Petros	Petros Não		Plano de		
	Repactuados	Repactuados	Petros 2	saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	5	2	3	3	13	13
Custo/ (reversão) do serviço passado	-	-	-	(180)	(180)	(180)
Juros líquidos sobre o passivo líquido	92	34	4	15	145	145
Custo do exercício	97	36	7	(162)	(22)	(22)
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	3 2	-	-	(4)	(2)	(2)
Diretamente no resultado	19	4	4	(50)	(23)	(23)
Relativa aos inativos (*):	76	32	3	(108)	3	3
Custo do exercício	97	36	7	(162)	(22)	(22)

^(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

_			Controladora				
	Petros	Petros Não			Plano de		
	Repactuados	Repactuados	Outros	Petros 2	saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	-	1	4	18	23	23
Custo/ (reversão) do serviço passado	(92)	(36)	-	-	(2.132)	(2.260)	(2.260)
Juros líquidos sobre o passivo líquido	99	35	1	-	229	364	364
Custo do exercício	7	(1)	2	4	(1.885)	(1.873)	(1.873)
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio das atividades operacionais	-	-	-	-	(12)	(12)	(12)
Diretamente no resultado	1	-	2	4	(155)	(148)	(148)
Relativa aos inativos (*):	6	(1)	-	-	(1.718)	(1.713)	(1.713)
Custo do exercício	7	(1)	2	4	(1.885)	(1.873)	(1.873)
Instrumento de Dívida (Novo PED):							
Aporte contributivo	111	42	_	-	-	153	153
Custo dos juros	6	3	-	-	_	9	9
Custo do exercício	117	45	-	-	-	162	162
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio	2	_	-	-	-	2	2
Diretamente no resultado	17	3	-	-	-	20	20
Relativa aos inativos (*):	98	42	_	_	_	140	140
Custo do exercício	117	45	-	-	-	162	162
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	124	44	2	4	(1.885)	(1.711)	(1.711)

^(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

19.2.3 Análise de sensibilidade

A variação de 1% nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado									
		Taxa de o	Taxa de va custos m hospita	édicos e						
	Pens	são	Saú	de	Saúde					
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.				
Obrigação atuarial	(377)	395	(1)	1	1	(1)				
Custo do serviço e juros	(39)	23	-	-	-	-				

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19.2.4 Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2021			2020				
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	13,10%	13,12%	13,03%	12,94%	7,98%	7,86%	8,23%	8,15%
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	8,93%	8,93%	8,93%	n/a	5,68%	5,68%	5,68%	5,68%
Taxa de variação de custos médicos e	n/a	n/a	n/a	11,81% a 3,00%	n/a	n/o	2/2	40 400/ 0 2 200/ 0 0
hospitalares (2)	n/a	II/a	n/a	a.a	n/a	n/a	n/a	10,10% a 3,20% a.a
	EX-	EX-	AT-2012 IAM Basic Feminina		EX-	EX-	AT-2012 IAM Basic Feminina	
Tábua de mortalidade	PETROS	PETROS	desagravada		PETROS	PETROS	desagravada	
geral	2013	2020	em 10%	EX-PETROS 2013	2013	2020	em 10%	EX-PETROS 2013
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Álvaro Vindas desagravada em 50%	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Álvaro Vindas desagravada em 40%	Grupo Americana
IIIValidez	Americana	Americana	IAPB 1957	Grupo Americana	Americana	Americana	IAPB 1957	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de	AT 49	AT 49	(forte) e desagravada		AT 49	AT 49	(forte) e desagravada	
inválidos	Masculina	Masculina	em 30%	AT 49 Masculina	Masculina	Masculina	em 20%	AT 49 Masculina
	Homens -	Homens -		Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 54 anos	Homens -	Homens -		Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 54 anos
Idade de entrada na	57 anos	54 anos		Petros 2 - 59 anos	57 anos	54 anos		Petros 2 - 59 anos
aposentadoria				Mulheres PPSP-R - 54 anos				Mulheres PPSP-R - 54 anos
	Mulheres -	Mulheres -		PPSP-NR - 61 anos	Mulheres -	Mulheres -		PPSP-NR - 61 anos
	54 anos	61 anos	1º elegibilidade	Petros 2 - 56 anos	54 anos	61 anos	1º elegibilidade	Petros 2 - 56 anos

⁽¹⁾ Considerando uma curva de inflação projetada com base no mercado em 6,79% para 2022 e atingindo 3,00% de 2024 em diante.

⁽²⁾ Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19.2.5 Perfil de vencimento da obrigação

		2021					
	P	lano de Pensã	0	Plano de			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	saúde			
31/12/2022	269	98	22	3			
31/12/2023	255	94	20	5			
31/12/2024	239	87	19	1			
31/12/2025	223	81	18	1			
31/12/2026 ou posterior	2.317	767	232	1			
Total	3.303	1.127	311	11			

⇒ Política contábil

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

⇒ Estimativas e julgamentos

A mensuração destes compromissos depende de diversas estimativas, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Dentre as principais premissas utilizadas estão:

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- taxa de desconto compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- taxa de variação de custos médicos e hospitalares: premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares. Em 2020 foi baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capta) da Companhia nos últimos cinco anos, sendo que, no último ano foi utilizada a VCMH (variação dos custos médicos e hospitalares) do Bradesco, em função da mudança do plano de saúde da AMS para o Bradesco. Em 2021, no cálculo na premissa de VCMH, foi utilizado, para estabelecimento do seu ponto inicial, a média móvel dos últimos cinco anos de observação da inflação INPC Saúde.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 19.2.3

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 6.353 (R\$ 6.353 em 31 de dezembro de 2020), está composto por 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

A Companhia poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social até o limite de R\$ 7.000 (sete bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias.

Em 1º de julho de 2021, foi registrada na CVM a oferta pública de ações da Companhia, por meio da qual a Petrobras alienou a totalidade de sua participação na Petrobras Distribuidora S. A. (37,5%). A oferta foi encerrada em 5 de julho de 2021.

20.2 Ações em tesouraria

Em 29 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, com efeitos a partir do dia 11 de agosto de 2021, limitado ao valor total de R\$ 1,5 bilhão em um prazo de até 18 meses. A Administração da Companhia vê no programa mais uma opção oportuna de alocação de capital.

A recompra tem por objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para manutenção de tais ações adquiridas em tesouraria, cancelamento ou alienação. As ações recompradas e mantidas em tesouraria podem, a critério da administração, ser usadas para cumprir obrigações decorrentes de planos de ações.

Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia recomprou um total de 37.390.200 ações e possui registrado no patrimônio líquido um montante de R\$ 918 de ações em tesouraria.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.3 Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o capital social.

A Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2022, deliberará sobre a aplicação do excesso de reservas de lucros no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

20.3.1 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva legal antes da destinação do resultado do exercício atingia 20% do capital social. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2021 não houve destinação de valores para esta reserva.

20.3.2 Reserva estatutária

Constituída com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após a destinação da reserva legal, da reserva para contingência, do dividendo obrigatório, da reserva de lucros a realizar e da reserva de retenção de lucros, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

20.3.3 Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$ 1.832.

20.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do período, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Lucro líquido do exercício	2.497
Apropriação	
Reserva legal	-
Reserva de Incentivo Fiscais	(1)
Lucro básico para determinação dos dividendos / Juros sobre capital próprio	2.496
Juros sobre capital próprio / dividendos - Registrados no passivo circulante	
Equivalentes a 25% do lucro básico	624
Composição dos Juros sobre capital próprio e dividendos	
Juros sobre o capital próprio	532
Dividendos	132
Total de dividendos / juros sobre capital próprios distribuídos	664
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(40)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	624
Dividendos / Juros sobre capital por ação	0.58

20.4.1 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado		
	2021	2020	
Saldo inicial	942	525	
Adição	1.972	1.531	
Pagamento	(2.761)	(1.080)	
Imposto de renda retido na fonte	(43)	(58)	
Atualização	22	24	
Saldo final	132	942	

Em 12 de janeiro de 2021 a Companhia pagou aos acionistas, juros sobre o capital próprio, referentes ao exercício de 2020, no valor de R\$444, líquido do imposto de renda retido na fonte.

A proposta de dividendos, apresentada na nota 20.3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 15/04/21. Em 30 de abril de 2021 a Companhia efetuou o pagamento da primeira parcela dos dividendos no montante de R\$ 1.106 e em 31 de agosto de 2021 pagou a segunda e última parcela de R\$ 720.

Em 28 de julho, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referente ao exercício de 2021, em um montante estimado de R\$ 554.

Esta antecipação foi imputada ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, ad referendum da (AGO), sem prejuízo de outras eventuais distribuições a serem definidas na Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

⇒ Política contábil

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no estatuto social da Companhia e nas leis vigentes. No caso da destinação dos dividendos exceder ao mínimo obrigatório, esse excedente permanece registrado no patrimônio líquido na conta de Dividendos

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Adicionais Propostos, até a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas ou Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos foram atualizados monetariamente, a partir do encerramento do exercício social até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido como no resultado do exercício.

20.5 Ajuste de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

20.6 Resultado por ação

	Consolidado		
	2021	2020	
Numerador			
Lucro líquido	2.497	3.905	
Denominador			
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.154.690.874	1.165.000.000	
Resultado por ação básico	2,1625	3,3519	
Numerador			
Lucro líquido	2.497	3.905	
Denominador			
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.154.690.874	1.165.000.000	
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	744.658	68.174	
Média ponderada de ações ajustadas	1.155.435.533	1.165.068.174	
Resultado por ação diluído	2,1611	3,3517	

No resultado diluído por ação, a quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas é ajustada para refletir a presunção da conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Assim sendo, para as opções de compra de ações do programa de incentivo de longo prazo (nota 18.3), é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo preço médio de mercado da ação da Companhia no período.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

21 Receita de vendas

	Consolidado		Controla	dora
_	2021	2020	2021	2020
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	71.336	46.571	71.336	46.571
Gasolina	51.713	31.468	51.713	31.468
Óleo combustível	11.987	4.225	11.987	4.225
Querosene de aviação	10.650	5.305	10.650	5.305
Lubrificantes	3.082	2.246	3.082	2.246
Asfalto	-	710	-	-
Coque	1.062	2.335	1.062	2.335
Outros derivados	1.786	1.071	1.786	1.071
Etanol	10.975	8.255	10.975	8.255
Gás natural	658	1.224	658	1.224
Produtos de Suplly-House (a)	1.265	1.435	1.265	1.435
Serviços, energia e outros	58	77	52	50
	164.572	104.922	164.566	104.185
Juros embutidos no preço dos produtos	(193)	(220)	(193)	(220)
Bonificações antecipadas concedidas a cliente	(805)	(638)	(805)	(638)
Bonificação por desempenho (b)	(432)	(323)	(432)	(323)
Prêmios e descontos sobre vendas	(336)	(253)	(336)	(253)
Receita bruta	162.806	103.488	162.800	102.751
Encargos de vendas	(32.685)	(21.987)	(32.685)	(21.820)
Receita de vendas	130.121	81.501	130.115	80.931

⁽a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

A variação nas receitas de R\$ 49 bilhões de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021 decorre das sucessivas altas de preços dos produtos nas refinarias da Petrobras em 2021.

Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a comercialização de combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termoelétricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

21.1 Obrigações de desempenho restantes

A Companhia possui contratos de vendas de produtos ou serviços, vigentes e assinados até 31 de dezembro de 2021, com prazos superiores a 1 ano, onde os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos encontram-se definidos, ou seja, há uma quantidade pré-estabelecida de bens ou serviços prometidos ao cliente para os próximos exercícios, com seus respectivos termos de pagamentos.

A seguir estão apresentados os valores totais de preços alocados às obrigações de desempenho que não se encontram satisfeitas em 31 de dezembro de 2021, tendo como base volumes de vendas comprometidos entre as partes, bem como preços praticados em vendas recentes, sendo esses sujeitos às variações no valor de commodities, taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

⁽b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado
Total dos contratos	377.855
Diesel	164.587
Gasolina automotiva	160.000
Óleo combustível	8.211
Outros derivados de petróleo	4.754
Subtotal de derivados	337.552
Gás natural	2.876
Etanol, nitrogenados e renováveis	37.124
Serviços e outros	32
Mercado interno	377.584
Exportações	271
Mercado externo	271

A tabela anterior não inclui informações sobre contratos com clientes com duração igual ou inferior a um ano, como por exemplo, vendas no mercado spot, além de contratos que não estabeleçam volumes.

21.2 Passivos de contratos

Os passivos de contratos referem-se às obrigações contratuais decorrentes de antecipações recebidas dos clientes para futuras vendas de produtos, principalmente, combustíveis claros, produtos de aviação, solvente e produtos especiais e gás natural e energia os quais serão reconhecidos como receita mediante a efetiva entrega.

Esses saldos estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de dezembro de 2021 perfazem o montante de R\$ 407 (Consolidado e Controladora). Em 31 de dezembro de 2020 estes saldos eram R\$494 no Consolidado e na Controladora.

O valor de R\$ 442 foi reconhecido como receita em 2021 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do exercício (R\$ 142 em 2020).

⇒ Política contábil

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

- bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As bonificações antecipadas concedidas a clientes são apropriadas no resultado como redução da receita bruta (nota 10).

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

22 Custo e despesas por natureza

22.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

_	Consolidado		Controla	dora
	2021	2020	2021	2020
Produtos para revenda	(125.164)	(76.979)	(125.164)	(76.503)
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(77)	(95)	(77)	(92)
Despesas com pessoal	(34)	(26)	(32)	(20)
Depreciação e amortização	(13)	(13)	(11)	(10)
Variação dos estoques (*)	2.129	155	2.130	155
Outras	(111)	(86)	(111)	(77)
Total	(123.270)	(77.044)	(123.265)	(76.547)

^(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados apresentaram variação de R\$ 46 bilhões de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021 em função do aumento no custo médio de aquisição, decorrente do aumento nos preços.

22.2 Despesas de vendas e perdas de créditos esperadas

	Consolidado		Controla	dora
	2021	2020	2021	2020
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(1.363)	(1.321)	(1.363)	(1.306)
Despesas com pessoal	(361)	(312)	(361)	(309)
Perdas de crédito esperadas	(289)	(55)	(289)	(43)
Perdas com títulos incobráveis	(23)	(24)	(23)	(24)
Depreciação e amortização	(476)	(455)	(486)	(462)
Outras	(151)	(125)	(151)	(123)
Total	(2.663)	(2.292)	(2.673)	(2.267)

O aumento nas perdas de créditos estimadas decorre, principalmente, da recuperação judicial da Samarco e das expectativas de perdas com a Stratura (nota 7), que acarretaram o reconhecimento em 2021 de R\$265 de perdas de créditos, sem correspondência com o período anterior.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22.3 Despesas gerais e administrativas

_	Consolidado		Controla	dora
	2021	2020	2021	2020
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(172)	(164)	(171)	(158)
Despesas com pessoal	(312)	(168)	(311)	(161)
Depreciação e amortização	(70)	(69)	(70)	(69)
Outras	(80)	(56)	(76)	(54)
Total	(634)	(457)	(628)	(442)

A variação em pessoal reflete, principalmente, o impacto positivo da revisão do laudo das obrigações atuariais com plano de saúde, realizada no 4º trimestre de 2020, em razão do novo modelo implantado na Companhia.

22.4 Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Abono por repactuação salarial	8	(63)	8	(63)
Créditos tributários - ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS	-	1.040	-	1.040
Créditos de ICMS – Fim da definitividade	291	52	291	52
Recuperação de Créditos PIS/COFINS - Noventena	79	-	79	-
Despesas de aluguéis	(43)	(46)	(43)	(46)
Ganho indenização do contrato de concessão GAS ES	-	117	-	117
Desapropriação imóvel	55	-	55	-
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 25.1)	(926)	49	(926)	52
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 19)	(3)	1.573	(3)	1.573
Provisão crédito de descarbonização	(240)	(190)	(240)	(190)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	382	235	382	235
Receita de armazenagem conjunta	139	84	139	84
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	31	34	31	34
Relações institucionais e projetos culturais	(108)	(100)	(108)	(100)
Resultado com alienação/baixa de ativos	94	(147)	94	(147)
Resultado de hedge de commodities - em aberto	56	(50)	56	(50)
Resultado de hedge de commodities - encerradas	(430)	395	(430)	395
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(80)	(27)	(80)	(27)
Outros	(20)	40	(23)	42
Total	(715)	2.996	(718)	3.001

- O aumento nas despesas de hedge de commodities (de um ganho de R\$ 345 em 31 de dezembro de 2020 para uma perda de R\$ 375 em 31 de dezembro de 2021) decorre, principalmente, da perda na proteção da variação no preço praticado pela Petrobras em comparação ao preço pago na importação de derivados (R\$ 707).
- Em 2021 houve reconhecimento de R\$ 291 de créditos de ICMS originados do fim da definitividade da substituição tributária (R\$52 em 2020), no que se refere à cobrança de complemento ou à geração de ressarcimento nas vendas de Óleo Diesel e Gasolina aos Grandes Consumidores, bem como de Querosene de Aviação às Empresas Aéreas. Estes créditos são reconhecidos à medida que sejam deferidos formalmente pelas autoridades fiscais estaduais.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- O ganho em processo transitado em julgado em junho de 2020 referente ao reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos, acarretou o reconhecimento de R\$1.040 de receita em 2020.
- Em 2020, houve redução nas obrigações atuariais com plano de saúde em função da mudança da assistência médica AMS para o plano de saúde Bradesco, acarretando um impacto positivo de R\$1.927.
- Aumento em perdas com processo judicial, em função, principalmente, do acordo de renegociação de dívidas (ARD) celebrado entre VIBRA, CEA e o Estado do Amapá onde a Vibra cede parte dos direitos creditórios ao Estado em montante equivalente à remissão da totalidade do crédito tributário decorrente do não recolhimento dos valores de ICMS, objeto de execução fiscal (R\$ 716 milhões).

Provisão para créditos de descarbonização

⇒ Política contábil

A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (market-share) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIOS), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado. O CBIO equivale a uma tonelada de carbono.

As metas estabelecidas vigoram até dezembro de cada ano e são publicadas no site da ANP. Para 2021 a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 6.550.462 CBIOs (4.040.538 CBIOS em 2020).

A Companhia reconhece a provisão para crédito de descarbonização no passivo circulante e em outras receitas (despesas), líquidas.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

23 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controla	dora
	2021	2020	2021	2020
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(327)	(256)	(327)	(256)
Arrendamentos	(73)	(70)	(109)	(125)
Comissões bancárias	(16)	(23)	(16)	(23)
Impostos	(62)	(13)	(62)	(12)
Outras	(52)	(23)	(53)	(20)
	(530)	(385)	(567)	(436)
Receitas				
Juros por atraso de clientes	82	83	82	76
Financiamentos a clientes	70	180	70	180
Depósitos judiciais	119	43	119	43
Aplicações financeiras	98	97	94	93
Recuperação de créditos - valor justo (*)	1.300	37	1.300	37
Baixa de créditos a receber (**)	(57)	-	(57)	-
Outras	31	10	32	13
	1.643	450	1.640	442
Variações monetárias				
Ativa				
Depósitos	(80)	(9)	(81)	(9)
Impostos	57	432	57	432
Outras	10	29	11	29
	(13)	452	(13)	452
Passiva				
Arrendamentos	(2)	-	(80)	(34)
Atualização de dividendos a pagar	(22)	(24)	(22)	(24)
Empréstimos e financiamentos	(156)	(73)	(61)	(14)
Impostos	(45)	-	(45)	-
Outras	(22)	(25)	(24)	(25)
	(247)	(122)	(232)	(97)
Variações cambiais				
Resultado de instrumento financeiro derivativo	101	565	101	565
Clientes	5	29	5	29
Fornecedores	(129)	(266)	(129)	(266)
Empréstimos e financiamentos	(305)	(467)	(305)	(467)
Aplicações financeiras	15	32	15	32
Outros	28	(24)	28	(24)
	(285)	(131)	(285)	(131)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(545)	199	(530)	224
,	()	-	1/	
Resultado financeiro	568	264	543	230

^(*) Inclui reconhecimento do valor justo da dívida negociada do cliente Companhia de Eletricidade do Amapá (R\$ 1.086, sendo R\$826 de principal e R\$260 de juros).

^(**) Ajuste do valor justo de parcela do "earn-out" a receber referente a alienação do controle da Stratura Asfaltos, ocorrida em 2020.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R\$ 804 (nota 15.1) no exercício (R\$ 810 em 2020), sendo R\$ 788 (R\$ 796 em 2020) reconhecidos no resultado e R\$ 16 (R\$ 14 em 2020) como juros capitalizados.

24 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Não há transferências entre as áreas de negócio.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B₂B

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Mercado de Aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

O resultado consolidado das receitas com clientes no Brasil, conforme tabela abaixo, é de R\$ 129.753 (R\$ 81.476 em 2020), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R\$ 1.173 (R\$ 663 em 2020).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/21

							com as	
	Rede de		Mercado de	Total dos			Demonstrações	Total
	Postos	B2B	Aviação	segmentos	Corporativo	Total	Contábeis	Consolidado
Receita de Vendas	79.070	42.173	9.683	130.926	-	130.926	(805) (8	130.121
Custo dos produtos vendidos	(75.181)	(39.270)	(8.810)	(123.261)	-	(123.261)	(9) (1) (123.270)
Lucro (Prejuízo) bruto	3.889	2.903	873	7.665	-	7.665	(814)	6.851
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(1.077)	(1.101)	(349)	(2.527)	(281)	(2.808)	(489) ((3.297)
Tributárias	(13)	(6)	(2)	(21)	(1)	(22)	(323) (d) (345)
Outras receitas (despesas), líquidas	(214)	(207)	2	(419)	455	36	(751) (6	e) (715)
Resultado de participações em investimentos	-	117	-	117	(5)	112	-	112
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	568 (f) 568
EBITDA Ajustado	2.585	1.706	524	4.815	168	4.983		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(1.809)	3.174

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/20

							Reconciliação	
							com as	
	Rede de		Mercado de	Total dos			Demonstrações	Total
	Postos	B2B	Aviação	segmentos	Corporativo	Total	Contábeis	Consolidado
Receita de Vendas	50.813	26.477	4.849	82.139	-	82.139	(638)	a) 81.501
Custo dos produtos vendidos	(48.286)	(24.383)	(4.375)	(77.044)	-	(77.044)	- (b) (77.044)
Lucro (Prejuízo) bruto	2.527	2.094	474	5.095	-	5.095	(638)	4.457
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(1.080)	(897)	(370)	(2.347)	(71)	(2.418)	(331) (c) (2.749)
Tributárias	(6)	(6)	(2)	(14)	(27)	(41)	(106) (d) (147)
Outras receitas (despesas), líquidas	268	168	8	444	722	1.166	1.830 (e) 2.996
Resultado de participações em investimentos	-	12	-	12	(3)	9	-	9
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	264	f) 264
EBITDA Ajustado	1.709	1.371	110	3.190	621	3.811		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							1.019	4.830

Reconciliação com as demonstrações contábeis	2021	2020

(a) Receita de Vendas

Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(805)	(638)
(h) Custs des resolutes usedides		
(b) Custo dos produtos vendidos Depreciação e amortização	(13)	(13)
Remensuração atuarial - Plano de Saúde	4	13
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(546)	(524)
Perdas de crédito esperadas		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.	-	1
Remensuração atuarial - Plano de Saúde	57	192

Reconciliação com as demonstrações contábeis	2021	2020
(d) Tributárias		
Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais.	(288)	(20)
Encargos tributários: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(35)	(86)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas	,,	,,
Perdas e provisões com processos judiciais Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(926)	49
Planos de desligamento		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pelo contas a pagar e pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas aos planos, respectivas reversões em função de desistências, além dos gastos com desligamentos decorrentes da reestruturação da Companhia.	-	2
Abono por repactuação salarial - Plano de Transformação Organizacional	8	(63)
Operações de hedge de commodities em andamento	56	(50)
Ganho com indenização de contrato de concessão do Gás do ES	-	117
Resultado com alienação - Stratura	-	(152)
Resultado com alienação - Pecém e Muricy	46	-
Resultado com alienação - Brasil Carbonos	(54)	-
Remensuração atuarial - Plano de Saúde	119	1.927
(f) Resultado Financeiro, líquido	568	264
Total	(1.809)	1.019

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24.1 Desagregação da Receita

		Consolidado							
		202	1						
		Mercado de							
	Rede de Postos	B2B	Aviação	Total					
No país									
Norte	6.917	5.054	897	12.868					
Nordeste	19.845	10.860	1.877	32.582					
Centro Oeste	8.976	3.884	1.027	13.887					
Sudeste	30.708	17.024	4.362	52.094					
Sul	12.624	5.162	536	18.322					
No exterior	-	189	984	1.173					
Total	79.070	42.173	9.683	130.926					

		Consoli	dado	
		202	0	
			Mercado de	
	Rede de Postos	B2B	Aviação	Total
No país				
Norte	4.720	3.247	437	8.404
Nordeste	12.533	4.247	866	17.646
Centro Oeste	5.487	2.005	531	8.023
Sudeste	19.722	13.399	2.200	35.321
Sul	8.351	3.464	267	12.082
No exterior	-	115	548	663
Total	50.813	26.477	4.849	82.139

25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

25.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

A Companhia e suas investidas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

(i) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) (R\$ 45 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 57 em 31 de dezembro de 2020).

Processos Cíveis

- (i) demanda em que a Companhia foi condenada a indenizar a autora (Valpar) pelo descumprimento de Contratos de Fornecimento, Transporte e de Mútuo, estando em fase de liquidação de sentença, após já ter havido pagamento da parte líquida da condenação (R\$ 127 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 104 em 31 de dezembro de 2020);
- (ii) demanda que visa indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis (R\$ 87 em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 o processo estava classificado em perda possível no montante de R\$75). A Companhia

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entende devida: R\$1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$83 a título de lucros cessantes;

(iii) demanda em que se discute rescisão de contrato de prestação de serviço de operação de armazenagem de combustíveis e abastecimento de aeronaves. Ajuizada a ação pela Companhia, em reconvenção, J.L Comércio obteve condenação em que se determinou pagamento de valores a título de frete e de diferenças da taxa de tanqueio pela Companhia, nada obstante haver reconhecimento de crédito em razão do não pagamento, pela prestadora de serviços, de faturas de fornecimento de combustível (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2021).

Processos Trabalhistas

- (i) Subsidiaridades pedidos de condenação subsidiária da Companhia ao pagamento de verbas trabalhistas devidas aos empregados das empresas prestadoras de serviço (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 83 em 31 de dezembro de 2020);
- (ii) RMNR/Periculosidade pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R\$ 54 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 36 em 31 de dezembro de 2020); e
- (iii) Complementação/Suplementação de aposentadoria processos trabalhistas envolvendo a Companhia e a Petros movidos por ex-empregados pleiteando diferenças nos valores recebidos em sua complementação de aposentadoria (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2021).

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras receitas (despesas), líquidas.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Entretanto, dada as características das provisões judiciais de longo prazo, não é possível estimar um cronograma referente à saída desses recursos.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

		Consolidado								
			2021			2020				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	221	362	294	22	899	299	370	352	19	1.040
Adição, líquida de reversão	633	(3)	162	3	795	(69)	25	(65)	2	(107)
Utilização (*)	(754)	(20)	(63)	-	(837)	(14)	(51)	(23)	-	(88)
Atualização	5	22	104	-	131	8	19	30	1	58
Baixa pela venda da Stratura	-	-	-	-	-	(3)	(1)	-	-	(4)
Saldo final	105	361	497	25	988	221	362	294	22	899

		Controladora								
			2021			2020				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	221	362	294	22	899	299	369	352	19	1.039
Adição, líquida de reversão	633	(3)	162	3	795	(72)	25	(65)	2	(110)
Utilização (*)	(754)	(20)	(63)	-	(837)	(14)	(51)	(23)	-	(88)
Atualização	5	22	104	-	131	8	19	30	1	58
Saldo final	105	361	497	25	988	221	362	294	22	899

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R\$ 16 em 2021 (Consolidado e Controladora), conforme nota 25.2 (R\$ 37 em 2020 Consolidado e Controladora). Em 2021, houve baixa de R\$716 em função de acordo de renegociação de dívidas celebrado entre VIBRA, CEA e o Estado

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

do Amapá onde a Vibra cede parte dos direitos creditórios ao Estado em montante equivalente à remissão da totalidade do crédito tributário decorrente do não recolhimento dos valores de ICMS, objeto de execução fiscal.

25.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

			Consc	olidado			
		2021		2020			
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	
Causas trabalhistas	361	125	236	362	125	237	
Causas fiscais	105	57	48	221	97	124	
Causas cíveis	497	63	434	294	62	232	
Causas ambientais	25	1	24	22	1	21	
Total	988	246	742	899	285	614	

25.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	863	205	104	1	1.173	1.148
Adição, líquida de reversão	12	6	3	-	21	21
Utilização (a)	(10)	(23)	(4)	-	(37)	(37)
Atualização monetária / juros (b)	24	4	3	-	31	30
Baixa pela venda da Stratura	(25)	-	-	-	(25)	-
Outros	-	2	(1)	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	864	194	105	1	1.164	1.163
Adição, líquida de reversão	4	1	9	-	14	14
Utilização (a)	(11)	(4)	(1)	-	(16)	(16)
Atualização monetária / juros (b)	(48)	8	2	-	(38)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	809	199	115	1	1.124	1.123

⁽a) Por pagamento de processos judiciais.

A Companhia mantém R\$ 246 (R\$ 285 em 31 de dezembro de 2020) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 25.1.1); R\$ 606 (R\$ 597 em 31 de dezembro de 2020) associados a contingências possíveis; R\$ 177 (R\$ 158 em 31 de dezembro de 2020) associados a contingências remotas; R\$ 75 (R\$ 91 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R\$ 20 (R\$ 33 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a outros.

25.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolid	dado	Controladora		
Natureza	2021	2020	2021	2020	
Fiscais	7.183	8.143	7.183	8.143	
Cíveis	4.928	3.294	4.928	3.294	
Trabalhistas	662	709	662	709	
Ambientais	153	145	153	145	
Total	12.926	12.291	12.926	12.291	

⁽b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

Desc	rição dos processos de natureza fiscal	31.12.2021	31.12.2020	
Auto	res: Estados de GO, PA, RJ, SP e TO Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para			
1)	revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal. (a) (b) (c)	1.421	1.509	
Auto	r: Estado do RJ			
2)	Cobrança da diferença de alíquota de ICMS nas operações internas com querosene de aviação. O Estado do Rio de Janeiro conferiu benefício fiscal reduzindo a alíquota de ICMS sobre querosene de aviação. Essa redução foi considerada inconstitucional. Hoje o Estado do Rio de Janeiro cobra essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas.	1.403	1.364	
Auto	res: Estados de AL, AM, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, SE, SP e TO			
3)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	1.290	928	
Auto	res: Estados da BA e SP e Discom			
4)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	214	722	
Auto	r: União			
5)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo (imunes ao IPI).	612	574	
Auto	res: Estados do AM, CE e PE			
6)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior. (e)	316	199	
Auto	res: Estados do AM, BA, CE, GO, MT, PA, PB, RJ, RO, MS e SP, o Distrito Federal e a União			
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	190	234	
Auto	res: Estado do AC, AM, BA, CE, GO, MG, PB, PI, RO e SP			
8)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte. (b) (c)	222	242	
Auto	r: União			
9)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados e/ou dirigentes.	179	157_	
Auto	r: União			
10)	Discussão sobre a viabilidade quantitativa e qualitativa de compensações tributárias operadas pela Companhia, cujas DCOMPs não são homologadas pela Secretaria da Receita Federal - exceto créditos de IPI, tratados em outro perfil.	119	110	

Descri	ção dos processos de natureza fiscal	31.12.2021	31.12.2020
-	: Estado do RJ		
	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que		
11)	o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	105	102
Autor	es: Estados do MT, PA e PE		
12)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a		
	operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	104	101
Autor	: Estados de AL, BA, CE, MT, PI e RR		
13)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se diferenças (complemento) em relação à apuração do ICMS / ST. (a)	99	4
Autor	es: Estados do AC, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, PA, RJ e RO		
	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de		
14)	informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante. (b) (c)	64	122
Autor	es: Estado do PA e União		
15)	Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo de tributo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	78	75
Autor	: União		
	Cobranças de multas isoladas da Receita Federal em razão da não homologação de		
16)	compensações tributárias efetuadas pela Companhia.	77	75
Autor	es: Estados do PR e SP		
17)	Guerra fiscal entre Unidades da Federação relativa a benefícios fiscais de ICMS na origem e possibilidade de creditamento em operações interestaduais.	76	75
Autor	: União		
	Processos em que a Companhia é autuada quanto ao não recolhimento de contribuição		
18)	previdenciária patronal sobre verbas pagas como honorários a administradores,		
•	considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	69	67
Autor	es: Estados do AM, BA, CE, MA, MS, PA, PI, RJ, RS e SP		
	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito de ICMS em		
19)	operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida		
	do princípio da não-cumulatividade.	46	77
Autor	: União		
20)	Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a		
	remuneração de autônomos que prestaram serviços à Companhia.	65	63
Autor	: Estado do RJ		
	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum		
21)	do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda, e cobra ICMS-ST que a		
	Companhia entende indevido.	62	229
Autor	: Estados do AC, AP, ES, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RO, SC e TO		
22)	Processos em que há cobrança de ICMS não categorizada nos demais perfis existentes. (d)	70	28
Autor	: Estados do MT e SP		
23)	Processos em que o estado cobra da Companhia ICMS retido e não recolhido por alienante de etanol hidratado (usina de etanol).	56	50
Autor	: União		
	Processos em que a Companhia é autuada como responsável solidária pelo recolhimento		
24)	de contribuições previdenciárias.	20	52
			

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Desci	ição dos processos de natureza fiscal	31.12.2021	31.12.2020
Auto	r: Estado de PE		
25)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito de ICMS em operações que não gerariam tal direito ao creditamento. Discute-se se as normas contidas no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991, que previam a possibilidade de tomada e manutenção de créditos fiscais de ICMS, foram ou não tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996. (e)		
		1	684
	Processos diversos de natureza fiscal (d)	225	300
	Total	7.183	8.143

Ocorreram reclassificações entre os perfis, conforme segue abaixo:

- (a) reclassificação de R\$ 95 do perfil "1 ICMS Aviação Revenda" para o perfil "13 ICMS ST complemento".
- (b) reclassificação de R\$ 89 do perfil "8 ICMS Crédito sobre frete" para os perfis "1 ICMS Aviação Revenda" (R\$ 87) e " 14 ICMS Omissões Scanc" (R\$ 2).
- (c) reclassificação de R\$ 97 do perfil "14 ICMS Omissões Scanc" para os perfis "1 ICMS Aviação Revenda" (R\$ 87) e "8 ICMS Crédito sobre frete" (R\$ 10).
- (d) reclassificação de R\$ 42 do perfil "Recuperação de Crédito Tributário (Outros)" para o perfil "22 ICMS Outras Cobranças".
- (e) reclassificação de R\$ 265 do perfil "25 ICMS Créditos Lei Pe derrogada" para o perfil "6 ICMS Aviação Exportação".

b) Processos de natureza cível

Desci	ição dos processos de natureza cível	31.12.2021	31.12.2020
Auto	r: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP Ação Civil Pública através da qual pretende que o custo de "equacionamento de déficit do Plano Petros 1", seja imputado tão somente às patrocinadoras, administradores do plano de previdência complementar, bem como a fundos de investimento, e não aos participantes do plano, uma vez que o déficit teria sido causado por má gestão.		
	Situação atual: Processo ainda pendente da citação de todos os réus da demanda.	1.701	
Auto	r: WTorre Engenharia E Construção S.A		
2)	Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis.		
-,	Situação atual: Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.294	1.141
Auto	r: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Inquérito convertido em Processo Administrativo, em decisão publicada em 02/07/2020. Eventual multa é calculada com alíquotas entre 0,01% e 20%, tendo sido utilizada a alíquota máxima (20%). Para fins de base de cálculo, restringiu-se ao faturamento bruto anual (ano anterior a instauração do PA - 2019) da Companhia no mercado relevante geográfico definido pelo CADE nos autos do processo - DF.		
3)	Situação atual: A SG/CADE emitiu Nota Técnica convertendo o Inquérito Administrativo em Processo Administrativo. As infrações a serem apuradas no referido processo são: acordo de preços do etanol e divisão de clientes no Distrito Federal/DF, bem como a adoção de uma política de discriminação de adquirentes em âmbito nacional, com efeito no mercado do Distrito Federal/DF. A defesa da Companhia foi apresentada em 07/05/2021.		
	Distrito i ederal/Di . A delesa da companna foi apresentada em 07/05/2021.		

Descrição dos p	processos de natureza cível	31.12.2021	31.12.2020
lutor: Forte Co	mércio, Importação, Exportação e Administração		
indenizaç	el perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e ção por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação assumido para o surgimento do Grupo Forte.		
embargo: houve su bilhão, co a Rede F obstante nova cart provisória pelo TJSP pela nece as suas p fossem a que a Coi de conde acautelar incerteza após recu advogado Tal difere com que	atual: A União opôs embargos de divergência contra o acórdão que rejeitou os seus s de declaração (RESP nº 1.265.625). Após início do julgamento do recurso da União, spensão por pedido de vistas do processo. O valor em discussão atualizado é R\$ 1,6 conforme proposta de acordo apresentada pela Rede Forte em 2017. No fim de 2017, forte enviou carta ao mercado estimando a condenação em R\$8 bilhões – nada ter se manifestado em juízo a respeito de sua iliquidez. Em julho de 2018, enviou ta ao mercado estimando a condenação em R\$ 10,6 bilhões, tendo iniciado execução a de sentença neste montante. O pleito foi indeferido pelo juízo e a decisão mantida e após interposição de agravo de instrumento pela autora, dentre outros motivos, essidade de novo julgamento pelo TJSP, que poderá alterar a condenação, bem como premissas. Em abril de 2021, empreendeu pedidos cautelares para determinar que cautelados R\$ 304 milhões dos dividendos que seriam distribuídos aos acionistas e empanhia fosse proibida de alienar bens e direitos, de modo a garantir o pagamento enação estimada em valor superior a R\$ 16 bilhões. Houve desistência do pleito de mento de dividendos e o segundo pedido foi indeferido pelo juízo, que repisou a la e iliquidez do título judicial - decisão que foi mantida pelo TJSP, em agosto de 2021, jurso da Forte. No entendimento da Administração da Companhia alinhado aos dos cos que patrocinam a causa, o valor da contingência está indicado neste documento. Pença decorre da necessidade de se promover uma liquidação da sentença, fazendo o risco atual não possa ser definido com precisão.	325_	294
	o Messias Cameli		
	el perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de dia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL).		
Situação 5) negando Desemba interpôs	atual: Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância provimento ao recurso da Companhia, por maioria de votos, vencido o argador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a Companhia recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela nia o Recurso Especial, este foi admitido na origem e se encontra concluso ao relator	221	201
	Distribuidora De Lubrificantes Ltda.		
o pagame e o pagan material, vendas n tributário em valore Situação perícia h desconto acórdão p lucros ces do risco encontra jurisprud pleiteado os Emba contudo, novo Rec	atual: A Companhia foi condenada em indenizar lucros cessantes, calculados por omologada pelo juízo e confirmada pelo Tribunal pelo faturamento bruto, sem dos custos operacionais. Em razão disso, a Companhia recorreu ao STJ e anulou o para determinar que Tribunal se manifestasse sobre a necessidade de desconto dos ssantes - em linha com a jurisprudência da corte. Por essa razão, mantivemos o valor financeiro, contudo, imputamos como provável o risco jurídico de pagar o valor do pelo assistente técnico da Companhia aplicando as premissas da decisão e ência do STJ, reclassificando como possível a diferença entre o valor atualizado o por DISLUB e o valor provisionado. No retorno do processo ao TJ, foram acolhidos orgos de Declaração para reconhecer as omissões apontadas pela Companhia, sem efeitos modificativos, mantendo, assim, a condenação. A Companhia interpôs curso Especial, inadmitido pelo TJPR em 01.06.2021 — decisão em face da qual a		
	nia interpôs agravo. Aguarda-se distribuição do recurso no STJ.	121	99

Desc	rição dos processos de natureza cível	31.12.2021	31.12.2020	
	Autor: Viação Ouro Verde E Outros			
7)	Trata-se de Ação Ordinária ajuizada por Viação Princesa Tecelã Transportes Ltda. e Auto Viação Ouro Verde em face da Companhia. As autoras alegam que cada uma delas, em 29/06/92, firmou com a Companhia CPCVM e outros pactos, pelos quais se comprometeram a adquirir, ambas, um volume total de 32.760 m³ de combustíveis, em um prazo de sessenta meses. Alegam, ainda que a segunda autora, Viação Ouro Verde Ltda. celebrou contrato de transporte rodoviário a granel de derivados energéticos e álcool anidro e/ou hidratado, com prazo de sessenta meses. Todos os contratos estariam vinculados, na medida em que se estabeleceu proporção entre as quantidades de combustíveis adquiridas e as quantidades de transportes dos produtos. Todavia, afirmam que a Companhia nunca deu a correta interpretação à cláusula de proporção entre as quantidades dos contratos, de modo que sempre se valeu de transportes da Auto Viação Ouro Verde na quantidade aquém da avençada e, com isso, causou-lhe perdas e danos.			
	Situação atual : A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entende devida: R\$1,041 bilhão como faturamento bruto relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$ 83 milhões a título de lucros cessantes.			
	A Companhia requereu a produção de prova pericial técnica para apuração dos volumes e período de contrato que servirão de premissa à liquidação dos valores da condenação. Com apoio dos seus assistentes técnicos, a Companhia considerou provável a perda de valor de lucro líquido estimado com base na proporcionalidade prevista no contrato e possível a perda indicada neste documento, cujo lucro líquido resultante foi calculado com base no faturamento bruto indicado pela autora.			
	A expectativa mudou para perda provável e este processo foi incluído no formulário dos principais processos provisionados.		75	
	Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Trata-se de investigação administrativa de suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, com pedido de adoção de medida preventiva, deflagrada por GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP.			
)	Situação atual: Após o parecer da SG de 10 de setembro de 2020 recomendando a condenação das empresas que integram o pool do aeroporto de Guarulhos, o processo foi encaminhado para o Ministério Público Federal - MPF, e para o Departamento de Estudos Econômicos - DEE e para a Procuradoria do CADE. Todos os órgãos emitiram pareceres recomendando o arquivamento do feito por não vislumbrarem nenhuma conduta geradora de danos à concorrência. O processo ainda pendente de julgamento pelo Tribunal. Posteriormente o processo retornou para o MPF que mudou seu parecer, opinando pela condenação das empresas. O processo aguarda data para julgamento.	87_	84	
Nuto	or: Único Combustíveis Ltda. O autor ajuizou ação postulando indenização pela responsabilidade da Companhia na rescisão do contrato de fornecimento de combustíveis. A Companhia se defendeu afirmando que o autor, e não ela, deu causa à rescisão.			
	Situação atual: A expectativa mudou para perda provável e este processo foi incluído no formulário dos principais processos provisionados.		75	

escrição dos processos de natureza cível	31.12.2021	31.12.2020
utor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências.		
Situação atual: O Juízo da 4º VF, para o qual a nossa anulatória foi remetida, suscitou conflito de competência perante o Eg. TRF-1 por não reconhecer a prevenção alegada pelo CADE e acolhida pela 20º VF. O conflito de competência foi autuado sob o nº 1038926-33.2021.4.01.0000. A ação anulatória foi suspensa em razão do conflito.	<u>77</u>	70
utor: Carrefour Comércio E Indústria Ltda		
Ação monitória objetivando a cobrança de valores que foram glosados pela Companhia.		
Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	79	63
Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda. A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais Situação atual: Em julgamento ocorrido em 19 de maio de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco manteve a sentença, exceto para estabelecer a SELIC como critério de atualização da condenação. Após os embargos de declaração da Companhia terem sido negados pelo TJPE, a Companhia interpôs Recurso Especial.	62	230
Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor além, dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada. Situação atual: Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.	61_	53
Autor: Rrf Participações E Administração De Empresas S.A. A causa de pedir desta demanda decorre do artigo 246 da LSA, segundo o qual a "sociedade controladora será obrigada a reparar os danos que causar à companhia por atos praticados com infração ao disposto nos arts. 116 e 117 ". A Companhia impediu – tanto por ações quanto por omissões – que a BRF pudesse se desenvolver: a Companhia simplesmente reavaliou suas prioridades internas e perdeu o interesse no projeto, após ter assumido compromissos não apenas perante sua sócia RRF – em acordo de acionistas firmado quando da constituição da sociedade – mas, especialmente, perante a própria BRF. Para atender a interesses particulares, a Companhia desistiu unilateralmente de implementar atos imprescindíveis à concretização do fim social da BRF, recusando-se a assinar os contratos essenciais à viabilização do projeto de produção de óleo para biorrefino. E, ao assim proceder, agiu a ré em inequívoco abuso de poder de controle, conduta vedada pelos arts. 116 e 117 da LSA. Situação atual: Processo extinto em razão de acordo firmado entre as partes.	_	51
Processos diversos de natureza cível	 545	515
FIOCESSUS VIVEISUS VE HALVIEZA CIVEI	545	515

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Processos de natureza trabalhista

Des	scrição dos processos de natureza trabalhistas	31.12.2021	31.12.2020	
Aut	tores: Diversos			
1)	Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	316	236	
Aut	tores: Diversos			
2)	Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos aos agentes nocivos, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e do Emprego.	73	41	
Δut	tores: Diversos			
3)	Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos combustíveis derivados de petróleo contratados pela		67	
	Companhia.	64	67	
Aut	tores: Diversos			
4)	Ações judiciais nas quais os ex-empregados das empresas contratadas da Companhia pleiteiam a condenação subsidiária da Companhia ao pagamento dos seus créditos			
	trabalhistas.	56	58	
	Processos diversos de natureza trabalhista	153	307	
	Total	662	709	

d) Processos de natureza ambiental

Des	crição dos processos de natureza ambiental	31.12.2021	31.12.2020
Aut	or: Ministério Público do Estado de Goiás		
1)	Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
	Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	119	116
	Processos diversos de natureza ambiental	34	29
	Total	153	145

⇒ Política contábil

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível.

⇒ Estimativas e julgamentos

As estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base na avaliação de seu corpo técnico e escritórios contratados.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

26 Compromissos contratuais

a) Contratos "take or pay" de compras

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de 1 ano, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 101 com a Petrobras (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 48 com a Refinaria de Petróleo Riograndense (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui compromissos de compras de gás natural veicular para o período de dois anos, num valor estimado de R\$ 37 com a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS) (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2020).

b) Contratos "take or pay" de serviços

A Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 900 (R\$ 837 em 31 de dezembro de 2020), até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

A Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem para o período de 4 anos, com Ageo Terminais, ao valor estimado de R\$ 188 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2020) e com o Terminal Químico de Aratu, ao valor estimado de R\$ 136 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2020).

27 Instrumentos financeiros

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial e suas devidas categorias:

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		Hierarquia _	Consoli	dado	Controladora		
	Notas	Valor Justo	2021	2020	2021	2020	
Custo amortizado							
Caixa e bancos	6		41	50	41	50	
Aplicações financeiras	6		3.584	3.308	3.512	3.146	
Contas a receber	7		6.056	4.665	6.453	5.004	
Títulos e valores mobiliários	9		-	3	-	3	
Total ativos ao custo amortizado			9.681	8.026	10.006	8.203	
Fornecedores	14		3.310	2.196	3.337	2.226	
Empréstimos e financiamentos	15		13.009	7.757	12.299	6.987	
Total passivos ao custo amortizado			16.319	9.953	15.636	9.213	
Valor justo por meio do resultado							
Contas a receber	7	2	57	84	57	84	
Títulos e valores mobiliários	9	2	2.018	-	2.018	-	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos							
de commodities		1	1	11	1	11	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos							
de swaps e NDFs		2	675	506	675	506	
Total ativos ao valor justo por meio de resultado			2.751	601	2.751	601	
Contas a pagar		2	66	-	66	-	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos							
de commodities		1	11	77	11	77	
Instrumentos financeiros derivativos - contratos							
de swaps e NDFs		2	61	4	61	4	
Total passivos ao valor justo por meio de resultado	0		138	81	138	81	

⇒ Política contábil

No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais instrumentos.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os ativos financeiros estão sujeitos ao teste de impairment.

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge de moeda e de commodity, os quais são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

28 Gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de hedge definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados à variação cambial.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

28.1 Riscos de mercado

28.1.1 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, da importação de produtos e de captações de empréstimos em moeda estrangeira, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

28.1.1.1 Gerenciamento de risco cambial

Contratos de SWAP

Entre janeiro e dezembro deste ano, a Companhia contratou operações de swap em virtude de captações de recursos realizadas através de Loan 4131 para proteção contra a variação cambial da dívida contratada em moeda estrangeira. Essas novas operações de swap possuem um nocional total de R\$1.740.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

US\$ x CDI

A Companhia possui nove contratos desta modalidade, cujo valor nocional agregado é de US\$ 1.027 milhões com diversos vencimentos até 29/10/2027, com uma posição ativa (comprada) em dólares indexados à taxa pré-fixada, e posição passiva (vendida) em reais indexados ao CDI + spread, totalizando um nocional de R\$ 4.973.

	Contratos de Swap	Valor	le Referên (Milhő	cia (Nocional) es)			Valor J (R\$ Mill		
		31.1	2.2021	31.12.2020		31.12.2021		31.12.2020	
Ponta ativa	USD	\$	1.027	\$	614	R\$	5.861	R\$	3.307
Ponta ativa	JPY	¥	-	¥	2.449	R\$	-	R\$	125
Ponta passiva	CDI	R\$	4.973	R\$	2.848	R\$	5.236	R\$	2.927
Resultado do Swap R\$					625				
		Resultado do Swap				R\$	623		
	(D	4 - 4	ate de Die		Out agent				

(Pós desconto de Risco de Crédito)

Em 31 de dezembro o resultado dos SWAP das nove operações foi precificado em R\$ 623.

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no CDS (Credit Default Swap) tendo como fonte a Bloomberg.

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

		Contraparte					Taxas Mé	dias Swap
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	Pré x DI	4131 JP	JP Morgan	349	349	100%	1,07059% a.a.	CDI + 0,64% a.a
USD	Pré x DI	4131 JP	JP Morgan	349	349	100%	1,08235% a.a.	CDI + 0,64% a.a
USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	1.117	1.117	100%	1,216% a.a.	CDI + 0,79% a.a
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	1.249	1.250	100%	2,5725% a.a.	CDI + 0,78% a.a
USD	Pré x DI	NCE MUFG	MUFG Bank	377	377	100%	2,18% a.a.	CDI + 0,694% a.a
USD	Pré x DI	4131 BNP	BNP	844	845	100%	2,38% a.a.	CDI + 1,69% a.a
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	561	562	100%	1,795% a.a.	CDI + 1,55% a.a
USD	Pré x DI	4131 BofA	BofA	410	410	100%	2,6706% a.a.	CDI + 1,67% a.a
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	502	503	100%	2,8075% a.a.	CDI + 1,52% a.a

No exercício de 2021 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R\$ 83 e recebimentos no montante de R\$ 10.

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2021 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

- Provável: Valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2021.
- Cenário 1: Estimativa do valor justo considerando uma desvalorização do real frente ao dólar de 25%.
- Cenário 2: Estimativa do valor justo considerando uma valorização do real frente ao dólar de 25%.

Análise de Sensibilidade ao USD

	Орегаçãо	Cenário Provável Valor Justo em 31/12/2021	Cenário 1	Cenário 2
Derivativo	PA (+)	5.861	7.327	4.396
SWAP	PP (-)	5.236	5.236	5.236
Dólar x DI	Resultado SWAP	625	2.090	(840)
Doial X DI	Resultado do Swap (pós desconto de Risco de Crédito)	623	2.084	(836)
	Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito		1.461	(1.459)

	31/12/2021	+25%	-25%
USDBRL	R\$ 5,5805	R\$ 6,9756	R\$ 4,1854

O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2021, calculado com base na PTAX de venda do último dia útil.

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para *hedge* de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro. No primeiro caso, o objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. No segundo caso, o objetivo é proteger o custo do produto importado. No terceiro caso, o objetivo é alinhar o custo do estoque ao nível de mercado. No quarto caso é a garantia de preço do Cartão do Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido entre janeiro e dezembro de 2021, o percentual de *hedge* contratado representou 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou *hedge* cambial, entre janeiro e dezembro de 2021, para 100% das cargas onde há exposição cambial.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações quanto das importações.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial com NDF entre janeiro e dezembro de 2021 geraram um fluxo positivo para a Companhia de R\$ 65.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Valor de ret (nocio		Valo	r justo	
Contratos a termo de dólar	USD (I	Viil)	R\$	(Mil)	
(NDF)	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	Vencimento
Posição Comprada	-	64		(1)	1T21
Posição Comprada	191	-	(19)	-	1T22
Posição Vendida	-	13		-	1T21
Posição Vendida	54	_	8	_	1T22

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2021, onde é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

	Desvalorização do Real	Valorização do Real frente
Derivativos de Moeda Estrangeira	frente ao Dólar (+25%)	ao Dólar (-25%)
Contratos a termo de dólar (NDF) (*)	192	-192

^(*) A Companhia tem mais posição comprada do que vendida em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

	Consolida	ado		
	Exposição em 31/12/2021	Risco	Cenário I	Cenário II
Ativos				
Disponibilidades	116	Dólar / Real	29	(29)
Contas a receber	98	Dólar / Real	25	(25)
Passivos				
Fornecedores	(1.727)	Dólar / Real	(432)	432
Financiamentos	(5.758)	Dólar / Real	(1.440)	1.440
Impacto no resultado				
Ganho/(perda)			(1.818)	1.818

<u>Critérios</u>

Cenário provável 1 - Desvalorização de 25% do real frente ao dólar. Cenário 2 - Valorização de 25% do real frente ao dólar.

28.1.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado, principalmente, ao CDI e ao IPCA, que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários-CRI, Nota de Crédito de Exportação-NCE, Loan 4131 e Debêntures dos Certificados de Recebíveis de Agronegócios-CRA).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.1.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

Contratos de Swap

Em outubro deste ano, a Companhia contratou operação de SWAP, em virtude da captação de recursos realizadas através de Certificado de Recebíveis do Agronegócio, para proteção contra a correção monetária da dívida contratada que possui indexação ao IPCA. Essa nova operação de swap possui um nocional total de R\$ 800.

IPCA x CDI

A Companhia possui um contrato desta modalidade, cujo valor nocional R\$ 800 com vencimento em 11 de setembro de 2031, com uma posição ativa (comprada) em reais indexados ao IPCA + 5,3995% a.a., e posição passiva (vendida) em reais indexados a 111,10% do CDI.

	Contratos de Swap	Valor de	Valor Justo (R\$ Milhões)						
		31.12	.2021	31.12.2	020	31.12	.2021	31.12.2	020
Ponta ativa	IPCA	R\$	800	R\$		R\$	873	R\$	_
Ponta passiva	CDI	R\$	800	R\$	-	R\$	870	R\$	-
			Res	ultado do	Swap	R\$	3		
			Res	ultado do	Swap	R\$	3		
	(P	ós descor	nto de Ris	co de Cré	dito)				

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no CDS (Credit Default Swap) tendo como fonte a Bloomberg.

		Contr	aparte				Taxas Médias Swap		
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	838	838	100%	IPCA + 5,3995%	111,10% do CDI	

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos em moeda nacional indexados ao IPCA no balanço de 31 de dezembro de 2021 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

- Provável: Valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2021.
- Cenário 1: Estimativa do valor justo considerando um choque de + 25% na curva projetada de inflação implícita.
- Cenário 2: Estimativa do valor justo considerando um choque de 25% na curva projetada de inflação implícita.

Segue a análise de sensibilidade desse instrumento.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Operação	Cenário Provável Valor Justo em 31/12/2021	Cenário 1	Cenário 2
Derivativo	PA (+)	873	803	942
SWAP	PP (-)	870	870	870
IPCA x DI	Resultado SWAP	3	(67)	73
II CAXDI	Resultado do Swap (pós desconto de Risco de Crédito)	3	(66)	72
	∆ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito		(69)	69

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2021.

					Consolidado
		Risco	Cenário provável	+25%	-25%
	Exposição	CDI	9,15%	11,65%	6,71%
	em	IPCA	10,74%	13,71%	7,84%
	31 de dezembro	SELIC	9,25%	11,78%	6,78%
	de 2021	IGPM	23,14%	30,26%	16,41%
		INPC	10,96%	14,00%	8,00%
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI - 100%	3.398	CDI	311	396	228
Aplicações financeiras - SELIC - 100%	62	SELIC	6	7	4
Financiamentos a receber - CDI- 100%	44	CDI	4	5	3
Financiamentos a receber - IPCA- 100%	227	IPCA	24	31	18
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	140	IGPM	32	42	23
Financiamentos a receber - INPC - 100%	40	INPC	4	6	3
Financiamentos a receber - SELIC- 100%	63	SELIC	6	7	4
Instrumentos financeiros passivos					
Debêntures - CDI - 100%	(2.271)	CDI	(208)	(264)	(152)
Debêntures - CRA 9ª série - CDI - 98%	(493)	CDI	(44)	(56)	(32)
Debêntures - CRA 10ª série - CDI - 100%	(208)	CDI	(19)	(24)	(14)
Debêntures - CRA 11ª série - IPCA - 100%	(342)	IPCA	(37)	(47)	(27)
CRA 43 - IPCA - 100%	(814)	IPCA	(75)	(96)	(55)
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI) - IPCA - 100%	(710)	IPCA	(76)	(97)	(56)
Empréstimos bancários - CDI - 100%	(1.181)	CDI	(108)	(138)	(79)
Certificados de direitos creditórios do agronegócios (CDCA) - CDI - 100% Resultado financeiro líquido, conforme estimativas	(1.232)	CDI	(113)	(143)	(83)
Ganho/(perda)			(293)	(371)	(215)

<u>Critérios</u>

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil e IBGE.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2021, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

28.1.3 Gerenciamento de risco de preços

Atualmente a política de preços da Petrobras para diesel e gasolina, além de levar em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações para acompanhar esse movimento.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros.

Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de *commodity* e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de *hedge* para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Conforme política de gestão de risco todas as operações com derivativos de *commodity* possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Contr	(em milhõe	s de reais)			
				MTM	Cenário
		Preço Médio	Fechamento	(Valor do	Possível
Tipo	Quantidade	de venda	em 31.12.2021	Contrato)	(∆ de 25%)
RBOB (Gasolina)	476	1.236	1.241	(1)	(63)
HO (Diesel)	2.089	1.289	1.298	(7)	(292)

Foi utilizada a Ptax Venda de 31/12/2021 (5,5805) para cálculo dos números descritos acima.

28.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos. A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos empréstimos e financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Consolidado										
2028 em										
Período	2022	2023	2024	2025	2026	2027	diante	Total		
Principal	1.183	1.495	1.262	2.612	3.631	1.198	3.880	15.261		
Juros	748	708	679	630	518	441	788	4.512		
Total	1.931	2.203	1.941	3.242	4.149	1.639	4.668	19.773		

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.3 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais, das aplicações financeiras e instrumentos de proteção e instrumentos financeiros destinados à proteção (hedge).

28.3.1 Gerenciamento de risco de crédito

Risco de Crédito de Contrapartes Comerciais

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, segue rating abaixo:

Nome	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Américas	-	-	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco do Brasil	Brasil	AA	Fitch	BB-	S&P
Banco Itau Unibanco	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco Safra	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco Santander S.A Brasil	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Caixa Econômica Federal	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Citibank	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banrisul	Brasil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
Scotia bank	Canadá	-	S&P	A+	S&P
MUFG	Estados Unidos	-	S&P	A-	S&P
MUFG	Brasil	AAA	S&P	-	-
BTG Pactual	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
BNP	França	-	-	A+	S&P
BofA	Estados Unidos		-	A-	S&P
BRASIL (País)		AAA	S&P	BB-	S&P
Vibra Energia S.A.	Brasil	AAA	Moody's	-	-

Risco de crédito carteira comercial

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 7.

A carteira da Companhia somava R\$ 15.675 em 31 de dezembro de 2021.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Para os clientes da Rede de Postos e B2B sem aviação, a Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

Para o setor elétrico, a Companhia possui uma matriz separada, dado o histórico e especificidade deste segmento.

Em relação ao segmento de aviação, devido ao aumento no risco de crédito decorrente do impacto da pandemia do COVID-19, a Companhia incorporou o aumento da probabilidade de default na matriz utilizada para o cálculo das perdas de crédito esperadas, utilizando-se dos ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco para as empresas aéreas mais representativas do contas a receber, extrapolando este impacto para toda a carteira de recebíveis da aviação.

A seguir a matriz atualmente vigente:

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Clientes						
Rede de Postos	0,27%	79,07%	82,26%	85,62%	87,82%	100,00%
Aviação	3,00%	76,08%	76,08%	76,08%	76,08%	100,00%
B2B sem aviação	0,07%	16,65%	31,16%	52,41%	60,66%	100,00%
Térmicas do sistema isolado						
Sistema Eletrobras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Risco de Crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Aplicação Financeira e Limites de Crédito de Contrapartes Financeiras que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating através de limites de: (i) Rating Mínimo em escala Local; (ii) PL Mínimo da Instituição Financeira; (iii) % de exposição ao PL da Instituição financeira e (iv) % de exposição máxima da Companhia a uma instituição financeira.

28.3.2 Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado						
	Caixa e equivale	ntes de caixa	Títulos e Valores Mobiliários				
,	2021	2020	2021	2020			
AAA	3.097	3.064	2.018	3			
AA	412	268	-	-			
Sem rating (*)	116	26	-	-			
	3.625	3.358	2.018	3			

^(*) Os ratings listados na tabela possuem referência em Escala Nacional e a ausência de classificação indica que a respectiva instituição financeira não está classificada segundo esse critério pelas agências S&P e Moody's. Os ratings em Escala Global neste caso são BBB+ em 2021 e 2020.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas.

	Consolidado		
	2021	2020	
Financiamentos (nota 15)	13.009	7.757	
Arrendamentos (nota 16)	824	796	
Financiamento de fornecimento de produtos (*)	529	_	
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	14.362	8.553	
Instrumento Financeiro Derivativo (swap)	(626)	(504)	
Dívida bruta após instrumento derivativo	13.736	8.049	
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(3.625)	(3.358)	
Endividamento líquido	10.111	4.691	

^(*) Trata-se de operação de risco sacado com prazo de vencimento em janeiro/22.

28.5 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 15.2.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

29 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras

Considerando a venda pela Petrobras das ações que detinha da Companhia (nota 1.1), os relacionamentos da Vibra com a Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras deixaram de atender aos critérios de transações com partes relacionadas em 5 de julho de 2021 (data da conclusão da oferta pública).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.1 Transações comerciais e outras operações

29.1.1 Por empresa

·							Consolidado
	Resultado			Ativ	0	Passivo	
	2021	30.06.2020 (*)	2020	2021	2020	2021	2020
Empreendimentos controlados em conjunto da							
Companhia							
ES GAS	15		7	44	65	-	-
Nordeste III	16		-	-	-	-	
	31		7	44	65	-	
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema							
Eletrobras) (*)	1	13	17	-	206	-	
Petrobras e Controladas do Sistema Petrobras (*)							
Petrobras	925	914	1.709	-	192	-	1.200
Transpetro	16	16	33	-	18	-	44
Outras	50	29	76	-	11	-	1
	991	959	1.818	-	221	-	1.245
Empreendimentos controlados em conjunto do Sistema							
Petrobras (*)							
Termocabo	37	-	21	-	15	-	-
Petrocoque	15	30	61	-	-	-	-
Logum Logística	-	1	3	-	-	-	1
Cia. Energética Manauara	21	15	35	-	-	-	1
Brentech Energia	19	-	49	-	-	-	-
Outras	2	1	3	-	-	-	6
	94	47	172	-	15	-	8
Entidades governamentais (*)							
Títulos governamentais	-	-	-	-	3	-	-
Bancos Controlados pela União	(20)	57	69	-	1.176	-	-
Clientes - Governo Federal	295	245	526	-	89	-	194
	275	302	595	-	1.268	-	194
Total	1.392	1.321	2.609	44	1.775	-	1.447

^(*) No resultado acumulado até 31.12.2021 (R\$1.392), estão inseridos os valores acumulados com a Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras até o momento em que deixaram de ser partes relacionadas, ou seja, representam o período de 6 meses (R\$1.361). Assim sendo, a Companhia apresenta, adicionalmente, a posição acumulada até 30.06.2020, para fins de comparabilidade(R\$1.321).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

							Controladora
_	Resultado			Ativo	0	Passivo	
	2021	30.06.2020 (*)	2020	2021	2020	2021	2020
Controladas e operação em cojunto da Companhia							
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(116)		(91)	404	343	576	570
Vibra Trading B.V.	2		-	-	-	155	-
Brasil Carbonos (**)	-		-	-	3	-	6
	(114)		(91)	404	346	731	576
Empreendimentos controlados em conjunto da							
Companhia							
ES GAS	15		7	44	65		
	16		-	44		-	-
Nordeste III	31		7	44	65		
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema			-				
Eletrobras) (*)	1	13	17	_	206	_	_
Petrobras e Controladas do Sistema Petrobras (*)							
Petrobras	925	914	1.709	-	192	-	1.200
Transpetro	16	16	33	-	18	-	44
Outras	50	31	76	-	11	-	-
	991	961	1.818	-	221	-	1.244
Empreendimentos controlados em conjunto do Sistema Petrobras (*)							
Termocabo	37	-	21	-	15	-	-
Petrocoque	15	30	61	-	-	-	-
Logum Logística	-	1	3	-	-	-	1
Cia. Energética Manauara	21	15	35	-	-	_	1
Brentech Energia	19	-	49	-	_	_	-
Outras	2	_	3	-	-	_	6
	94	46	172	-	15	-	8
Entidades governamentais (*)							
Títulos governamentais	_	_	_	_	3	_	_
Bancos Controlados pela União	(20)	57	69	_	1.166	_	_
Clientes - Governo Federal	295	245	526	_	89	_	194
	275	302	595	-	1.258	-	194
Total	1,278	1,322	2.518	448	2.111	731	2.022
Total	1.2/8	1,322	2,316	440	2.111	131	2.02

^(*) No resultado acumulado com partes relacionadas até 31.12.2021 (R\$1.278), estão inseridos os valores acumulados com a Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras até o momento em que deixaram de ser partes relacionadas, ou seja, representam o período de 6 meses (R\$1.361). Assim sendo, a Companhia apresenta, adicionalmente, a posição acumulada até 30.06.2020, para fins de comparabilidade (R\$1.322). (**) Em 15 de setembro de 2021 a Companhia concluiu o fechamento da operação de venda da totalidade de sua participação acionária na empresa Brasil Carbonos S.A. (nota 11).

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.1.2 Por operação

	C	onsolidado		Co	ontroladora		
-	2021 (*) Resultado	2021 Ativo	2021 Passivo	2021 (*) Resultado	2021 Ativo	2021 Passivo	
Resultado							
Receitas	1.380			1.380			
Variações monetárias e cambiais líquidas	(33)			(110)			
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(16)			(53)			
Outras receitas e despesas	61		61				
Ativo							
Contas a receber (nota 7)		28			424		
Dividendos / Juros sobre capital próprio Passivo		16			24		
Fornecedores			-			182	
Arrendamentos			-			549	
Em 31.12.2021	1.392	44	-	1.278	448	731	
Janeiro a dezembro/2020	2.609			2.518			
Em 31.12.2020		1.775	1.447		2.111	2.022	

^(*) No resultado acumulado até 31.12.2021, estão inseridos os valores acumulados com a Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras até o momento em que deixaram de ser partes relacionadas.

Em 30 de junho de 2021, as compras efetuadas com a Petrobras totalizavam R\$ 38.653 (R\$ 19.309 até junho de 2020), com a Refinaria de Petróleo Riograndense R\$ 221 (R\$ 207 até junho de 2020) e com as Distribuidoras de Gás R\$ 120 (R\$ 123 até junho de 2020), período no qual estas empresas eram partes relacionadas da Companhia.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía contratos de take or pay de compras de derivados de petróleo, para o período de 1 ano, que correspondiam a um valor total estimado de R\$ 100 com a Petrobras (R\$ 129 em 30 de junho de 2020) e R\$ 58 com a Refinaria de Petróleo Riograndense (R\$ 54 em 30 de junho de 2020). Adicionalmente, nesta mesma data, a Companhia possuía contratos com a Petrobras, para o período de 3 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que correspondiam a um valor total estimado de R\$ 19.529 (R\$ 26.124 em 30 de junho de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, as compras efetuadas com a Vibra Trading BV totalizavam R\$ 157.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui garantias corporativas prestadas em favor da Targus, no montante de R\$ 172.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

				Contro	ladora			
		20	21			20	20	
		Demais					Demais	
	Diretoria	Conselho	membros de		Diretoria	Conselho	membros de	
	Executiva	de	comitês		Executiva	de	comitês	
Beneficios	(Estatutários)	Administração	estatutários	Total	(Estatutários)	Administração	estatutários	Total
Curto prazo	22,1	12,8	1,0	35,9	21,4	13,4	1,0	35,8
Pós-emprego	0,5	-	-	0,5	0,8	-	-	0,8
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	2,8	-	-	2,8	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	5,2	4,3	-	9,5	1,6	-	-	1,6
Total	30,6	17,1	1,0	48,7	23,8	13,4	1,0	38,2

Em 2021, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

No Consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R\$ 50 (R\$ 41 em 2020).

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Consolidado		Controla	adora
	2021	2020	2021	2020
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aportes em participações societárias por meio de contas a receber	-	379	-	379
Aquisição de participação societária	31	-	31	-
Arrendamentos	308	116	332	123
Recompra de ações (não liquidadas)	2	-	2	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de contingência	16	37	16	37

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

31 Eventos subsequentes

Joint Venture com Americanas S.A.

Em 1 de fevereiro de 2022 a Companhia concluiu a operação relacionada à formação de parceria com a AMERICANAS S.A. ("Americanas") para exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustíveis, através das redes de lojas: Local e BR Mania ("Parceria"). A efetivação da Parceria se deu após o cumprimento das condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, incluindo a aprovação prévia pela autoridade antitruste, Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), em 30 de dezembro de 2021, sendo esta decisão considerada final.

A Parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A., cujo capital é detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%. A Vem Conveniência terá uma estrutura de gestão e governança corporativa própria. A Parceria visa oferecer uma nova proposta de valor a consumidores, franqueados, revendedores e atendentes de lojas.

Constituição de Fundo de Investimento Imobiliário

Em 04 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou com a Prisma Capital Ltda. um Acordo de Investimentos e um Contrato de Consultoria vinculantes, que têm como finalidade guiar a constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário que receberá o aporte de imóveis da Companhia, todos eles postos com a bandeira Petrobras.

A operação, com capilaridade nacional, engloba o aporte e a gestão profissional de uma carteira de até 238 imóveis e prevê a monetização dos imóveis em três etapas. Primeiramente, haverá o aporte dos imóveis no fundo pela Companhia, com a posterior aquisição pela Prisma Capital de 15% das cotas, com esta assumindo a gestão operacional da carteira do fundo. Adicionalmente, a operação prevê a possibilidade de monetização imediata de parte dos imóveis, antes mesmo do aporte dos mesmos no fundo, através da venda direta aos atuais operadores dos postos. Em ambos os casos, a operação estipula salvaguardas contratuais para que os postos se mantenham com a bandeira da Companhia e o prazo final para aporte desses imóveis no Fundo vai até dezembro de 2023. Por fim, a partir de janeiro de 2024 o fundo poderá ser listado no mercado e oferecido a investidores e público em geral através de uma oferta pública, havendo assim a monetização integral ou parcial do fundo, observadas as janelas oportunas de mercado. O Paulatino de entrada implícito na transação avalia a totalidade dos imóveis em R\$ 643,6 milhões.

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A constituição efetiva do Fundo Imobiliário ainda está sujeita a outras condições precedentes usuais nessa espécie de operação.

Aquisição Comerc Participações S.A.

Em 18 de março de 2022, foi aprovada, em assembleia geral de acionistas da Comerc Participações S.A. ("Comerc"), a conversão da totalidade das debêntures de emissão da Comerc que haviam sido subscritas pela Companhia (nota 9) em novas ações ordinárias da Comerc, representativas de 30% do capital social da Comerc.

Na mesma assembleia geral, foi aprovada também a contribuição, ao capital social da Comerc, da totalidade das ações de emissão da Vibra Comercializadora de Energia S.A. ("Vibra Comercializadora"), em razão da qual a Vibra subcreveu novas ações ordinárias da Comerc, e todas as ações de emissão da Vibra Comercializadora passaram a ser integralmente detidas pela Comerc.

Em decorrência da conversão das debêntures e da contribuição das ações da Vibra Comercializadora, a Vibra passou a ser titular de uma quantidade de ações representativas de 33,0333% do capital social da Comerc. Nesta mesma data, se tornaram eficazes os acordos de acionistas da Comerc celebrados pela Vibra em 25 de fevereiro de 2022.

A transação também contempla a posterior aquisição das ações de emissão da Comerc que são objeto da opção de compra que lhe foi outorgada pelos acionistas originais da Comerc, após o que a Vibra se tornará titular de ações representativas de 48,7% do seu capital social e, em conjunto com os sócios fundadores da Vibra Comercializadora, formará um bloco de acionistas titular de 50% do capital social da Comerc.

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR Presidente

ANDRÉ CORRÊA NATAL Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

BERNARDO KOS WINIK
Diretor Executivo de Comercial B2B

FLAVIO COELHO DANTAS Diretor Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA Diretor Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDY LUIZ KOGUT Presidente

ALEXANDRE FIRME CARNEIRO Conselheiro

CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI Conselheiro

CLAUDIO ROBERTO ELY Conselheiro

LEONEL DIAS DE ANDRADE NETO Conselheiro

MARIA CAROLINA FERREIRA LACERDA Conselheira

MATEUS AFFONSO BANDEIRA Conselheiro

PEDRO SANTOS RIPPER Conselheiro

RICARDO CARVALHO MAIA Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR Presidente

ANDRÉ CORRÊA NATAL Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

BERNARDO KOS WINIK Diretor Executivo de Comercial B2B

FLAVIO COELHO DANTAS Diretor Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA Diretor Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Vibra Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vibra Energia S.A ("Companhia"), anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vibra Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual de operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Vibra Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by quarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Benefícios concedidos a empregados - Passivo decorrente de planos de pensão

Conforme Nota Explicativa nº 19 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria a seus empregados.

O passivo decorrente desses planos de pensão é determinado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, contratado pela Companhia, de acordo com o método de crédito unitário projetado, com base em diversas premissas atuariais, incluindo a taxa de desconto. Pequenas alterações em tais premissas poderiam causar um impacto relevante na estimativa do passivo atuarial.

Devido ao alto grau de julgamento por parte da Companhia para determinação das estimativas e premissas atuariais utilizados para mensurar o passivo decorrente dos planos de pensão, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves adotados pela Companhia associados ao processo de mensuração do passivo decorrente dos planos de pensão, principalmente aqueles relacionados a revisão e aprovação das premissas utilizadas na mensuração do passivo atuarial.

Realizamos procedimentos sobre as informações das bases de dados de funcionários ativos, aposentados e pensionistas utilizadas nos cálculos para mensurar o passivo decorrente dos planos de pensão com base em uma seleção.

Avaliamos a objetividade, o escopo , a competência técnica e a experiência do atuário independente responsável pelo cálculo atuarial, contratado pela Companhia.

- Com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do cálculo para mensurar o passivo decorrente dos planos de pensão, e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, principalmente,a taxa de desconto.
- Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos do passivo decorrente dos planos de pensão e demais valores refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by quarantee.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Aos Conselheiros de Administração da Vibra Energia S.A.

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria da Vibra Energia S.A.("VIBRA") passou à condição de Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), em 31 de agosto de 2017. A partir de 25 de julho de 2019, com a nova condição societária da VIBRA, o Comitê de Auditoria Estatutário manteve sua condição de órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Em conformidade com o Estatuto Social e com os normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 308/99 e alterações subsequentes e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; e (iv) as transações com partes relacionadas.

2. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Atualmente, o CAE é constituído pelos seguintes membros: Conselheira Maria Carolina Ferreira Lacerda (Coordenadora), Conselheiro Alexandre Firme Carneiro, Conselheiro Edy Luiz Kogut e Membro Externo Elionor Farah Jreige Weffort. Todos reeleitos e nomeados em 29 de outubro de 2021.

Destaca-se que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C §2º da Instrução CVM nº 308/99, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM no. 509 de 16 de novembro de 2011, bem como aos critérios de independência estabelecidos pelo IBGC — Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

3. RESPONSABILIDADES

A Administração da VIBRA é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades mais sensíveis às operações e à estratégia da VIBRA.

Desde abril de 2017, a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") é a responsável pela auditoria externa e independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e deve confirmar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIBRA ENERGIA S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

No cumprimento de suas atribuições descritas no Regimento Interno, as análises e avaliações procedidas pelo CAE fundamentam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e controles internos da Companhia.

4.RESUMO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

No exercício de 2021, abrangido pelo presente relatório, o Comitê realizou 10 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, auditores independentes, além dos diretores e executivos. O CAE também realizou reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise e aprovação das demonstrações contábeis trimestrais e anuais da empresa.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2021, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas:

- (a) recomendação acerca das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas anuais, acompanhadas dos Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração;
- (b) acompanhamento do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia;
- (c) acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais;
- (d) opinião sobre a contratação da auditoria independente e a supervisão das atividades a fim de avaliar a independência e qualidade.
- (e) recomendação para aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna;
- (f) recomendação do orçamento deste Comitê;
- (g) acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, bem como o sistemático acompanhamento do *status* dos planos de ações;
- (h) acompanhamento do reporte das denúncias recebidas por meio do Canal de Ética;
- (i) acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos e do monitoramento de fraudes;
- (j) acompanhamento da implementação das ações de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- (k) análise e recomendação sobre a reestruturação da Comissão de Ética da Companhia;
- (I) análise sobre critérios de reconhecimento e mensuração da PCE, com ênfase na Aviação;
- (m) monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos.

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da VIBRA, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração.

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão, o Comitê de Auditoria Estatutário entende que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e, portanto, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022.	
Maria Carolina Ferreira Lacerda Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário	Alexandre Firme Carneiro Conselheiro
Edy Luiz Kogut Conselheiro	Elionor Farah Jreige Weffort Membro Externo

Vibra Energia S.A. (anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.) Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da VIBRA ENERGIA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 e suas respectivas notas explicativas, o Relatório Anual da Administração, a destinação do resultado do Exercício 2021 com proposta de distribuição de dividendos, proposta de orçamento de capital para 2022 e proposta de alteração do art. 4º do Estatuto Social, em razão do aumento do capital social mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva legal, no montante de R\$1.225.320.619,94, passando dos atuais R\$6.353.388.954,04 para R\$7.578.709.573,98, sem modificação do número de ações emitidas.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes — KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

JOÃO VERNER JUENEMANN Presidente

ALEXANDRE ANTONIO GERMANO
BITTENCOURT
Conselheiro

RINALDO PECCHIO JUNIOR Conselheiro